

Evson Malaquias de Moraes Santos
Neide Carolina Andrade Piornedo
Vinicius Borges de Medeiros

**CAJA' ESTÁ SENDO
TORTURADO
E VOCÊ VAI À AULA?**

2ª Edição Revista e Ampliada

Apresentação Michel Zaidan Filho



Este trabalho de Evson se distingue das reconstituições jornalísticas ou meramente descritivas porque ele apresenta os pressupostos teórico-metodológicos de sua escrita. Assim, não é um mero trabalho memorialístico ou apologético ou panfletário. Trata-se de uma obra que se vincula ao gênero da historiografia da repressão política e das resistências democráticas dos jovens estudantes e seus aliados contra o arbítrio, a violência, o obscurantismo daqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos e as liberdades democráticas. Como trabalho que utiliza fartamente os arquivos da repressão (além da grande imprensa, arquivos particulares e entrevistas), naturalmente o autor tinha que se munir de uma metodologia crítica, desconstrutiva (análise do discurso de linha francesa) e que adotasse um desvio crítico em relação ao conteúdo dos atos discursivos e retóricos dos agentes históricos. E procurou fazê-lo. Evson – há muito tempo – trabalha com a visão de imaginário de Cornelius Castoriadis, sobretudo com a dimensão instituinte do imaginário social, diferentemente da dimensão manipulatória e alienante de certas versões desse conceito. A ideia-chave que o imaginário cria não só engana ou oculta, mas é muito importante em sua análise ligada à subjetividade dos atores políticos. Nesse ponto, a linguagem, os atos retóricos e discursivos são muito importantes. Daí a análise crítica dos discursos oficiais, policiais e militares, da imprensa, dos professores e dos militantes.

Michel Zaidan Filho

Professor Titular de História UFPE



**“Cajá está sendo torturado
e você vai à aula?”**

“Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”

2ª Edição
Revista e Ampliada

**Evson Malaquias de Moraes Santos
Neide Carolina Andrade Piornedo
Vinicius Borges de Medeiros**



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni - Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Fotografia/imagem de Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

Revisão: Juliana C. Lobo

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; PIORNEDO, Neide Carolina Andrade; MEDEIROS, Vinicius Borges de

“Cajá está sendo torturado e você vai à aula?” [recurso eletrônico] / Evson Malaquias de Moraes Santos; Neide Carolina Andrade Piornedo; Vinicius Borges de Medeiros – 2ª Edição – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

183 p.

ISBN - 978-65-5917-464-5

DOI - 10.22350/9786559174645

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Estudantes; 2. Ditadura; 3. DCE; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História

XXX

Segunda edição revista e ampliada

Nesta segunda edição, incluímos informações e análises sobre o movimento estudantil na UFPE, o qual antecedia à prisão de Cajá, a partir da pesquisa “Um clima de agitação criado por alunos esquerdistas: Vigilância, militância política e lutas pelas liberdades democráticas na UFPE (1973-1985)”, do doutor em História Thiago Nunes Soares – inclusive com dados sobre as transformações que a UFPE estava vivenciando, como aumento significativo de matrículas e de contratação de docentes –, de entrevistas com os estudantes Edival Nunes da Silva Cajá, Orlando José Gomes Medeiros (presidente do DCE, 1977-78), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (presidente do DCE, 1978/79), Pedro Laurentino Reis Pereira (presidente do DCE/UFRPE, 1977-1978), todos contemporâneos da prisão de Cajá. Acrescentamos, ainda, documentos diversos fornecidos por Edival Nunes da Silva Cajá, Alzira Medeiros e Pedro Laurentino sobre sua prisão e repercussão, como do movimento estudantil, como, também, novos documentos dos órgãos de informação.

A pichação na época feita pelos estudantes e que leva o título do livro, “Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”, é de autoria de Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, conforme relatado por Cajá e confirmado pela própria Alzira.

Siglas e abreviaturas

ASI	Assessoria de Segurança e Informação
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CIE	Centro de Informação do Exército
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DSI	Divisão de Segurança Institucional
DPF	Departamento de Polícia Federal
JUC	Juventude Universitária Católica
MCB	Movimento Comunista Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
PCR	Partido Comunista Revolucionário
SNI	Serviço Nacional de Informações
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

Sumário

Apresentação	13
<hr/>	
Michel Zaidan Filho	
O imaginário social da prisão do estudante <i>da UFPE em 1978</i>	17
<hr/>	
Uma pequena regressão aos órgãos de repressão política	44
<hr/>	
Os órgãos de repressão: pequeno relato	47
<hr/>	
A “lógica estrutural” dos documentos	52
<hr/>	
O medo e a ojeriza do Outro	59
<hr/>	
A abertura democrática “lenta, gradual e segura”	72
<hr/>	
O contexto das lutas estudantis na UFPE	77
<hr/>	
A prisão de Cajá pelos órgãos de repressão	93
<hr/>	
Outras significações imaginárias e agentes políticos pelos órgãos da repressão	100
<hr/>	
O personagem reitor Paulo Frederico do Rego Maciel	109
<hr/>	
Outras vozes em outros documentos	121
<hr/>	
Conclusão ou início da problematização	166
<hr/>	
Bibliografia	174

Apresentação

*Michel Zaidan Filho*¹

Tenho a honra de receber, pela segunda vez, um convite do professor titular do Centro de Educação da UFPE, Evson Malaquias de Moraes dos Santos, para apresentar mais um de seus livros. Evson como docente, militante e pesquisador vem construindo uma obra notável sobre as sobrevivências autoritárias do golpe civil-militar de 1964 na Universidade Federal de Pernambuco, o que tem lhe custado dissabores. O presente livro “Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”, preparado com uma equipe de pesquisadores (Neide Carolina Andrade Piormedo e Vinicius Borges de Medeiros), é um desdobramento de sua profícua labuta de pesquisador e historiador da UFPE nos últimos 50 anos.

Este trabalho de Evson se distingue das reconstituições jornalísticas ou meramente descritivas porque ele apresenta os pressupostos teórico-metodológicos de sua escrita. Assim, não é um mero trabalho memorialístico ou apologético ou panfletário. Trata-se de uma obra que se vincula ao gênero da historiografia da repressão política e das resistências democráticas dos jovens estudantes e seus aliados contra o arbítrio, a violência, o obscurantismo daqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos e as liberdades democráticas.

Como trabalho que utiliza fartamente os arquivos da repressão (além da grande imprensa, arquivos particulares e entrevistas), naturalmente o autor tinha que se munir de uma metodologia crítica, desconstrutiva (análise do discurso de linha francesa) e que adotasse um desvio crítico em

¹ Professor Titular de História UFPE

relação ao conteúdo dos atos discursivos e retóricos dos agentes históricos. E procurou fazê-lo. Evson – há muito tempo – trabalha com a visão de imaginário de Cornelius Castoriadis, sobretudo com a dimensão instituinte do imaginário social, diferentemente da dimensão manipulatória e alienante de certas versões desse conceito. A ideia-chave que o imaginário cria não só engana ou oculta, mas é muito importante em sua análise ligada à subjetividade dos atores políticos. Nesse ponto, a linguagem, os atos retóricos e discursivos são muito importantes. Daí a análise crítica dos discursos oficiais, policiais e militares, da imprensa, dos professores e dos militantes.

Se Evson Malaquias não tivesse se armando de tais pressupostos, cairia no risco de endossar ou tomar como verdadeiras as afirmações contidas no rico acervo documental que ele coletou, juntamente com os seus pesquisadores. É importante registrar que este trabalho se afasta da metodologia positivista ou apologética que transforma a necessidade em virtude ou idolatra os fatos em si, como diz Nietzsche.

A estrutura da obra mereceria, a meu ver, alguns reparos. Não deveria começar logo com o relato da prisão e as peripécias policiais de Edval Nunes (Cajá). Deveria começar com uma contextualização precisa da época do regime militar, da situação política de Pernambuco, dos partidos de esquerda, da esquerda católica e do ambiente político-estudantil das universidades pernambucanas. Uma vez traçado esse mapa, aí sim seria o momento de entrar com a narrativa das desventuras e agruras causadas pela prisão de Cajá. Acredito que seria melhor uma inversão na estrutura do trabalho, de forma que o foco principal da pesquisa se diluísse numa visão mais abrangente do período.

Penso que a prisão de Cajá ganharia mais inteligibilidade se fosse inserida numa análise maior, que tratasse da esquerda católica e de suas relações com os partidos de esquerda (inclusive os clandestinos), além da

repressão do regime militar a esses grupos. Parece que a violência perpetrada contra Padre Henrique e Cajá tinha como alvo atingir o Arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Camara. As amplas manifestações públicas, de entidades, personalidades do movimento estudantil das universidades, tinham um sentido mais complexo do que a solidariedade ao estudante e militante Edval Cajá. Para evitar exatamente esse episódio e não construir uma hagiografia da personagem, era necessário dimensioná-la como mais um dos eventos produzidos pelo arbítrio da ditadura militar em Pernambuco nesse período. Afinal, o livro não é uma mera biografia. É muito mais do que isso.

Rica é, sem dúvida, a imagem que Evson traça das autoridades universitárias desse período. A meu ver, é a parte mais interessante. O efeito desmistificador, crítico das carreiras, dos personagens, das autoridades – fora e dentro da UFPE –, é uma contribuição historiográfica e política valiosa. Nunca será demais recuperar essa história escondida através dos monumentos e das placas de auditórios e salões nobres da instituição universitária. Entende-se sua luta – quase solitária – na denúncia dessas reminiscências e sobrevivências da ditadura militar na UFPE. Não se pode olhá-las hoje sem horror, como dizia um filósofo. Quem ler e conhecer um pouco dessa história contada aqui, não pode fechar os olhos para suas vítimas e para a impunidade que perdura até o momento sobre esses fantasmas mortos e vivos que vagam entre os presentes, intimidando-os.

Nisso, gostaria muito de dizer que este trabalho de Evson Malaquias dos Santos se inscreve sem o menor favor aos estudos da Justiça (incompleta) de Transição no Brasil. Na natureza da transição pactuada entre as elites para o regime democrático, sob a tutela dos militares, os quais conservaram, aliás, muitas prerrogativas da Constituição de 1969. Deixa-se aqui um pouco de lado o aspecto biográfico e pessoal do trabalho,

pois o seu mérito maior está em colocar o dedo na ferida aberta dos enormes desafios dessa Justiça de transição não concluída. Há a necessidade de travarmos um duro combate com a herança política e acadêmica dentro da UFPE. Por esse motivo, Evson está de parabéns.

Recife, 12 de janeiro de 2022

O imaginário social da prisão do estudante da UFPE em 1978

Um documento classificado como “Secreto”, provavelmente de origem do SNI, identificado pelo carimbo presente, narra a “situação na área educacional”, centrando-se no personagem Edival Nunes da Silva, “Cajá”, e outros presos do Partido Comunista Revolucionário (PCR). O documento, escrito racionalmente, com escrita descritiva e objetiva, identifica dia, horário, acontecimento, pessoas e documentos (como notas e panfletos, com seus respectivos títulos). A narrativa é impessoal e direta, o que se espera de documentos de “informação”.

Esse documento faz parte da rede nacional de informação, criada pela ditadura civil-militar de 64, que tem uma certa estrutura burocrática (dados imparciais e impessoais) e visa criar um banco de dados nacional de todos aqueles considerados “suspeitos” e “contrários à revolução”.

Assim expôs esse documento de nove laudas:

1. Movimento Estudantil no RECIFE/PE, em solidariedade ao universitário EDIVAL NUNES DA SILVA (“CAJÁ”). Em 12 de maio de 1978, baseando-se em documentos apreendidos, o DPF/ PE efetuou a prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA, no RECIFE, de acordo com o Art. N° 59 da Lei de Segurança Nacional, indiciando-o em inquérito como infrator do Art. 43... A prisão foi comunicada ao Juiz Auditor da 7ª CJM. A partir de 15 Mar 78, elementos ativistas do movimento estudantil no RECIFE percorreram diversas salas...;
2. Durante a assembléia estiveram solidários às manifestações de repúdio à prisão do estudante, integrantes das seguintes entidades:
 - Associação dos Sociólogos de PERNAMBUCO, através do seu Presidente, SILVIO MARANHÃO...;
3. As 13:00 hs de 16 Mal 78, estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE promoveram assembléia permanente no 10º andar do prédio do

Instituto Básico da UFFE, na tentativa de angariar o apoio de toda a classe estudantil em solidariedade ao universitário preso...

Se tomarmos esse documento e outros produzidos pela ditadura como documentos-verdade, aceitaríamos a narrativa deste como expressão da realidade, fatos verídicos (especular) como testemunha ocular do acontecimento. Contudo, a trama que envolveu esse estudante ultrapassou em muito a narrativa linear, objetiva e transparente, chegando ao conhecimento de órgãos internacionais de Direitos Humanos e matérias jornalísticas em várias partes do Brasil, contradizendo-os.

Por imaginário social compreendemos como uma dimensão criadora que comporta representação (constituição de imagem), afetos e intencionalidade. O imaginário social “realiza-se” por instituições imaginárias que, em seu conjunto, se ordenam por sentidos identitários, localizando-se num tempo e lugar – a linguagem é uma dessas instituições primárias centrais. Na sua autoinstituição hierárquica, ordenam-se “os de dentro” e “os de fora”. As organizações sociais modernas (no caso aqui estudado, os “órgãos de informações”, tais como, o Exército, o Departamento de Polícia Federal, etc.) são uma das manifestações do imaginário social de “segurança” constituído historicamente por um suposto Estado “racional”. A instituição tem, qualquer que seja, uma função de coesão, de harmonização e de negação do pensamento. O Outro (aquele que fala por mim) prevalece na sua cotidianidade. Em certas circunstâncias sócio-históricas, as instituições podem ressignificar-se (atribuir um novo sentido a si mesmo ou o reforço de uma finalidade) ou “morrerem” (CASTORIADIS, 2000; ENRIQUEZ, 1997).

No caso específico e histórico aqui abordado, a ditadura civil-militar de 1964, prevalece em seu núcleo o medo e o horror a uma figura fantasmática ameaçadora: o comunismo (que deitam raízes desde a

década de 20 do século XX). O anticomunismo não é apenas uma “ideologia” (MOTTA, 2002; MOTTA, 2012) ou “doutrina” (CASTRO, 2021), mas um alimento que dá sentido e coesão às organizações autoritárias do Estado historicamente instituído. Como ameaça *vivida*, ele precisa ser *eliminado*, apagado da sociedade – por prisão, por desaparecimento ou por morte. O Outro é um ser desprezível que precisa ser extirpado. Por outro lado, a dimensão de eros da sociedade alimenta-se de um imaginário oposto ao hegemônico e luta por sua sobrevivência, recorrendo às organizações (novas ou antigas ressignificadas) que deem vazão à sua existência, criando formas e modos de luta, tendo a linguagem uma das formas *de ser e fazer ser* (CASTORIADIS, 2000; ENRIQUEZ, 1997).

Enquanto um prega um mundo vivido pela paranoia, outros pregam o direito de existir e de ser, buscando eliminar a paranoia como ser e fazer ser dominante. Esse movimento de um e de outro é dinâmico e complexo, pois, dependendo das forças de investimento num contexto específico, podem canalizar energias que permitam bloquear ou implodir, totalmente ou parcialmente, as linguagens instituídas, carregando os grupos em novos movimentos, inclusive contraditórios com a sua origem. De um lado, temos instituições imaginárias sociais estatais e empresariais da segurança; do outro, instituições imaginárias diversas (igrejas, estudantis diversas, sindicais, direitos humanos, etc.) pautadas na representação de igualdade, cidadania (direitos e deveres) e revolução (partidos revolucionários).

Posto isso, pretendemos analisar os sentidos e afetos dos órgãos de repressão sobre o estudante de Ciências Sociais da UFPE, Cajá, a partir de seus documentos de informação; identificar e caracterizar esse tipo de documento; reconstruir uma narrativa histórica a partir desses documentos e outros (processos, perícia técnica, etc.), além de incluir

outras fontes narrativas, como os jornais comerciais (o Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo), e as atas do CFCH sobre a temática; analisar a dimensão ideológica da instituição imaginária “segurança”, tomando como exemplo o documento do Exército de “análise da subversão”, produzido no período da prisão de Cajá. Por outro lado, para compreensão do movimento discursivo dos órgãos de informação (com seus estereótipos) e do Departamento da Polícia Federal durante a disputa simbólica na imprensa e que procurava responder às pressões sociais e estudantis, iremos agora, nesta segunda edição, analisar a força política do movimento estudantil da UFPE – e seus apoios longínquos – e as transformações de seus quadros profissionais e estudantis vivenciadas pela UFPE. As classificações e estereótipos dos órgãos da ditadura se realizam no processo de disputas políticas, concretas, com forças em ação, e não apenas por meio de um constructo ideológico já estabelecido (como na pressuposição) – o movimento estudantil contribuiu para essa resignificação. Para a ilustração da importância desse movimento, um documento confidencial datado de 16 de outubro de 1980², que faz uma narrativa da prisão de Cajá até a data do documento, descreveu o seguinte acerca do apoio que Cajá recebeu dentro e fora do país, *atônito*.

Desde sua prisão, "CAJÁ" recebeu amplo apoio de políticos radicais de oposição, entidades estudantis e membros do clero. Inúmeros telegramas procedentes do exterior, dirigidos ao Superintendente do DPF/PE e ao Juiz Auditor da 7ª CJM, traziam no seu texto, pedidos e acusações, fazendo com que aumentasse a solidariedade em torno do nominado.

² Arquivo Nacional. Documento sem registro de origem consta: carimbo Confidencial, data: 16/10/1980, nominado: Edival Nunes da Silva – “Cajá”. Ciente em 23/03/81. Arquive-se A.A.S.

No processo³ contra esses jovens, incluindo Cajá, o relator do documento declarou-se inconformado pelo apoio que Cajá recebeu devido à sua prisão, o que não ocorreu com os outros. Estupefação (“ocorreu reação jamais vista”; “Que teria provocado tais reações?”; “evidentemente...foi acionado”) é o melhor sentido figurado para representar esse discurso.

Preso “Cajá” ocorreu reação jamais vista em termos de imprensa, políticos, clero, sacudindo esta cidade de Recife, com reflexos em todo o País e até no exterior. Que teria provocado tais reações? A prisão ocorreu sem grande aparato, outros companheiros seus já tinham sido detidos, o inquérito que apurava as atividades do PCR estava em pleno andamento, sem maior estardalhaço. Evidentemente, um mecanismo qualquer foi acionado em favor de EDIVAL NUNES DA SILVA, já que, outros acusados como EDILSON FREIRE MACIEL contra quem nada se apurou nem no inquérito nem em juízo, não teve nenhuma voz a defende-lo (PROCESSO nº 132/78, p. 10).

Edival Nunes da Silva Cajá trabalhava com os pais nas roças quando criança, em Bonito de Santa Fé, a 493 km de João Pessoa. Entrou na escola aos 8 anos de idade – tendo dificuldade de acompanhar os outros colegas –. A designação Cajá foi posta por Dom Helder Câmara, já que na época ele era conhecido por Cajazeiras, cidade onde morou. “Cajazeiras?”, indagou Dom Helder Câmara. “Cajazeiras é uma árvore. Cajá é muito mais curto, é o símbolo de um fruto tropical. Tem mais sentido, num é não?”. Sua mãe desejava que ele fosse padre e o ingressou no Seminário Nossa Senhora da Assunção, em Cajazeiras. Em 1972, chega ao Recife e foi trabalhar no Banco Industrial de Campina Grande, matriculando-se no Ginásio Pernambucano, residindo na Casa do Estudante. Anos mais tarde, em 1975, matricula-se no curso de Ciências Sociais da UFPE (matrícula

³ PODER JUDICIÁRIO. Justiça Militar. Auditoria da 7ª. CJM. Processo No. 132/78. (esse documento constava como documento no SNI/Recife Informação: 241/116/ARE/223/79. 11 de junho de 1979)

11750/2642), área de concentração, Sociologia, antes denominada, Universidade do Recife (1946-1968). O reitor já era Paulo Frederico do Rego Maciel.

No dia 12 de maio de 1978, por volta das 20h, na Conde da Boa Vista, mediação da antiga Mesbla, na parada de ônibus, um veículo para assediando a calçada, homens pulam do veículo e o jogam, com resistência, para o interior, forçando Cajá gritar: “Eu sou Cajá, digam a Dom Helder que estou sendo sequestrado” – Cajá tinha 28 anos (ROZOWYKWIAT, 2014, p. 128 e 136).

Cajá nos relata que, quando entrou na universidade, o modelo do Básico era sequencial, o que possibilitava a formação conjunta da turma toda. Com a ditadura, passou-se a períodos, levando ao desmembramento da turma e à dispersão no momento da formatura.

Básico era os quatro primeiros semestres, os quatro primeiros períodos. Nossa turma foi a última que foi do período que chamavam por série, não por período. Então, você terminava um curso de 4 anos, era 4 anos... Uma sequência de aula, com cadeiras, com programas que você tinha começo, meio e fim. Com os períodos, você podia terminar, com 6 anos, 8 anos... Ficava uma confusão, você tinha colega de turma de um período e de outro, e tudo isso fazia parte da tática da dispersão de quebrar o espírito de unidade dos estudantes que começam numa turma...

Alzira Medeiros incluiu a questão de gênero para destacar que o curso de Ciências Sociais era composto principalmente por mulheres. As áreas da Engenharia eram masculinas. Como ela disse, as áreas humanas faziam parte da “feminização profissional” da época. Os cursos que eram disputados, e por homens, eram as engenharias, Direito e Medicina.

Dentro da disputa de um vestibular tinha menos concorrência. Então, muitas pessoas iam fazer ciências sociais sem nem saber o que era, e se perturbavam

um pouco quando começavam a entender o que era o curso, e realmente a gente tinha na turma poucas pessoas que assumiam mesmo esse debate das ciências sociais, da sociologia, da antropologia, da política... Essa época o curso de ciências sociais na federal, ele era ciências sociais mesmo. A gente tinha uma grade comum de sociologia, antropologia, e ciência política, depois você fazia uma opção de qual área você queria concentrar seus estudos. Se eu não me engano, depois do segundo ano, você fazia essa opção, essa escolha.

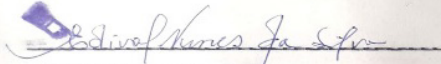
Retornando a Cajá, consta em documento do curso de Ciências Sociais que “o aluno trancou o semestre autorizado (2º/ 78)”, momento que se encontrava preso no Departamento da Polícia Federal. Em 29 de junho de 1978, Cajá solicitou autorização ao curso de Ciências Sociais para realizar, nas dependências do Departamento de Polícia Federal, exame da disciplina “Análise Sociológica”.

Ilma. Sra. Coordenadora do Curso de Ciências Sociais
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFPE.


EDIVAL NUNES DA SILVA, matriculado no 7º Período,
Nº 1.17592642, no curso de Ciências Sociais, vem mui respeitosa-
mente, requerer a V.Sa. se digne autorizar seu exame da DISCIPLI-
NA ANÁLISE SOCIOLOGICA, nas dependências do Departamento de Polí-
cia Federal, onde se encontra detido.

Nestes termos pede deferimento,

Recife, 29 de Junho de 1978.


EDIVAL NUNES DA SILVA

MELIO COELHO CORREIA DE OLIVEIRA
2º TABELIAO
Severino José Alves e Silva
1.º SUBSTITUTO


Milton Moreira da Silva
ESCREVENTE AUTORIZADO
Rua do Imperador 310 Fones 224-2681 224-4793
Loja e Sobris - Loja n.º 1 - Recife - PE

RECONHECO a (s) firma (s) *Edival Nunes da Silva*

Recife 30 de junho de 1978
Em Testemunho da verdade. O B.º Tab. Público

Fonte: Arquivo pessoal de Cajá

A possibilidade de realizar esse exame, enquanto preso, partiu da professora Lia Parente⁴, a mais progressista entre Silke Weber⁵, Silvio

⁴ Em dezembro de 1978, Lia Parente e outros, entre eles, Antonio Lavareda e Silvio Maranhão (Paraninfo) são os homenageados de uma turma das C. Sociais denominada "Darcy Ribeiro", em que compunha a matrícula de Edival Nunes da Silva Cajá. Dom Helder Câmara foi o Patrono. (DP, 21/12/78, B-8).

⁵ A depender dos órgãos de informação, a professora Silke Weber, como presidente da ADUFEPE, mantinha "ligações com algumas entidades que obedecem a uma linha de contestação ao regime e ao Governo" e registra a participação

Maranhão⁶ e Antonio Lavareda, conforme julgamento de Cajá. Conta-nos ele, encantado por ela, que:

Todos os adjetivos que eu possa arranjar ainda são poucos, porque ela era bastante coerente, além de ser uma aula muito prática, democrática... Pra você ter uma ideia, dois ou três alunos estavam conversando na aula dela, ela disse “oh, fulano pode ir pra o corredor conversar? Eu não me oponho nem posso proibir vocês de conversarem... Pra deixar os outros a vontade pra ouvir, depois vocês voltam”, e evidentemente que ninguém saía, mas era uma forma de chamar atenção do aluno, e se sáísse não tinha nenhum problema, fumava... Cruzava as pernas no birô, e ficava batendo papo, a aula dera era um encanto.

Impressionado com a sua criatividade didática, ele destacou que:

ela podia fazer uma aula de teoria política e análise sociológica... Então ela podia começar de uma medida provisória que o governo lançou, do tema que surgiu em sala de aula ou de uma obra literária, do personagem de uma obra literária e começar a aula de análise sociológica.

Como prova de sua diferença em relação a outros professores, Cajá recebeu, em sua prisão, a visita de Lia Parente como uma “uma surpresa agradável”, pois estava num presídio “que já não existe mais, na mata de

da ADUFEPE em “eventos contestatórios” (BRASIL. SNI/Ag Recife, Informação 175/119/ARE/81, 24/08/81. Assunto: Acompanhamento das atividades dos movimentos de pressão). Um outro documento, com o tema, “atuação dos professores, a professora Silke Weber, e vários outros, são identificados como aqueles que fazem de suas aulas “contestações políticas ao governo” de vertente “esquerdista”. Diz o documento: “SILKE WEBER (...), refere-se sempre, em suas aulas, com ironias, a um “país fantástico”, no qual ocorreu uma tomada violenta do Poder e que expulsou seus profissionais mais ilustres, inteligentes e competentes, haja visto que exerceram, durante o exílio, cargos importantes nas universidades estrangeiras e, quando do regresso, devido a uma anistia enganosa, são proibidos de conceder entrevistas, não sendo reconhecidas nesse “país fantástico a capacidade deles, a qual é admirada nos países superdesenvolvidos”. (BRASIL. SNI/Ag Recife. Informe 2/119/ARE/81, 06/01/81, Assunto: Atuação dos professores, 1544/81).

⁶ Em documentos dos órgãos de informação, Sílvia Maranhão é identificado como “esquerdista”, ao lado de Armando Souto Maior (BRASIL. MEC. Delegacia em Pernambuco. ASI. Informe 51/84. Em 17/04/84, Assunto: Adeildo Antão dos Santos e outros). Em outro documento, é registrada a presença dele na assembléia estudantil para libertação de Cajá. Representava, no momento então, a Associação dos Sociólogos de Pernambuco (BRASIL. SNI/Ag Recife. Confidencial. Informação 460/119/ARE/8. 23/05/78. Assunto: Movimento estudantil no Recife/PE, em solidariedade ao universitário Edival Nunes da Silva, preso pelo DPF/PE.).

Dois Unidos, que era um local bem esquisito, no meio da mata... Era um local de desova de cadáveres, do esquadrão da morte, né?”. Alguns presos estavam com centenas de anos para encarceramento, inclusive “Bil do olho verde”. Ele retomou a história da visita da professora a ele e acrescentou:

Então, eu tô ali no dia e chega o carcereiro e diz “Veio uma professora aí que veio aplicar uma prova pra você” Vamos tirar você, você vai pra o refeitório... Era umas mesas de cimento, de concreto, era Lia Parente... e eu absurdamente estranhava qualquer coisa, não sabia... Primeiro, eu estava quase incomunicável pra ter visita minha era uma lista. Ela chegou “Bom dia, como vai? Tudo bem?” me cumprimentou efusivamente e disse “Deixe que eu lhe dê um beijo, estou com saudades de você faz muito tempo”, nos abraçamos e nos beijamos de um lado e do outro, no início da conversa e no final, e eu senti que era uma tática pra me descontrair, ela disse “olhe, seu advogado conquistou o direito de você fazer prova”, nessa época eles estavam tentando me jogar como cara mais perigoso do mundo da política [...] As acusações que eles tinham contra mim por mais pesadas que fossem eles não tinham provas. E pelo meu convívio universitário, acadêmico e encontros nacionais, notas, frequências, trabalho... Então, não batia, trabalho carteira assinada e frequência do trabalho na CNBB.

Cajá ainda comentou que a professora corrigiu na hora a sua avaliação e lhe atribuiu dez (10,00):

É muito fantástico esse fenômeno de uma professora de sociologia vim aplicar aula pra um estudante que está preso por defender a sociedade, por defender a liberdade... E havia pergunta sobre isso, dentre as nove perguntas, uma delas era “O que leva um estudante de sociologia crítica, de consciência crítica estar encarcerado?” E eu discorri sobre isso.

Se, por um lado, esses professores eram bem vistos por Cajá, como progressistas, outros docentes eram vistos como de direita, incluindo os

professores Palhares Reis⁷ e Ivo Dantas, ambos da Faculdade de Direito. O primeiro professor, Palhares Reis, chegou a ter atrito com ele pelo motivo de, em suas passagens em sala de aula, ser contra o AI-5 e o MEC-USAID.

Então, ele chegou a dizer virado pra mim dentro da sala de aula, lá no CFCH, e dizer o seguinte: olhe, eu quero que você saiba que nós temos ai vários cartazes avisando “Brasil, ame ou deixe-o”, estou avisando, depois não diga que não avisei. E eu lembro que um desses dias, eu fiz igual de quando eu era secundarista. Eu disse: ‘Olha, Palhares, pois eu o amo e não vou deixa-lo, não vou sair daqui’. Ele disse: “É o que nós vamos ver”, o Palhares chegou a falar isso, Palhares Moreira Reis [...] Falava e defendia a ditadura em sala de aula.

Na primeira assembleia realizada na UFPE em defesa de Cajá, puxada pelos estudantes de Ciências Sociais, realizada no CFCH, Alzira Medeiros nos conta que entrou em choro e não conseguiu falar por estar muito emocionada. Ela sabia que Cajá, seu amigo, estava preso e sendo torturado.

Na primeira assembleia, eu não consegui dizer uma palavra porque eu cáí no choro, “Meu amigo está sendo preso, torturado, Meus Deus alguém assume aqui essa assembleia...” (risos). Eu lembro que um colega assumiu a direção da assembleia da sala e continuou, “Vamos fazer greve, vamos parar...”.

Alzira Medeiros confessou sua amizade com Cajá, o impacto de sua prisão para ela e seus amigos, e as atividades político-pedagógicas desempenhadas na universidade e CNBB.

⁷ Antonio Carlos Palhares Reis, professor do Mestrado da Faculdade de Direito e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, tinha uma boa imagem perante os órgãos de informação. Conforme documento, além de ressaltar as premiações recebidas pela própria instituição com “três medalhas de méritos” e ter “[Exercido] também de forma excelente” os cargos administrativos na Reitoria, “é de linha política liberal, sendo ligado aos simpatizantes do PARTIDO DA FRENTE LIBERAL em PERNAM BUÇO (PFL/PE)” (Agencia B2R, no. ACE 9358/91, Confidencial, entrada 10/09/91, ACE Processado em 23/09/91). Coube a Palhares Reis, também, a condução da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, que tinha como objetivo “inculcar na cabeça dos jovens valores patrióticos, religiosos e, particularmente, anticomunistas, dentro do espírito do governo militar” (P.229) (PERNAMBUCO. Relatório final: volume II / Fernando de Vasconcelos Coelho ... [et al.]; organização Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. – Recife : CEPE, 2017).

Foi um desespero, ele era meu amigo, ele é meu amigo! Mas nessa época a gente tinha uma proximidade muito grande, a gente estudava junto, a gente tinha grupo de estudos, a gente participava, militava juntos no movimento estudantil, né. E eu tinha tido também uma participação de trabalho, que inclusive ele que arranhou pra mim, pra eu trabalhar meio expediente na CNBB na época, e eu trabalhava no centro de documentação popular que era o centro que organizava informações da igreja para o trabalho comunitário da igreja, comunidade eclesiais de base. Então, era um grupo bem importante, bem legal, que eu aprendi bastante sobre como pesquisar notícias. Eu lembro bem a gente fazendo caderno sobre o custo de vida, como é que a população lia, aquela história da inflação, que foi terrível na década de 70, né... Pobreza imensa. Então, a gente tinha essa afinidade de leitura da realidade brasileira, e também na perspectiva de mudança, né. Porque a gente já tinha um debate muito grande sobre marxismo, sobre a política, sobre os grupos políticos, os partidos políticos legais e clandestino.

Pedro Laurentino conta-nos que na assembleia que participou, logo após a prisão de Cajá, o choro dominou o lugar. Inclusive, ele também chorava (ele tinha 21 anos em 1978) e o auditório todo estava em lágrimas. Ele alertou que Cajá não seria solto com choros, mas com luta. Greve política era quase impossível naquele momento, alertou Laurentino. Era muito difícil. Assim, ele narrou:

E eu confesso a você que foi a assembleia mais emocionante que eu participei na minha vida, uma assembleia do curso dele, numa sala que você vai subindo degrau por degrau. E da rural fomos pra lá, umas oito ou dez pessoas. Estava o auditório cheio, e nós naturalmente fomos lá pra trás. O pessoal da federal que ia comandar o processo da assembleia, era uma assembleia diferenciada, não era o típico público estudantil não. Tinha muitas senhoras casadas, com filhos na assembleia. E não era fácil puxar uma greve, né... Não era fácil. Ele começou a assembleia com frieza, só as pessoas designadas para esquentar a assembleia também não tinham condições de fazer isso, porque eu falando começava a chorar, a emoção era muito grande, falava e chorava. Quando eu

olhei uma hora a assembleia toda estava chorando. Aí eu pensei “Cajá vai morrer, poque chorar não tira gente da cadeia não. Esses caras não tem pena de ninguém, temos que tirar com briga.

A mãe de Cajá estava presente, esclareceu Pedro, e ela disse no microfone que seu filho não era bandido, não era terrorista, era trabalhador. A assembleia foi se envolvendo com as falas e depoimentos, até que , Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão, estudante de Ciências Sociais, futuro vice-presidente da UNE (1979), fez uma fala que articulava emoção e agitação. A partir dessa fala, no entender de Pedro, a greve já estava decretada.

quando Lula pegou a palavram, quem chacoalhou mesmo a assembleia foi o Lula Falcão, ele fez um belo discurso, onde mesclava sensibilidade com agitação, chamando pra greve: “nós temos que ir pra greve, nós não podemos deixar cajá sozinho, queremos Cajá entre nós”.

Aí foi... Quando ele terminou o discurso dele a greve estava declarada. E aquela greve, aquele momento foi crucial... Por que se fracassasse ali, com certeza, não sei se Cajá estaria entre nós de novo. Aquele momento foi um momento de inflexão e depois nós soubemos, Cajá informou... Que naquele mesmo dia, na mesma manhã, a tortura deixou de existir.

Nessa greve, que surgiu dessa assembleia, os estudantes se reuniam religiosamente no DCE da UFPE e faziam atos mensais para não cair no esquecimento. Nesse momento, decidiram, então, procurar Gonzaguinha (Marlene fazia par com o cantor), que na ocasião fazia um show no Teatro do Parque, localizado a apenas alguns metros do DCE. O objetivo era solicitar a ele que informasse sobre a realização da assembleia a favor de Cajá. Laurentino foi o responsável por fazer o contato e disse-nos que foi muito mal recebido pelo cantor. Assim relatou:

Acho que agosto ou setembro no DCE que coincidiu com o projeto Pixinguinha que ficava perto do DCE, aí eu fui selecionado pra ir lá e pedi a Gonzaguinha que ele anunciasse o ato, o ato era numa terça, eu pedi numa segunda, e eu fui muito mal recebido por ele, ele foi muito grosseiro, disse que tinha muito respeito pelos músicos dele e ele não podia por os músicos dele em situação de perigo, e eu comecei a insistir, ele disse: “você está me cobrando?” Eu disse: “estou cobrando coerência”

No dia seguinte, decidiu-se que deveria insistir com a cantora Marlene, já que com Gonzaguinha não havia surtido efeito. Ele retornou ao Teatro e falou com Marlene e, para sua surpresa, a cantora decidiu apoiá-los. Gonzaguinha apareceu no momento e Marlene intercedeu a favor, mesmo com resistências de Gonzaguinha. No final do show, Gonzaguinha informou sobre a assembleia que seria no DCE e conclamou a presença do público. O público aplaudiu o informe:

Aí fui no dia seguinte, e coincidiu de vir a Marlene, e a Marlene me recebeu uma doçura de pessoa, parecia uma mãe encontrando o filho, ela já tinha seus 60 anos e tal. Aí contei a história e ela disse é um prazer, aí la vem Gonzaguinha com raiva e ela intercedeu, “O garoto está aqui fazendo seu papel, vamos fazer o nosso”, pode ter certeza que vamos anunciar, no DCE hj às 8h.

Mas não foi ela, quem anunciou, foi ele. “Vocês conhecem Cajá?” aí o auditório todo mundo aplaudindo, depois entendi que era mais algo a preservar os músicos dele mesmo, ele não estava sozinho.

No segundo semestre de 1979, já liberto, Cajá se matriculou em duas disciplinas e concluiu todas as disciplinas em 1983. Devido à prisão, levou 8 anos para se formar.

Esse era o jovem que o DPF classificou como perigoso, terrorista e comunista – muito querido na Igreja e entre os estudantes. É o que se verá nesta pesquisa.

Entretanto, para que possamos compreender melhor o que era a UFPE nesse período, em especial quanto aos seus quadros profissionais e educacionais, sua potencialidade de reação à prisão de Cajá e sua transformação no tempo, apresentamos dados sobre docentes e estudantes, os quais estão dispostos em uma situação comparativa no tempo.

Em 1969, no ano da Lei nº 477, existiam 8.060 estudantes matriculados na UFPE; em 1970, esse número aumentou para 9.549 estudantes matriculados (aumento de 18,5%); em 1974, 13.091 (ainda sob o domínio das entidades estudantis, defensores da ditadura e de parceiros com a Reitoria) (aumento de 62% em relação ao ano de 1969); em 1976, 19.787 (aumento de 145%); em 1977, 21.629 (aumento de 168%); e em 1978, no ano da prisão de Cajá e das mobilizações em sua defesa, 21.735 (aumento de 169%). Percebemos que houve um crescimento significativo de matrículas, mais do que o dobro, sobretudo se tomarmos o ano de 1969 como referência. Isso significa que, num contexto de enfraquecimento da ditadura, já havia acontecido o assassinato do jornalista Herzog (1975), trazendo grande desgaste ao governo. O crescimento do número de matrículas nas diversas universidades gerou um ambiente de conflito com seus gestores e seus governos (SOARES, 2020).

A luta dos estudantes “excedentes” para serem aceitos pelas universidades, aprovados nos vestibulares, mas não na classificação de vagas (estas, insuficientes), era uma realidade anual com protestos, ocupações, comissões de negociações. As reitorias, inclusive a da UFPE, alegavam falta de recursos. As décadas de 1960 e 1970 estavam com essa pauta na ordem do dia.

O mesmo aconteceu com os quadros docentes. Em 1969, existiam 1.331 docentes. Em 1970, 1.338; em 1974, 1.664 docentes; em 1976, 1.779 docentes; e em 1978, ano da prisão de Cajá, 2.004 docentes (aumento de

apenas 50,5% se tomarmos o ano de 1979). Percebemos que o crescimento docente foi inferior ao crescimento das matrículas, já que aquelas quase triplicaram enquanto o quadro de docentes aumentou em apenas a metade (SOARES, 2020).

Em 1974, o campus universitário ainda não estava funcionando com todos os seus cursos, estando ainda fora dele os cursos de Direito, Administração, Odontologia e Artes. Problemas de iluminação viária, drenagem e saneamento básico ainda eram comuns na Cidade Universitária (SOARES, 2020).

Ora, vimos, assim, que existiam muitos motivos de caráter estrutural para a emergência de conflitos entre a administração e os estudantes, para além das questões políticas com o governo. Todas essas e outras questões manifestavam-se na carta-programa das chapas concorrentes ao DCE. Por exemplo, a chapa concorrente ao DCE, Debate e Ação, em 1974, propôs pontos do cotidiano dos estudantes:

1. Lutar pelo controle do aumento das taxas cobradas pela Universidade, no sentido de proteger os alunos de condições econômicas menos favorecidas, que constituem grande parte do corpo discente.
2. Lutar pelo estabelecimento de transporte de circuito interno no campus da universidade, e de melhorias de transporte de acesso da cidade para a Universidade e vice-versa.
3. Lutar pelo controle da taxa do restaurante, pois os que dele se utilizam são exatamente os estudantes dotados de menores recursos.
4. Lutar pela ampliação da Casa do Estudante para ampliar o alojamento de estudantes com atestado de pobreza, provenientes do Interior e de outros Estados.
5. Lutar pela criação de um sistema assistencial de saúde.
6. Lutar pela diminuição da taxa cobrada para carteiras de estudantes e unificação de seu preço, identificação que se apresenta com diversos custos no momento: de acordo com as deliberações isoladas dos diferentes DA. (SOARES, 2020, p. 155).

Em 1976, a chapa vencedora para o DCE/UFPE, Unidade e Luta, de oposição às diretorias defensoras da ditadura, conforme Soares (2020),

defendeu a reabertura do RU no centro do Recife, melhorias estruturais na Casa do Estudante e promoção de atividades artísticas e culturais, as quais, na prática, iriam além do entretenimento pela sua potencialidade política. Conforme verificamos na pesquisa, essas bandeiras levantadas continuaram sendo pautas estudantis nos anos seguintes (SOARES, 2020, p. 165).

Em 1979, a UNE é recriada. Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão (Lula), estudante de Economia da UFPE, terceiro sentado na cadeira, da esquerda para a direita. Pedro Laurentino, da UFRPE, sentado no chão, segundo da direita para a esquerda.



Foto da chapa “Mutirão”. Venceu as eleições diretas para direção da UNE em outubro de 1979.

Em pé, atrás, da esquerda para a direita: Juarez Amorim, José Pimenta, Sergio Carneiro e Ivaneck Perez.

Nas cadeiras: Marcelo Barbieri, Alon Feuerwerker, Luis Falcão (Lula), Cândido Vaccarezza, Fredo Ebling e Gilberto Martin.

Na frente: Aldo Rebelo, Rui Cesar (presidente), Maria Francisca de Souza (Kika), Pedro Reis Pereira e Vladir de Oliveira.

(Fonte: Maurício Quadros da Mota, A UNE VOLTA À CENA A reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979))

Em Pernambuco, em 1980, a União dos Estudantes de Pernambuco, é restabelecida pelos estudantes de esquerda, e Pedro Laurentino (UFRPE),

na chapa Viração, é o seu primeiro presidente. Da UFPE, compunham-na: a vice-presidente, Luzimar Brandão (C. Sociais), o tesoureiro, Luis Carlos (Geografia), o diretor de Imprensa, Carlos Alberto (C. Econômicas), diretor de Ensino e Pesquisa, Flávio (Direito) e por fim, 1º suplente, Flora Margolis (Letras).



Fonte: Arquivo pessoal de Pedro Laurentino

Procedimentos metodológicos

As fontes institucionais pesquisadas foram Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. No Arquivo Público Estadual, identificamos e coletamos as matérias acerca de sua

prisão nos jornais Diário de Pernambuco, de maio a julho de 1978. Priorizamos esse período por ter sido representativo do “clima” constituído/instituído de sua prisão. No Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, no setor DOPS, identificamos e coletamos por fotografia os documentos oriundos das Secretarias de Segurança Pública (como as Secretarias Auxiliares). No Arquivo Nacional, identificamos e coletamos documentos confidenciais, oriundos dos órgãos do SNI, do Exército, do DPF (Departamento da Polícia Federal), da Marinha, etc. Sua busca foi feita pela internet, com cadastro na página do referido arquivo.

O Jornal do Commercio, por não estar disponível para pesquisa, foi eliminado da amostra e como fonte. Procuramos documentos no CFCH/UFPE, onde Cajá estudou, no curso de Ciências Sociais, mas encontramos apenas o seu histórico escolar. Já no Conselho Universitário da UFPE inexistiu informação sobre o caso. A ata que corresponde ao período antes de sua prisão e a próxima ata, que teve sua reunião em julho, não faziam referência ao caso.

Entrevistamos os estudantes da época, Edival Nunes da Silva (Ciências Sociais), Alzira Medeiros (Ciências Sociais), Orlando Mindelo (Desenho Industrial), Pedro Laurentino (Agronomia da UFRPE) com a finalidade de reconstituir historicamente a época das representações do reitor Paulo Maciel e de outros professores que assumiram cargos administrativos, além da mobilização e estratégia dos estudantes em defesa de Caja. Utilizamos, também, a Tese de Doutorado de Thiago Soares, intitulada “A universidade em movimento: vigilância, militância estudantil e luta contra a ditadura na UFPE (1974-1985) para a reconstituição histórica do movimento estudantil”.

Fizemos também um levantamento bibliográfico das pesquisas científicas sobre os órgãos de segurança em Pernambuco, já que o anticomunismo, fartamente produzido em 64, não teve origem na

ditadura civil-militar, mas no levante militar da década de 35, que tinha Luís Carlos Prestes como referência. Tal fato justificou um anticomunismo fervoroso. Além desse estudo, pesquisamos sobre a dimensão ideológica da ditadura e o governo de Ernesto Geisel, pois foi nesse período que se deu a prisão de Cajá. Também pesquisamos bibliografia científica acerca dos órgãos de segurança (AESI, ASI) presentes nas universidades.

Antes de apresentar os procedimentos e instrumentos de análise, algumas considerações são importantes sobre a natureza desses documentos, já que eles nos guiaram na interpretação sobre a prisão de Cajá.

Há, de certa forma, uma mística sobre tais documentos, já que, no senso comum, espera-se que o contato com eles e com a verdade venha à tona. Como já alertou James Green (2011, p. 206), “a palavra escrita tanto pode ocultar quanto revelar”. Padrós (2009, p. 39), por sua vez, pede cautela quanto a esse aspecto:

Ainda em relação ao uso das fontes, cautela semelhante ao uso dos testemunhos e dos jornais deve ser manifestada no tratamento dado aos denominados documentos oficiais, cuja lógica interna (informação, contra-informação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade.

Discutindo a importância desses documentos, Carlos Fico (2012, p. 58) ressalta que:

Os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio. Mas se nós entendermos “verdade” em seu sentido relativo, como um esforço contínuo de esclarecimento e explicação dos

fenômenos, então podemos afirmar que a “verdade” que os documentos da ditadura registram é mobilizadora.

Camargo (2002, p. 5) alerta sobre como perceber esses documentos, já que o “poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo” e que, por isso mesmo, produzem “informações nominativas, isto é, apreciações ou julgamentos de valor sobre pessoas explicitamente designadas. E as informações de caráter pessoal encontradas nos serviços de segurança são muitas vezes improcedentes, inexatas e enganadoras” (CAMARGO, 2002, p. 6).

Contestando a compreensão de que documentos dos arquivos são idôneos e verdadeiros, e, em consequência, são neutros e imparciais, Camargo (2002, p. 7) ressalta:

A idéia de que os documentos falam por si – síntese caricatural da postura assumida pelos que seempenharam em equiparar a história, no século XIX, às ciências naturais – tem seu lastro na idoneidade atribuída aos arquivos, convalidando o ponto de vista retórico de que a verdade é a medida do que se apresenta como incontroverso. Em torno desse eixo gravitam também os pressupostos de imparcialidade e naturalidade dos documentos de arquivo, conceitos cuja aceitação pelos profissionais de outras áreas encontra uma férrea resistência.

Para a autora, “os documentos carregam consigo, obrigatoriamente, a cunha da instituição que os produziu” (CAMARGO, 2002, p. 9), pois

os documentos constituem prova do efetivo exercício de atividades repressivas e por isso mesmo são capazes de fundamentar, a posteriori, o exercício de direitos que se lhes contrapõem (anistia, indenização de vítimas, apuração de responsabilidades, restituição de bens confiscados etc.) (CAMARGO, 2002, p. 7).

James Green (2011) é bem incisivo quanto a essas fontes produzidas por estados autoritários: “encontramos uma série de mentiras e enganos registrados nos documentos de aparência oficial [...] são cheios de mentiras” (GREEN, 2011, p. 206, 211). O autor alerta que, apesar de vários silêncios contidos neles, os documentos como “vestígios”, “teoricamente cabe ao historiador o papel de usar este material incompleto para recuperar e criar narrativas sobre o passado” (GREEN, 2011, p. 210).

Kushnir (2006) defende a ideia de que esses documentos podem ser tematizados tanto na perspectiva da “história política quanto uma abordagem cultural”. Para a autora, os investimentos nesses estudos nos ajudarão a entender o autoritarismo estatal constante desde a República.

As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dimensionam o peso e o papel de uma cultura censora e repressiva no esforço de delimitar o legal e o ilegal. No Estado brasileiro republicano essa foi uma tarefa, um ato de fundação, que pode ser constatada nos trabalhos acerca da força e da ação da polícia no início da República, e se explicita como forma de impor um determinado modelo de cidadão ideal (KUSHNIR, 2006, p. 44).

Essa mesma autora alerta:

Os documentos do Dops [incluímos todos documentos da repressão] não devem ser tomados como a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais (KUSHNIR, 2006, p. 51).

Posto esse olhar crítico sobre esses documentos e fontes, recorreremos a algumas sugestões e *noções* da Análise Crítica do Discurso para sua análise. Vale ressaltar que nos basearemos apenas em algumas noções e argumentos da AD que permitam, em um determinado momento, encarar os documentos da repressão como “discurso” (prática social), o que

implica levar em conta ideologias, estereótipos, pressuposições e ambiguidades.

A análise do discurso e do imaginário exigiu fazer algumas perguntas que são próprias do estudo histórico institucional: quem é o sujeito que se diz e como se diz de si próprio? Quem está ausente/presente no dizer/representar? A quem se diz servir a instituição e a quem, de fato, a serve?

Quem são aqueles que sofrem ou recebem a ação da instituição? O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido?

Como se destaca aqui, as categorias de análise social se conectam, se ligam às de análise linguística. Essas argumentações teóricas nos impõem conhecimento histórico - o que está posto anteriormente - e institucional - SNI/DOPS quanto ao seu imaginário de fundação e de identidade (ou identidades), construídos historicamente. Ambos são instituições imaginárias, que possuem linguagens próprias e convencionais, e elaboram rituais (encontros, normas, cursos, classificações, etc.), diferentemente das entidades educacionais, como as universidades, que elaboram discursos diferentes. A ciência se caracteriza pela “neutralidade”, pela “objetividade” da coleta e análise, pelo “método de exposição racional” (escrita ou fala ordenada pela logicidade), pela “clareza conceitual” e, em aparente contrariedade, pela sua própria problematização acerca de sua “natureza” - o que os órgãos de repressão não podem fazer, já que sua “natureza” é produzir “inimigos” e não problematizá-los.

Uma das noções a serem utilizadas para análise das amostras é a pressuposição. Por pressuposição entendemos que “são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 155), e que, “em muitos casos de pressuposição, o ‘outro texto’ não é um outro texto especificado ou identificável, mas um ‘texto’ mais nebuloso correspondendo a opinião geral”.

Ducrot (1987, p. 20) destaca que

o subentendido, ao contrário, ocorre em momento posterior a esse ato, como se tivesse sido acrescentado através da interpretação do ouvinte; quanto ao pressuposto, mesmo que, de fato, nunca tenha sido introduzido anteriormente ao ato de enunciação (como se o ouvinte não soubesse, antes da formulação do enunciado [...]), ele procura sempre situar-se em um passado do conhecimento, eventualmente fictício, ao qual o locutor parece referir-se.

As pressuposições podem ser manipulativas e sinceras, conforme Fairclough (2001). Na primeira, “o(a) produtor(a) do texto pode apresentar uma proposição como dada por outro ou estabelecida por ele mesmo desonestamente, insinceramente e com intenção manipulativa”. Na segunda, o seu oposto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 156).

Na mesma direção, Charaudeau e Mainguenu (2004, p. 404) destacam que os pressupostos “correspondem a realidades supostas já conhecidas do destinatário (evidências partilhadas ou fatos particulares decorrentes de seus saberes prévios)” e “são assumidos por uma espécie de voz de coletiva”.

O pressuposto, observa Fairclough (2001), é o mesmo que o “pré-construído” em Pêcheux, pois “remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído” (“como se esse elemento se encontrasse aí”) (PÊCHEUX, 1995, p. 93). Sobre isso, Charaudeau e Mainguenu (2004) destacam que aquele que “evidencia” o que foi “já dito” é “porque [esqueceu-se] quem foi seu enunciador” (CHARAUDEAU; MAINGUENAU, 2004, p. 401).

Para este estudo, o “pré-construído” e os “saberes compartilhados coletivos” serão tratados na ordem extralinguística, ou seja, por meio de ideias e representações estruturadas que impulsionam um julgamento sobre a realidade, que impõem um posicionamento político, que se diferencia daquilo que os linguistas analisam (alguns articulam com o

externo). É o que Orlandi (2009, p. 32) define como “memória discursiva”, ou seja, é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra” – aqui se encontra a questão da ideologia.

Chamamos a atenção de que os órgãos de repressão se constituíram/instituíram na exigência de aperfeiçoamento, na contratação de especialistas, na formação “técnico-científica” e importam o imaginário social científico para legitimação da instituição repressora – acoplada a da burocracia, com finalidade de resultados e eficiência.

O discurso científico, que é a expressão e maneira de ser da instituição imaginária social, importa sócio-historicidade (há unidade/universa- lidade e diferença). É um discurso de “representação” (direto e indireto) e um metadiscurso por recorrer às citações diretas e indiretas, pois se coloca como distanciado do objeto (coisas, pessoas, instituições) do qual se fala. Por outro lado, apesar desse distanciamento, é um discurso de ambivalência, pois incorpora a questão do poder e da ideologia hegemônica – e de suas tensões e contradições.

O imaginário social (no caso aqui da instituição segurança) se estabelece pelo afeto, pela representação e pela intencionalidade. Afeto vem do latim *affectus* (afetar, tocar) e constitui o elemento básico da afetividade, conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza (CODÓ; GAZZOTTI, 1999, p. 51).

O imaginário social é “identificado” pelos seus efeitos. Afeto, conforme Zimmerman (2012), deriva do latim *afféctus* e se refere a “um estado físico ou moral, uma disposição de espírito, sentimentos que afetam o psiquismo, tanto no que diz respeito às afeições (amizade, amor,

ternura) como ao vocábulo *affecções*, no sentido de processo mórbido” (ZIMERMAN, 2012, p. 49). Pode, também, ser referido ao destinado: alguém é afetado por (AULETE, 2011). O afeto exprime “qualquer estado afetivo, penoso ou desagradável [...] quer se apresente sob a forma de uma descarga maciça, quer como tonalidade geral [...] o afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1995, p. 9).

Do ponto de vista operacional, o afeto será identificado por frequências de categorias-chave (LSN, subversivos/subversão, terroristas, comunistas), investimento, como o conjunto de palavras investidas no objeto afetado.

Os documentos a serem analisados são do SNI (Informação nº 460, 119/ARE/78), tipificado como “Secreto”, e seus anexos “informativos” (panfletos, notas, matérias de jornais) e “comprobatórios” imparciais (laudo de perícia técnica, depoimentos de Cajá e de policiais, etc.); o documento da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Santa Maria (No. 473/ASI/UFSM/78); o documento do Ministério da Justiça. Confidencial (16 de outubro de 1980); o documento de análise de conjuntura do Ministério do Exército, Gabinete do Ministro (CIE) (informação nº 253 s/102/ A5/CIE), tipificado como “Confidencial”, que tem como título “Análise da Subversão no Brasil em 1979” (270 páginas) – focaremos na análise das seções “Movimento Comunista Brasileiro” (MCB, 1979, p. 45- 49) e no “Movimento Estudantil” (ME, 1979, p. 167-190); no processo nº 132/78, estabelecido sentença.

A narrativa histórica levará em conta a cronologia histórica dos acontecimentos, mas não será prisioneira dela, já que a história não é uma sucessão de acontecimentos como os documentos tentam nos convencer (e convencer-se). A história é um conjunto de significações (representações, afetos e intencionalidades) estruturadas/estruturantes

que tem componentes cognitivos e inconscientes (que se manifestam na linguagem, nos rituais, nos símbolos materiais ou não). Há uma certa lógica/ilógica que comanda as ações humanas no tempo, inclusive na sua linguagem.

Uma pequena regressão aos órgãos de repressão política

O imaginário social, na perspectiva adotada aqui, e como sugere Fairclough (2001), exige estudos históricos da instituição em foco.

Chamaremos a atenção de que a instituição “segurança”, anticomunista, advém da década de 30, pelo DOPS (e similares), e que a ESG e o SNI complexificam sua organização, alimentando do imaginário onipotente e paranoico.

Mas antes de tratarmos dos órgãos de repressão, tratemos de um imaginário inerente a esses: a burocracia. A racionalidade burocrática se materializa não somente nas normas organizacionais e institucionais, mas em seus documentos (veremos mais adiante). A burocracia visa à eficiência, ao controle do processo, ao registro (de homens). Os documentos dos órgãos de informação passam por mudanças quando seu imaginário social, em historicidade específica, intervém e estabelece (ampliando ou modificando) novas linguagens/imagens/símbolos. A burocracia se altera no e com o tempo.

Abrucio e Loureiro (2018), em sintonia com Max Weber, chamam a atenção para as questões do “poder burocrático”, que enfatiza a “lógica dos meios ou dos valores instrumentais diante dos fins últimos”. Para eles, a “racionalidade instrumental da burocracia” produz ‘especialistas sem espírito, sensualista sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado’. Ainda com Weber afirma: “a ditadura da burocracia está a caminho” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 32).

Esses autores advogam que o modelo varguista de organização e administração “criou uma burocracia voltada ao desenvolvimento, institucionalmente ligada ao mérito e ao universalismo” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 42), e que implicava uma estrutura organizacional capilar através do DASP, os “daspinhos” nos estados, que representava os interesses do Estado presidencial diante das federações. Assim se pronunciou: “o DASP teve papel de controle político sobre os governos estaduais, por meio dos ‘daspinhos’; peças fundamentais na engrenagem autoritária e centralizadora do Estado Novo” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 42).

Conforme Bercovici (2010, p. 81), a reforma administrativa da ditadura civil-militar “foi elaborada a partir de uma comissão denominada Comestra (Comissão especial de Estudos de Reforma Administrativa), criada pelo Decreto nº 54.501, de 9 de outubro de 1964”, presidida por Roberto Campos, e que prevalecia, nos discursos oficiais, inclusive nos de Castelo Branco, uma compreensão de que o Estado é uma “subsidiária da iniciativa privada”, fornecida pelo ideário fascista de Benito Mussolini (BERCOVICI, 2010, p. 82).

Esse discurso não impediu a expansão do Estado, cuja criação de estatais no interior da ditadura entre 1966 e 1976 foi de 60%. As empresas estatais foram forjadas pelo discurso de “racionalidade empresarial” e vigoradas na reforma do Decreto-Lei nº 200/1967 – o controle das estatais previsto nesse decreto funcionou apenas na formalidade e na burocracia, conforme o autor anterior. Para alguns pesquisadores, “propiciou uma espécie de feudalização” e “[aceleração] com a introdução da lógica empresarial” (BERCOVICI, 2010, p. 87).

“Essa racionalidade empresarial” apostava nas “autonomias” dos órgãos públicos frente ao Estado, apesar do arreo ser comandado por este último. Logo, “advinha de ideologia antipolítica e tecnoburocrática, a

partir da qual o regime se definia como instrumento modernizador” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 44). Assim, continuam os autores, contradizendo o discurso ideológico da tecnoburocracia:

A própria ideologia da superioridade da técnica sobre a política, central no discurso dos militares, foi refutada pelas mazelas autoritárias e pelo necessário apoio que teve de buscar crescentemente nas oligarquias regionais, com o objetivo de tentar controlar as pressões sociais, especialmente a partir da abertura e da transição democrática (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018, p. 44).

Com a reforma da década de 70, de uma administração de procedimentos para uma administração de resultados, Bercorvici (2010, p. 89) ressalta que não houve de fato reforma de Estado, mas que as chamadas “agências independentes” “foram simplesmente acrescentadas à estrutura administrativa brasileira, não modificaram a administração pública, ainda configurada pelo decreto-Lei nº 200/1967, apenas deram aura de modernidade ao tradicional patrimonialismo que caracteriza o estado brasileiro”.

Se no campo administrativo houve “mudanças para permanência”, o mesmo ocorreu no campo das relações civil-militar, conforme os estudos de Jorge Zaverucha na Constituição de 88. Segundo o autor, “a Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada e chegou a adicionar novas prerrogativas” (ZAVERUCHA, 2010, p. 40). Os militares tiveram controle sobre o processo de redemocratização, transformando em leis as suas prerrogativas. Para o autor, “uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969” (ZAVERUCHA, 2010, p. 45)

Os órgãos de repressão: pequeno relato

Gama da Silva (2007) e Motta (2012) destacam que a polícia política, que denominamos de Estado Policial, surgiu bem antes da ditadura civil-militar. A Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foi criada pela Lei nº 71, de 23 de dezembro de 1935, e tinha como finalidade “Proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social; Exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social”. Em novembro de 1937, a Secretaria de Segurança Pública criou o serviço de Repressão ao comunismo em Pernambuco (GAMA DA SILVA, 2007). O medo ao comunismo foi sua justificativa político-ideológico.

Especialização, aprimoramento, modernização eram argumentos para melhorar a segurança pública. Exigência de uma polícia que tivesse conhecimento técnico-científico foi tema da Assembleia Legislativa em 1961. Cursos no estrangeiro foram feitos com os EUA (1959), Inglaterra, Uruguai etc. Modificações nos organogramas foram alterados na medida em que “aperfeiçoavam” a sua finalidade.

Na década de 30, os crimes foram especificados como “crimes ideológicos”, entendendo-se como “crimes baseados na perversão das ideias, ou em ideias consideradas permissivas, ‘perigosas’, ‘malditas” (GAMA DA SILVA, 2007, p. 48). Para Gama da Silva (2007, p. 50), “em todos os Relatórios da Delegacia Auxiliar contidos nos prontuários funcionais da Delegacia que vi de 1932 até 1968, a maioria, fazem referência ao partido comunista, o que reforça a tese do comunismo como alvo principal da repressão”.

No governo Vargas, as designações de crimes políticos remetiam à “agitação” e ao “perigo vermelho”; nos anos 50/60 foram a segurança nacional; nos 60/70 foram as referências ao movimento estudantil, pichação, panfletagem e terroristas (década de 70). A “subversão” era o conceito-chave em todos eles (GAMA DA SILVA, 2007).

Na era Vargas, o aparato informacional posto em prática foi “ampliado no regime civil-militar, com a integração de todos os órgãos de segurança (SNI, CENIMAR, CISA, CIE, DOPS estaduais). O que era antigo se fez novo, foi atualizado [...] o corpus policial não se teria estabelecido com tanta competência, sem essa ferramenta fundamental” (GAMA DA SILVA, 2007, p. 104).

Em 1990, o DOPS foi extinto em Pernambuco e criado o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública. Após apresentar e comentar as novas normas, a autora destaca que os “argumentos e estrutura quase não sofrem modificações [...] não negam a articulação com outros órgãos de informações federais e estaduais” e a modificação da nomenclatura “demonstra que as práticas de controle social apresentavam-se como estratégia do Estado” (GAMA DA SILVA, 2007, p. 11).

Uma peça importante nos governos militares foi a criação da “comunidade de informações”. O SNI teve papel importante na centralização como agente político de espionagem e produção de informações para os governos militares.

Gaspari (2002) chama a atenção para a participação efetiva de Goubery do Couto e Silva na criação do SNI nas definições de política do governo da ditadura civil-militar. A função do SNI, Serviço Nacional de Informações, seria uma “CIA voltada para dentro”, ou seja, voltada à construção de uma rede de informações para o interior do Brasil e que não assumiria operações de intervenções. O SNI nasceu onipotente, prestaria

conta apenas ao presidente da República – em 1982, estima-se um quadro de 6 mil funcionários. Conforme Golbery C. e Silva,

O SNI é um órgão nitidamente introvertido, por definição sempre voltado para dentro, e ao qual não está afeta qualquer atividade de divulgação pública, de propaganda ou contrapropaganda, limitando-se a promover a difusão de informações e, quando for o caso, avaliações e estimativas, apenas no âmbito governamental e com a adequada salvaguarda do sigilo. [...] Daí porque um Serviço como esse nunca deve, por outro lado, assumir responsabilidades operacionais, sob pena de tornar-se um observador diretamente “engajado” no êxito da operação que tomou a si (GOLBERY apud GASPARI, 2002, p. 157).

Se o SNI atuava internamente, suas parcerias eram internacionais: EUA, Grã-Bretanha, Portugal (GASPARI, 2002). Apesar de as normas da lei terem definido o SNI por sua atuação como assessoria de especialistas, ele foi um “ativo operador político”, como pondera Elio Gaspari.

o SNI nunca foi um organismo politicamente neutro destinado a informar o presidente. Desde o início funcionou como uma assessoria política, partidária quanto à defesa do regime, pessoal quanto à defesa das manobras do mandatário, pretoriana quanto ao código de conduta militar que seguia (GASPARI, 2002, p. 167).

Conforme o Correio da Manhã, em 13 de junho de 1964, o novo órgão, o SNI, era definido como “um ministério de polícia política, instituição típica do Estado policial e incompatível com o regime democrático” (GASPARI, 2002, p. 157). A sua importância no governo militar pode ser medida pela presença de dois presidentes que saíram de sua gestão: Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

Golbery (2002, p. 157) sonhava com um órgão de elite e de alta especialização: “O chefe do SNI sonhava recrutar os quadros para a subseção do exterior entre os melhores alunos das universidades,

capturando-os no penúltimo ano dos cursos”. Se se encontra permanências na configuração do ordenamento da administração e nas forças militares, também se pode dizer o mesmo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). De 1931 a 1990, surgiram 11 siglas – com reformas e criações de órgãos que tratam do objeto de segurança social e política (GAMA DA SILVA, 2007).

Como deu para indicar, brevemente, tanto os órgãos de repressão de fase local para nacional quanto a administração descentralizada para centralizada, retornando para a descentralização em busca de resultados, mantêm um núcleo permanentemente autoritário, patrimonial e vertical. Então, há uma certa confluência do discurso burocrático com o discurso dos documentos da repressão? Se alimentam do mesmo imaginário vertical – apesar de diferenças pontuais?

Esse monitoramento, com agentes ultrassecretos e seus documentos de “informação”, até onde se sabe, de docentes e estudantes, iniciou-se em 1937, na Faculdade de Direito, conforme Ricardo (2018).

A missão era a de identificar os estudantes e professores que fossem contrários à permanência de Getúlio Vargas e o interventor Agamenon Magalhães no governo. Desde 1937 a partir da implantação do bonapartismo, o movimento estudantil foi colocado sob suspeição por causa de uma propaganda intitulada “antifascista” e o lançamento da candidatura de José Américo de Almeida para Presidente da República, na sede da União Democrática do Brasil. Nessa ocasião foi solicitada pela DOPS de Pernambuco a prisão de Irineu Joffily Filho, Juvino Lira e Paulo Pimentel Melo, e ainda identificados Teocrito Rodrigues de Miranda e Antônio França (RICARDO, 2018, p. 283).

Ainda de acordo com a pesquisadora, “em agosto de 1944, um dos folhetos que questionava a permanência de Vargas na Presidência foi retirado do mural da Faculdade pela ‘polícia da gestapo pernambucana’ e,

em resposta, os estudantes organizaram protestos contra a presença daquela polícia” (RICARDO, 2018, p. 283)

Os docentes da UFPE serão monitorados por essa tradição de Estado Policial/burocrático que se alimenta e produz classificações, rótulos próprios, construindo – reforçando – e inventando sua identidade e seus inimigos.

A “lógica estrutural” dos documentos

Há uma variedade de documentos da “comunidade de informação” da ditadura civil-militar: informação, informes, relatórios, dossiês, prontuários, encaminhamentos e pedidos de buscas. Para este artigo, analisaremos apenas os tipificados como de “informação”. Identificaremos, primeiro, o que é comum nos documentos da repressão das secretarias estaduais civis para os militares: todos aqueles que são “subversivos” devem ser registrados com a identificação de nomes, endereços, filiação familiar e uma certa narrativa descritiva do que o “suspeito” ou o “convicto” subversivo disse ou fez.

Contudo, há uma mudança significativa na estrutura compositiva dos documentos da repressão se compararmos com os da ditadura civil-militar, sobretudo com órgãos estaduais de segurança. A lógica burocrática está presente, mas não é tão padronizada quanto a da ditadura. Os órgãos estaduais registram órgão emissor, data, número da informação, nome da pessoa e familiares. Em alguns textos, os dados são narrativos e alguns explicitamente ideológicos, como ocorreu com o professor Amaro Soares Quintas, que sofreu qualificações morais (e explicativos das motivações pela sua transgressão à lei) pelo secretário de Segurança Pública de Pernambuco, de sua Delegacia Auxiliar, em 1/10/64, por meio de um ofício dirigido a um juiz de Direito. O documento diz que:

nunca a nossa **mocidade estudantil tornou-se tão intoxicada** de ensinamentos contrários ao regime democrático. Muitos dos nossos professores de nível universitários, ou por **esnobismo** ou por pretenderem ficar **nas graças do oficialismo, receosos** de serem taxados de reacionários

ou adeptos do chamado “gorilismo” [...] os professores passaram a incensar os regimes totalitários e socialistas. (destaque da pesquisa)

Após esse discurso repleto de julgamento com valor depreciativo, o documento informa do que se trata: matéria de um jornal que identifica que o professor prestou solidariedade ao ditador Fidel Castro, não restando outra ação senão incluí-lo na Lei de Segurança Nacional.

Já a composição dos documentos da ditadura civil-militar são “objetivos”, pois visam a um alto controle, constando, nos documentos dos tipos “confidenciais”: nome do órgão que expediu o documento em letra maiúscula e em destaque, assunto, data, origem do documento, difusão, anexo, protocolo carimbado, datado e assinado (se cópia, autenticando fé). Os documentos quanto à idoneidade eram classificados por letras (A a F) e números (1 a 6). Esses documentos podem ter pequenas modificações, dependendo do órgão produtor, mas não modificam sua natureza racional, burocrática e pretensamente técnico-científica.

Os suspeitos ou os convictos subversivos são *desumanizados* pela linguagem dos órgãos da repressão, naturalizando-os como “coisas” ao nomeá-los burocraticamente como “epigrafado/a” (intitulado, denominado), “nominado/a” (referente a ele/a), “elementos” (sujeito referido), padronizando o tratamento e produzindo eficiência (economia), o que resulta em um imaginário de imparcialidade e neutralidade. Como recurso de enquadramento linear e dedutivo, os documentos se utilizam do termo “antecedentes” como instituidor de uma “essência” identificadora que, certamente, confirma, comprova, no presente sua ameaça e o seu perigo à sociedade. Nos “antecedentes”, foca-se na descrição “objetiva” (amizade, lugar, grupo de pertencimento, profissão/estudante, etc.), com sutilezas ideológicas do lugar do “suspeito” ou o do “convicto”.

Nesses documentos, podemos encontrar, e encontramos com frequência, cópias de matérias de jornais, panfletos e notas de entidades como constatação do que se registrou sobre determinada pessoa (nominado(a) ou relativo a um grupo). Essas imagens (jornais/documentos diversos, inclusive pessoais de funcionários e/ou alunos de instituição educacional) funcionam como “provas” da realidade descrita pelo órgão.

Ferreira (2016) chama a atenção para o fato de que qualquer pessoa poderia estar nos registros dos órgãos de informação, já que bastava conhecer ou estar próximo com algum suspeito, o que era motivo de estar fichado. Assim,

Qualquer dado, mesmo baseado em indício aparentemente insignificante, poderia ser usado posteriormente como ato desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro (este último “tido como comunista”) era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional (FERREIRA, 20016, p. 16).

Quando da prisão do estudante Edival Nunes da Silva, Cajá, junho de 1978, já existiam os órgãos de segurança no Brasil dentro das universidades federais: DSI – Divisões de Segurança Institucional (1967), ASI – Assessorias de Segurança e Informações (1970), AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informações (1971) (MOTTA, 2008).

Acerca desses órgãos e do reitorado de Paulo Maciel, Antonio C. Palhares M. Reis (2012), por exemplo, disse que antes da ASI ter sido institucionalizada, existiam docentes, estudantes e servidores que faziam papel de dedo duro. Para qualquer cargo, a ASI investigava os antecedentes políticos. George Browne do Rego (2012), reitorado de 1983-1987, disse que nunca houve intervenção dos militares nos reitorados diversos,

inclusive no de Paulo Maciel. Se George Browne desconhecia intervenção na UFPE, Jonio S. P. de Lemos (2012) já identificava um militar que intervira constantemente na UFPE: “segunda pessoa do Exército”, Ibiapina. “Foi ele que fez a maior campanha de luta contra os professores na escola. Colocou Baltar, Pelópidas Silveira, Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim pra fora” (2012, p. 182). Maria Antonia Amazonas Mac Dowell (2012) informa que se dava bem com Paulo Maciel, mas como ele era “político”, “eu não gostava de misturar política com universidade”. Ela criticava-o por aparecer pessoas pedindo favores, ou emprego com referência dele. Maria Antonia ficou mais desgostosa por ele estar articulando a sucessão dele com Geraldo Lafayette, o qual o considerava inapropriado para o cargo.

Um desses órgãos, a ASI da UFPE, criticou a postura do reitor Paulo Frederico por não ter sido austero com os estudantes. Em dois momentos, 23/6/78 e 10/07/78, registraram em seus documentos de informação, conforme prontuário do reitor Paulo Frederico do Rego Maciel:

O nominado compareceu a referida Assembleia, comunicando sua visita ao estudante preso. Preocupado em dar satisfação aos grevistas não pediu na qualidade de Reitor da UFPE sequer a suspensão da citada greve (BRASIL, SNI, 20/04/83, p. 5).

Foi informado à AC/SNI sobre a ação conciliadora do nominado na Assembléia estudantil realizada no dia 17 mai 78, no âmbito da UFPE, programada pelo DCE/ UFPE, com o objetivo de angariar o apoio de toda a classe estudantil em solidariedade ao universitário Edival Nunes da Silva – “CAJÁ” (BRASIL, SNI, 20/04/83, p. 6).

Cajá, em entrevista com a pesquisa, em 27 de agosto de 2019, interpretou a visita do reitor à sua pessoa na cela por pressão da assembleia, a qual o forçou a solicitar uma visita – sua participação na

assembleia, contou-nos Alzira Medeiros, deu-se “arrodeado de protetores”. O reitor foi vaiado ao afirmar, no seu retorno à assembleia, que não existia sinais de tortura e que Cajá estava bem. Com esse dado, o reitor queria encerrar a greve, raciona Cajá. Outro aspecto dito por Cajá é que, na sua visita, o reitor passou apenas alguns segundos em silêncio e se retirou. Podemos argumentar ou sugerir que essa atitude do reitor foi por imposição do DPF, não permitindo conversa com o preso.

Semelhante situação ocorreu com o advogado Tércio Lins da Comissão Nacional da Justiça e Paz. O superintendente do DPF, Sr. José Antonio Hahn, proibiu contato com o preso pois estava “incomunicável”. Contudo, esse advogado se recusou a apenas vê-lo sem que pudesse compartilhar informações com o preso (ADVOGADO NÃO..., 20/05/78). Cajá, em entrevista com um dos pesquisadores no dia 15 de abril de 2021, demonstrou “decepção” com o reitor, pois o mesmo teve ligações históricas com a Juventude Univesitária Católica (JUC)⁸ e seu comportamento diante dele e de todo processo de sua prisão, em seu entendimento, ficou ao lado da repressão. Referiu-se à conduta diferenciada do advogado Tércio Lins, que não aceitou tal prerrogativa proibitiva como os dirigentes da Universidade Federal de Sergipe. O advogado não distribuiu cartaz do DPF que explicava sob a sua ótica o motivo da prisão de Cajá⁹. Esses dois acontecimentos foram ilustrados por Cajá para criticar a postura do reitor Paulo Maciel.

Em um documento (2/08/78) da ASI/Universidade Federal de Santa Maria, a situação do reitor Paulo Maciel da UFPE é citada em tal documento como prova de um movimento contrário às ASIs. O reitor disse

⁸ Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Conferir CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-universitaria-catolica-juc>.

⁹ Boletim Arquidiocesano. Recife, 11 de agosto de 1978, no. 522 (Arquivo Pessoal de Cajá)

que a Polícia Federal não interveio na ASI para não contratar o professor Geraldo Marques, já que a ASI é ligada à segurança do MEC. Conforme o documento, “o ataque as ASI pode ser também interpretado como ataque a todo o SIsNI, pois, no campo psicossocial, são as ASI de Universidades que estão em contato direto com a massa jovem e intelectualizada do País”. O documento alerta ainda que existe uma “Campanha Nacional contra as Assessorias de Segurança das Universidades”. Por sinal, “alguns Reitores começam a explicarem-se perante órgãos de imprensa e a retirarem apoio aos seus ASI, temendo críticas da imprensa que, mal dona e falsamente, procura apresentar os ASI como mais poderosos que os próprios Reitores” (BRASIL, 1978, p. 4-5).

Em outro momento e documento (BIC, 18/07/75), em estado paranoico, este afirma que o Pró-Reitor para Assuntos de Intercâmbio Científico e Cultural e indicado para lista sêxtupla, prof. Paulo Frederico do R. Maciel é um “esquerdista”. Conforme o documento, que lista docentes com “comportamento esquerdizante”, afirma que “consta que nunca adotou um comportamento em favor da Revolução de 31/Mar/64, guiando-se por atitudes cômodas e oportunistas. Em 1974, durante palestra do Dep Fed Marcos Freire, na Escola Superior de Administração, fez a saudação daquele parlamentar, tecendo-lhe inúmeros elogios. Parece não possuir tino administrativo” (BIC, 18/7/75, p. 6).

A ASI¹⁰, assim como o SNI e o IV Exército, acompanhou de perto o desenrolar da greve na UFPE, suas assembleias e deliberações. Registrou, classificou, explicou e julgou seus objetos de observação. Porém, antes, veremos que o Exército brasileiro acompanhava as greves de trabalhadores, as mobilizações e a refundação da UNE. Produziu análise

¹⁰ A ASI, Agência Recife, funcionava no prédio dos Correios, na Av. Guararapes, no centro de Recife.

política da situação da subversão no Brasil e no mundo. Trataremos aqui apenas a brasileira.

O medo e a ojeriza do Outro

O Ministério do Exército brasileiro, Gabinete do Ministro, CIE (Centro de Informação do Exército), em documento classificado como confidencial em 24 de abril de 1980, com o título “Análise da subversão no Brasil”, em 1979, analisou a situação de subversão no Brasil, definindo situação, inimigos, natureza. Em um texto longo de 270 páginas, nos deteremos apenas na classificação e caracterização do “Movimento Comunista Brasileiro”, no movimento sindical e estudantil.

O documento é contemporâneo à prisão de Cajá e a de outros identificados do PCR que estamos analisando, datando de maio de 1978.

O discurso é militar: classifica o inimigo, coloca-o como inimigo, apresenta-o como ameaça e diagnostica militarmente o presente para visualizar o futuro. A linguagem recorre, também, à descrição dos “fatos”, tanto políticos (das organizações comunistas, subversivas) quanto sindicais (sindicatos, greves e grevistas) e estudantis (reconstrução da UNE e suas organizações e líderes). Recorre-se ao discurso direto (referente à citação de outros), substituindo, sem apresentar as fontes das referidas citações.

Quanto às “generalidades” do Movimento Comunista Brasileiro (MCB), segundo o discurso estabelecido, o comunismo é um ente harmônico (mesmo reconhecendo a existência de vários grupos) com vida própria, racional e possui como foco a implantação do comunismo em solo brasileiro. Tem um corpo (apesar de afirmar que “não tem estrutura orgânica”) e natureza que podem ser nomeados e identificados. Tem uma origem: nasceu em 1922. Esse “movimento”, que tem uma direção objetivada, é designado de MCB.

Designa-se por MOVIMENTO COMUNISTA BRASILEIRO (MCB) ao conjunto de organizações que atuam ou atuaram no BRASIL, bem como as organizações de fachada criadas, infiltradas ou dominadas pelos comunistas. O MCB é um movimento revolucionário de âmbito nacional, orientado e conduzido de acordo com a ideologia marxista-leninista para a implantação de um regime comunista no País. (BRASIL..., 1980, p. 45).

Vendo-o e caracterizando-o como um “órgão” coerente e harmonioso, a partir de 64, identificamos três etapas desse Movimento, desconsiderando a complexidade da sociedade (sociológica/antropológica/psiquicamente), da sua economia e da sua história (que se atuam mutuamente):

- defensiva estratégica, de 64 a 73;
- equilíbrio estratégico, de 74 a 1978;
- contra-ofensiva, de 1979 em diante” (p. 45).

Com linguagem de citação indireta, assume o discurso do Outro, substituindo-o e realizando um monólogo. A fonte não é indicada. Assim, afirma: “segundo o MCB, nos dois primeiros períodos... de resistência... a luta frontal de massas passaria ao primeiro plano”. Continuando na exposição sobre a estratégia do MCB, a da etapa do “equilíbrio” será “quando uma oportunidade fosse oferecida pelo atual regime”.

Com a instituição das “aberturas” políticas pelo General Ernesto Geisel e assumidas e ampliadas por Figueiredo, o MCB percebeu o momento, “a oportunidade”.

Usa aspas sem identificar fontes, o que sugere que as citações são do MCB, as quais, assumidamente pelo Exército, “não tem estrutura orgânica”. Provavelmente, a ausência de fonte permite homogeneizar o comunismo como único, provido de estratégia “única”. Possibilita, assim,

a construção do bem *versus* mal, o Eu *versus* Eles. Soares (2005), em estudos sobre monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1985 a 1993, diz que as recebeu (vinte) com certa resistência por parte da instituição, mas sem as referidas bibliografias. Será praxe desses órgãos não possuir fontes bibliográficas? As fontes únicas são dos órgãos de informação e de suas avaliações internas feitas pelo Alto Comando?

O MCB pretende, assim, por “incurções pré-ofensivas”, cita o Exército como discurso do Outro, do MCB, “desencadear mobilizações amplas a partir de uma posição política vantajosa e, vice-versa, criar taticamente posições políticas vantajosas para desencadear mobilizações amplas”.

Novos discursos diretos são feitos com a apresentação das pretensões do MCB, que são “romper o imobilismo das massas” e “acelerar a intervenção da oposição popular como movimento de massas” (BRASIL..., 1980, p. 46).

Após esse diagnóstico estratégico do MCB, o discurso identifica nas organizações sociais (sindicato, igrejas, entidades estudantis, segmento da imprensa, partido – segmento da oposição) seu esteio e acolhimento. “Foi nas ‘Organizações de Massa (ODM)’ que o MCB encontrou a principal resposta às suas proposições”, taxa o Exército a função social dessas organizações (p. 46).

Em discurso indireto, sem fazer citações diretas, fala como se fosse o Outro que elabora sua estratégia: “...Dentro deste contexto, tornou-se imperioso buscar um instrumento de ação que possibilitasse não só romper o imobilismo através de mobilizações amplas, como também acelerar...” (p. 46).

Já na seção do Movimento Sindical, em sua conclusão, enuncia consubstancialmente: “Nunca ocorreram tantas greves no País. Aliás, o número de greves em 1979 foi superior a 1963 quando a situação era de

caos e pré-revolucionária” (p. 195). No primeiro parágrafo sobre o movimento sindical (MS), o documento é taxativo: “O ano de 1979 foi marcado pelas inúmeras greves que eclodiram nas mais diversas regiões do País” (BRASIL...,1980, p. 191). Após a apresentação das greves num tempo cronológico ascendente, com informação da quantidade de grevistas, seus líderes e seus resultados, declara: “Praticamente em todos os Estados e principais cidades do País ocorreram movimentos grevistas que mobilizaram mais de 2.000.000 de trabalhadores” (1980, p.193). São citadas as greves:

Categorias	Dia/Mês	Grevistas	Observação
Professores	12 a 23 Mar 79 (RJ)	82.000	
	09 Abr 79 e 10 Abr (SP)	250.000	
	17 Mai 79 (BH)	---	Greve 37 dias
Motoristas e cobradores	16 Jan 79 (RJ)		Adesão de 95%
	02 de Mai 79 (SP)	---	Chapa vitoriosa Comando de Greve
	do 02 de Jul 79 (RJ)		
	12 de Mar (SP/ABCD)	150.000	15 dias. Lula
	----	----	Souza Cruz (PA, BH, RJ)
	23 Maio (10.000	Siderurgia Manesmann
	29 Jul (BH)	----	Construção Civil
Metalúrgicos/ operários	11 de ago (MG)	---	Siderúrgica
	13 de Ago 79 (PA)	---	Construção civil
	11 Set (RJ)		Metalúrgicos
	26 Set (MG)	60.000	Metalúrgicos
	1 Out (CE)	---	Metalúrgicos
	12 Out e 14 Out (MG)	---	Metalúrgicos
	28/10 (SP)	320.000	Metalúrgicos
Jornalistas	Mai (SP)	---	Rotundo fracasso

Várias outras greves foram citadas, como as dos bancários, transporte de oleoduto, canaviais (PE), etc.

As citações das greves são intercaladas com qualificações de julgamentos, como “violentas” (quebra-quebra, piquetes, depredações), como a greve dos motoristas e trocadores do RJ – caracterizando-se “pela onda de violências com quebra-quebras e piquetes em vários pontos da cidade” (p.191); a dos operários da construção civil (MG) – “Esta greve teve um desenrolar violento, com depredações e ações de piquetes” (p. 192); e seus impactos, com enorme mobilização, tais como a do ABC:

A greve dos metalúrgicos paralisou 150.000 empregados e se constituiu em extraordinário fator de mobilização da classe com assembleias realizadas em estádios de futebol reunindo até 60.000 pessoas. Essa greve também se caracterizou pela organização de um Comando Geral de Greve (CGG) e de um fundo de Greve; contou ainda com o apoio de várias entidades nacionais e internacionais, particularmente de políticos do MDB e de setores da Igreja Católica (p. 91).

Em busca de uma síntese política, o documento apresenta os pontos comuns em todas as greves do ano nominado:

- a. todas as greves basearam-se em reivindicações salariais;
- b. a criação do “Fundo de Greve” com contribuições financeiras e de alimentos, não apenas dos operários em greves, mas de diversos setores, para dar sustentação ao movimento;
- c. a criação do “Comando Geral de Greve (CGG)”;
- d. a infiltração comunista nos movimentos grevistas;
- e. o apoio recebido de elementos e órgãos estranhos à categoria profissional em greve.

Para o imaginário social do Exército, manifesto nesse documento, o que se caracteriza como fundamental é a autonomia criadora do

movimento dos trabalhadores de não se submeter à ordem instituída. Essa insubmissão se materializa na negação da tutela e na reação da classe trabalhadora à violência do Estado. Ao esconder a violência do Estado pela violência do Outro (quebra-quebra, piquete), explicita sua existência pelo silêncio de si (uma instituição da morte). O Estado (as forças repressoras e o governo) (as que detêm armas) aparece como vítima e como reativa à violência dos trabalhadores (aos que não têm armas).

Aqui, a linguagem descritiva desaparece – dados frios e sociológicos. O Outro emerge com classificações depreciativas e culposas na medida em que teria que se posicionar e julgar um comportamento e ação que fogem aos seus desígnios de tutela. Sua pressuposição (comunistas, terroristas, infiltrados) acerca dos sujeitos narrados comanda o julgamento sobre as lutas sociais em andamento. De certa forma, há uma perplexidade pela criação dos fundos de greve, dos Comandos de Greves Gerais, pelas greves consideradas “ilegais”, mas assumidas como legítimas (“a greve é ilegal, mas é legítima” – diziam os grevistas).

Assim, a autoridade foi posta em xeque nesse domínio do imaginário institucional militar, já que

a violência observada na maioria das greves, com a constituição de “piquetes”, depredações e desordens públicas, obrigando a intervenção policial, que por sua vez, era enfrentada e destacada, provocando incidentes de certa gravidade, tanto que houve um saldo de 3 (três) mortos e dezenas de feridos em consequência de agitações provocadas por grevistas (p.195).

Greves em setores que são “essenciais”, como serviço público, na ótica do Exército, são uma afronta à autoridade, já que foi carimbada como “ilegal” (mas qual não é ilegal numa ditadura?) pelo Ministro do Trabalho, “provocando uma situação rotulada de ‘ilegal’, mas ‘legítima’, criando assim uma situação de fato, de ‘ilegalidade consentida’, acarretando o

desprestígio do Governo, pois as leis que regulam o direito de greve não ‘seriam para serem cumpridas’” (p. 195).

Tratando as reivindicações das greves como legítimas, mas “desvirtuadas” para “fins políticos”, desconsidera que toda greve é política, já que elas estão centradas em interesses e valores. Mas não só, o Exército se coloca como sujeito político, pois se apresenta contrário ao direito de greve e às possíveis greves futuras – entrando em contradição com sua afirmação que as reivindicações são legítimas. Coloca como sua missão, o que tanto critica nos outros, exercer a política.

o desvirtuamento de reivindicações operárias para fins políticos; o estabelecimento de coordenação a nível regional e mesmo nacional. Não resta dúvida de que o movimento grevista em 1979 foi o ensaio para testar, de um lado, a disposição do Governo, de outro, lideranças, dispositivos e receptividades junto às classes envolvidas diretamente e ao público em geral. Os resultados obtidos foram favoráveis, devendo, por isso, esperar-se em 1980, uma radicalização no Movimento Sindical, com o surgimento de greves políticas, a reconstrução da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) ou outra entidade similar, como ocorreu com os estudantes que reorganizaram a UNE em 1979, e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), pelas lideranças sindicais (p. 195).

Produzindo valores nesses “acontecimentos”, o documento qualifica esses pontos que compõem a síntese do documento. Chama a atenção para o Fundo de Greve, que foi além daqueles que faziam greve, recebendo apoio dos de fora, isto é, “evitando que premidos por necessidades econômicas inadiáveis os grevistas fraquejassem e retornassem ao trabalho” (p. 194). Sobre a “infiltração comunista” nos movimentos grevistas, o documento registra como “fato comprovado particularmente no que respeita à presença de elementos da ‘Convergência Socialista’ e do

PCB”, e de pessoas estranhas, como as entidades religiosas assistenciais e educacionais.

Enquanto no documento do Exército as greves eram produzidas por um “conluio” comunista, aproveitadores da situação, alguns pesquisadores ressaltavam que as greves de 1978-79 significaram o primeiro ciclo de greves, pois ele estaria associado ao crescimento da urbanização e industrialização do período de 64-85. No plano ideológico, há uma ruptura com a “tradição populista” e os militares perderam o controle da situação diante dos sindicatos e das resistências democráticas.

O final da década de 1970 representou uma ruptura da história das relações de trabalho no Brasil em vários sentidos. Em primeiro lugar, rompe-se a tradição populista na qual a relação entre sindicatos e governo era ambígua entre favorecimento e conflito. Embora a estrutura sindical tenha sido mantida até a Constituição de 1988, as relações entre governo e sindicatos mudaram substancialmente. Os dois períodos militares, “duros”, e “abertura”, foram marcados pela total ausência de diálogo entre governos e sindicatos, embora após 1978 os militares tenham perdido o controle sobre os sindicatos e a opinião pública fosse crescentemente favorável à redemocratização (NORONHA, 2007, p. 125).

Para outros pesquisadores, “durante as greves de maio-junho, foram mobilizados mais de quinhentos mil trabalhadores urbanos na área do ABC, em São Paulo e em Osasco, núcleo do desenvolvimento industrial do país” (KORNIS; SANTANA, 2021, não paginado). Esses movimentos estavam articulados com a manipulação de dados da inflação pelo governo, intervenções do próprio nas negociações entre empresários e trabalhadores, e intervenção direta nas greves propriamente ditas, com militares invadindo as empresas para encerramento do direito de greve.

Os sindicatos a serviço do governo ditatorial não conseguiam segurar a onda de greves em todo o país e, em particular, no centro produtivo do país, São Paulo. Assim,

a greve de março de 1979 dos metalúrgicos do ABC demonstrou, segundo José Álvaro Moisés, os limites de ação do sindicato oficial, que, por sua própria estrutura, era incapaz de canalizar os anseios de participação e de decisão oriundos do movimento de massas, além de ameaçar a eficácia de sua própria utilização pelas novas lideranças sindicais. (KORNIS; SANTANA, 2021, não paginado).

Já o documento sobre o Movimento Estudantil (ME) ressaltou a importância da refundação da UNE – destacado pelo documento como “grande vitória” -, da criação de entidades gerais (UEE) e de órgãos (CONEG), DCEs e CAs. Não tratava das greves, mobilizações e assembleias, apenas quando se referia à recriação da UNE e das suas entidades.

No tópico ME, o tema da “ilegalidade legítima” saiu do MS e foi para o ME, pois foram criados órgãos e entidades, postos anteriormente, que não eram concernentes com a lei atual, sendo ilegais. Assim, o documento expôs:

Esta reorganização é ilegal, dentro da tática preconizada pelas organizações subversivas do fato consumado, ‘ilegal’, mas ‘legítimo’. As autoridades sem se oporem à ‘ilegalidade consentida’, deram origem às declarações das lideranças subversivas de que as “leis não são para serem cumpridas” (p. 188).

Conforme o discurso legalista estabelecido pela ditadura civil- militar e inerente às ditaduras, já que o Outro é uma ameaça e a lei tem que ir ao encontro da criminalização, as entidades estudantis estavam regidas pela “Lei nº 6680, de 16 Ago 77, [que] regula a existência, estruturação e funcionamento das entidades estudantis”. Conforme essa lei,

São permitidos apenas os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e Diretórios Acadêmicos (DA) organizados de acordo com a referida lei, sendo proibidos os chamados DCE- Livres e DA- Livres e Diretórios Universitários (DU) que aos criados desrespeitando os dispositivos nela estipulados.

Como já bem lembrou Enriquez (1999, p. 253), “a democracia não é aceitação das regras do jogo, é o jogo com as regras, não é o respeito pela legalidade, é a tentativa de construir uma legitimidade incontestável e sempre contestada”. A concepção autoritária, continua o autor, só aceita o “jogo quando a soma é nula”, ou seja, é o “medo do outro”. Essa concepção não pode

admitir a existência de um conflito estrutural, o qual só [concebe] como preâmbulo de desordem, ou mesmo de anarquia. [Recusa] a idéia de que os ‘gritos’, a desordem, possam contribuir para o avanço das sociedades. [Sonha] com um mundo imóvel onde os porta-vozes estariam garantidos contra qualquer oposição e se abrigariam contra qualquer tempestade (ENRIQUEZ, 1999, p. 254).

Tendo em vista o crescimento das entidades em todo o país, o governo estabelece nova lei mais restritiva às entidades estudantis. Esperava-se uma eficiência do governo e o tiro saiu pela culatra: reforçou o discurso de “ilegal, mas legítimo”, pondera o documento. Assim, em 01 outubro de 1979 foi publicado o Decreto nº 84.035, lançado 48 horas antes da eleição da UNE. O documento interpretou politicamente que o lançamento interpelou a ação para a mobilização e realização das eleições:

Este Decreto ocasionou, entre outras, as seguintes consequências: Crescimento das atividades e do interesse das chapas orientadas pela esquerda porque julgaram que:

- “o Decreto tinha por interesse esvaziar o movimento para eleição da UNE; - o Governo tentava impedir a participação dos estudantes no processo político do País;

- o Governo restringia a liberdade de organização dos estudantes; - era mais uma violência da ditadura contra os estudantes; - o Decreto não era pra ser cumprido”.

b. Esvaziamento da única chapa não controlada por comunistas: - “por serem legais suas entidades estudantis participantes e, portanto, enquadradas no Decreto; - pelo temor de terem seus nomes registrados nos Órgãos de Segurança; - pelas punições que poderiam advir; - por haver possibilidade de serem encarados como contrários ao Governo” (p. 185).

Não somente os estudantes com suas entidades foram objetos desse documento, mas também os docentes, já que “despertaram” para seu papel na formação dos jovens e procuraram “criar, infiltrar e ativar as chamadas Sociedades de Docentes e de Professores, ao mesmo tempo em que promovem encontros regionais e nacionais, chegando a vislumbrar a formação de uma entidade nacional à semelhança da UNE” (p. 189-190). Nesse momento, os estudantes deixaram de ser “ativistas” e passaram a ser tutelados pela Ordem com suas preocupações frente aos docentes.

Podemos concluir que o Exército se colocava como um sujeito político – não burocrático -, que tem em sua finalidade uma missão: impedir a autonomia dos movimentos sindicais, estudantis (e outros) e precisa se preparar para tal façanha derrotando os “infiltrados”, colocando o MS como inimigo, já que “espera-se para 1980 a ocorrência de greves políticas e uma maior radicalização no movimento sindical” (p. 199).

Se a representação imaginária de inimigo, numa força militar, numa ordem de governo, é predominante, a sua eliminação, inclusive física, é central para sua prática institucional. Para a sua eliminação, dos indesejáveis, utiliza-se da prisão, do crime de tortura ou de morte, como

várias pesquisas científicas e da Comissão da Verdade já analisaram/relataram.

Enriquez (1999), ao caracterizar o Estado Autoritário, ressalta que este é “hierárquico, elitista, é um Estado onde a pulsão de morte é cultivada, a agressividade sustentada. Estado de sangue. Estado voltado para a guerra. Guerra contra os inimigos internos, contra as outras nações [...] O Estado ditatorial é voluntariamente paranóico”, estando a “negação” como mecanismo central (ENRIQUEZ, 1999, p. 279).

“O paranoico é um messias”, afirma Enriquez (2007), “enviado para colocar ordem e garantir o reinado da verdadeira lei, da qual ele é o único possível porta-voz” (ENRIQUEZ, 2007, p. 77). Esse discurso tem ressonância, destaca o autor, porque “ele promete grandeza, pureza, exigência, culto ao herói, rigor na obediência” (ENRIQUEZ, 2007, p. 80).

Ora, o paranoico constrói seu imaginário pelas categorias binárias pureza/impureza, pelo Outro, desconhecido, não identificado como si, como estranho/inimigo. Mas, nas organizações burocráticas, encontramos outro imaginário instituído: o apático. O apático, que pode ser um burocrata, indiferente ao outro, é incapaz de se permitir afetar-se (identificar-se com um semelhante). Essas duas dimensões estão fortemente presentes, certamente nas organizações de repressão (coisificação das normas e hierarquia).

O apático, observa Enriquez (2001, p. 24),

não detesta ninguém, mas é incapaz de amar. [...] Viver sem culpa, ele só pode ter vergonha de não ter cumprido bem suas tarefas. Funcionário consciencioso, executa as ordens, muitas vezes, com extremo zelo [...] Não se interroga sobre o valor das ordens, pois interiorizou perfeitamente os preceitos e os princípios da razão instrumental.

A conjugação de ambos (o paranoico e o apático) impõe uma fronteira sem limites, possível de ser observada constantemente nas relações entre patrões e empregados, onde o primeiro, em nome da empresa, procede de forma humilhante e detratadora com seus subordinados, argumenta Eugène Enriquez. Sobre isso, reflete o autor,

Quando a posição paranóica, sempre um pouco manchada de sadismo, une-se à posição apática, perversa, os limites não são mais respeitados. O paranóico, seguro de seu valoroso direito, certo de lutar contra as forças do mal, coloca todas as suas energias e pulsões a serviço de sua causa. Se ele é também um apático, um perverso, melhor fará esse “trabalho”, com a capacidade meticulosa de um funcionário exemplar (ENRIQUEZ, 2001, p. 26).

É nesse contexto de fragilização das representações de ameaças da conjuntura, num imaginário amigo x inimigo, pureza x impureza, sendo este último identificado no crescimento do movimento estudantil e sindical, em suas greves e na criação de organizações autônomas por parte de ambos, que Edival Nunes da Silva, Cajá, foi preso pelo Departamento de Polícia Federal (DPF).

A abertura democrática “lenta, gradual e segura”

Vimos anteriormente o medo e o ódio ao comunismo, de corte paranoico, rondando o discurso do Exército no ano de 1980. Uma paranoia de ameaça futura estava na ordem do dia. Tanto o movimento sindical quanto o estudantil saíram vitoriosos em suas lutas e empreitadas organizacionais na interpretação do Exército. Novo cenário nebuloso emergia contra os missionários anticomunistas.

O contexto desse discurso pessimista foi no fim do governo presidencial do General Ernesto Geisel (1974-1979), que assumiu a “abertura” política “lenta e gradual”, desagradando vários setores militares e civis - inclusive o governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, que assumiu de frente a criminalização de Cajá e de outros jovens presos.

Numa análise de discurso dos discursos dos presidentes da ditadura civil-militar, Indursky (1992) observa o discurso genérico de Geisel acerca da função da “oposição”, semelhante ao de Castelo Branco. Percebe-se que dependendo do contexto histórico nuances de significados são até “desaparecidos” (cidadão, por exemplo) do vocabulário como no de Garastazu Médici e em outras são modificados mas são confluentes e não opostos necessariamente, prevalecendo uma significação conservadora.

Na análise apresentam-se três representações quanto a oposição política: uma oposição autorizada, outra hostil e por fim, uma oposição genérica. As três necessariamente, conforme a autora, não se recusam mutuamente: são conservadoras e autoritárias. Da mesma forma, quando se estuda os significados/significantes de “brasileiro”, a autora encontrou o seu “uso”:

- 1 - “referindo-se àquela parte da população que aprovou os métodos adotados, vale dizer, classe média, igreja, militares, classes produtoras, etc [...] são os bons brasileiros que possuem “reservas profundas de civismo””;
- 2) Os brasileiros que se opõem à Revolução [...] , são referenciados os diferentes segmentos progressistas da sociedade que se opuseram à Revolução mas que, ainda assim, são representados como brasileiros [...] aqueles que não preenchem as condições para a cidadania e a nacionalidade. (INDURSKY, 1992, p.119, 120).

Quando a autora se utiliza do marcador discursivo “cidadão”, este “é muito pouco freqüente no discurso em análise [...] número bastante reduzido de seqüências discursivas. Deve-se ressaltar, igualmente, que não foi registrada nenhuma ocorrência de cidadão no domínio discursivo do Presidente Médici”. (INDURSKY, 1992, p.112) Em Castelo Branco, “cidadão é aquele que abdica voluntariamente de seus direitos em nome de seus deveres cívicos (INDURSKY, 1992, p. 112). Já em Costa e Silva é diverso [...] Destaque-se, inicialmente, que esta seqüência pertence a um discurso pronunciado após o golpe de estado interno realizado através do AI-5, em 1968. [...] percebe-se que o cidadão não é mais o guardião de seus próprios interesses. O Estado apropriou-se desta guarda, ficando este sob sua tutela. Se, em Castello Branco, o cidadão abdicava voluntariamente de seus direitos” em Costa e Silva “estes lhe foram confiscados: cidadão agora reduz-se aquele que possui um único direito: o de submeter-se livremente aos deveres que lhe são impostos pelo Estado. (INDURSKY, 1992, p.113).

Com o jogo discursivo de “abertura, lenta, gradual e segura”, incorporando mesmo que genérico, o cidadão, o povo brasileiro, nessa nova fase estratégica, foi construído pela imprensa (Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil) e por parte dos militares, que o presidente Ernesto Geisel tinha sido o “patrono” da abertura democrática, um “estadista” (FAGUNDES, 2018). Para além dessa imagem construída,

elencamos várias situações de manipulação e autoritarismo do governo Ernesto Geisel, tais como o Pacote de Abril, em que “o presidente Geisel, no dia 1º de abril de 1977, decretou tanto o fechamento do Congresso [por 14 dias], quanto, por meio do AI-5, uma série de reformas constitucionais”. No Pacote Abril (14 emendas e três artigos novos, além de seis decretos-leis), encontramos a “eleição indireta para 1/3 dos senadores” (conhecido como “biônicos”), eleições indiretas para governador, extensão às eleições estaduais e federais à Lei Falcão, alteração do quórum de 2/3 para maioria simples emendas constitucionais, ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos (MOTA, 2021).

Da mesma forma, Kushnir (2012) identifica nesse governo o uso de ferramentas autoritárias e violentas (Pacote de Abril), inclusive com censuras à imprensa e aos apoios da mesma a esses governos. Uma cumplicidade autoritária.

Para Mathias (1997), esse presidente não tinha compromisso com a “democracia”, a sua defesa era circunstancial, foi “calculado” com o intuito de se manter os anéis, mesmo que se perdesse os dedos. A autora observa que “em nenhum momento o projeto distensionista de Geisel é relacionado à crença na democracia. Suas preferências políticas, como nos informa sua fala, dizem respeito a um cálculo que tem por base a preservação da instituição castrense” (MATHIAS, 1997, p. 369).

Como homem do Exército, já que queria ser reconhecido como tal na história, “vá defender métodos que aos olhos de todos parecem apavorantes”? Enfrentou a “linha dura” e acabou com o AI-5 não porque fora um “democrata”, “mas porque redundaria em benefício para a instituição armada” (MATHIAS, 1997, p. 370). Taxativamente, sem ambiguidades, Mathias afirma a estratégia desse presidente: “a distensão ‘lenta, gradativa e segura’ foi uma operação militar. Uma ação planejada e executada por um chefe militar para que os militares saíssem do poder

sem fracassos, sem tropeços e, ao mesmo tempo, para garantir o projeto castrense para o país” (MATHIAS, 1997, p. 370- 371).

Fagundes (2018) analisa que, para Ernesto Geisel, encaminhar sua “abertura” era neutralizar, segurar o MDB, de modo que este não crescesse no processo político-eleitoral, assim como segurar em seu interior militares denominados de “linha dura” – afastando o general em estado paranoico, Sylvio Frota, que via comunista até no domínio do governo do presidente Ernesto Geisel. Para ele,

do ponto de vista dos atores militares, pretendeu-se claramente um processo de abertura “lento e seguro” e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição (D’ARAÚJO, 1995). O símbolo máximo dessa manobra foi a demissão, em 12 de outubro de 1977, do general Sylvio Frota, ministro da Guerra e principal quadro militar da chamada “linha dura” (FAGUNDES, 2018, p. 107).

As prisões, assassinatos, violência contra manifestações, manipulações político-eleitorais (senador biônico, manutenção das eleições indiretas para governador) continuaram. Com a descoberta de um documento da CIA, em 2018, confirmou-se que o presidente Ernesto Geisel sabia das operações de repressão “ilegais”, como também autorizou o assassinato de “subversivos” (FAGUNDES, 2018).

É a luta pela anistia que enfraqueceu a ditadura e a colocou na parede, fazendo-a contra-atacar, não aceitando “anistia ampla e irrestrita”. As primeiras entidades à frente dessa luta foram “o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), os Comitês de exilados no exterior, o Comitê 1º de maio pela Anistia, as entidades estudantis e, a partir de 1978, o Comitê Brasileiro da Anistia (CBA)” (FAGUNDES, 2018, p. 107).

Na luta pela libertação de Cajá, estava pautado pelo movimento estudantil, como veremos adiante, anistia ampla e irrestrita para todos os

presos políticos. A UNE e suas entidades entraram com intensidade por essa bandeira de luta (1977), dando uma contribuição importante ao seu crescimento.

Os estudantes ocuparam posição de destaque nas manifestações em defesa das “Liberdades Democráticas”. O surgimento do “Comitê 1º de Maio pela Anistia” e da chamada Comissão Pró-UNE foram momentos fundamentais para transformar a pauta da Anistia numa bandeira de mobilização de diferentes segmentos da sociedade brasileira (FAGUNDES, 2018, p. 108).

Ferreira (2016), estudando a censura nas correspondências dos presos políticos, chamou a atenção para divergências no governo Ernesto Geisel acerca do direito de se fazer devassa nesse ínterim. Observamos, também, que o abrandamento e a criação de leis acerca do direito às inviolabilidades das correspondências não devem ser um indicador de defesa da democracia por Geisel. Recorrendo a Keneth Serbin, ressaltamos a dualidade (legitimidade/autoritarismo) presentes na ditadura do Brasil.

Montaram uma complexa estrutura de governo que manteve mecanismos da “democracia representativa liberal” junto com poderes arbitrários para o Executivo. Entre outros exemplos, podemos lembrar que o regime manteve o Legislativo em atividade, mas afastaram ou eliminaram os políticos que se opunham ao governo²⁶. Permitiram a realização de eleições periódicas para o Legislativo e indiretas para a presidência, mas quando não gostavam do resultado das eleições, mudavam as regras do jogo para se manter no poder. Mantiveram os sindicatos, mas, sob a tutela de uma rígida legislação sindical e algumas sob intervenção militar. Permitiram a circulação da imprensa, mas estabeleceram uma forte censura. Mantiveram o Judiciário, mas reorganizaram a Justiça Militar com o objetivo de dar forma legal à estrutura repressiva da ditadura (FERREIRA, 2016, p. 9-10).

O contexto das lutas estudantis na UFPE

Com a Lei Suplicy nº 4.464 (09/11/64), o Decreto Aragão, o Decreto-Lei nº 228 (28/02/67), o AI-5 (13/12/68) e o Decreto-Lei nº 477/69 (26/02/69), o movimento estudantil na UFPE e no Brasil, bem como as entidades representativas, denominadas “diretórios acadêmicos oficiais”, sentiram o refluxo e a reclusão da forte tutela do governo. Adicionado a isso estavam as prisões, as invasões da polícia no campus e as intervenções nas entidades estaduais e nos diretórios acadêmicos. O movimento estudantil na UFPE sentiu na pele essa violência, pois passou a ser controlado pelas administrações das universidades. Havia pouco oxigênio.

Diante do exposto, concentraremos aqui os estudos nos anos anteriores ao sequestro de Cajá pelo DPF, ou seja, no período de 73 a 77 (SOARES, 2020), e na reação dos estudantes à sua prisão. Esse estudo deixará claro o papel dos estudantes da UFPE e de seus aliados na luta pela soltura e denúncia da prisão de Cajá. Esses dados ajudarão a entender, também, como parte do avanço das lutas democráticas no Brasil, a oscilação do Diário de Pernambuco (identificada também por Soares, 2020), dos políticos que apoiaram o golpe de 64 e do próprio reitor da UFPE, Paulo Maciel, no que diz respeito à moderação favorável ao estudante Cajá.

Ademais, entenderemos a dinâmica discursiva dos órgãos de informação da ditadura quando o assunto era a luta política no interior da UFPE: a força e a determinação dos estudantes impunham sentimentos de inquietação e incompreensão do apoio que Cajá recebeu e que “balançava” os argumentos postos pelo DPF.

As eleições para o Diretório Central dos Estudantes passaram a ser indiretas, conduzidas pela reitoria.¹¹ O movimento estudantil autônomo ganhou novo ânimo somente em 1976, com a vitória do estudante do CAC Orlando Mindelo, conforme Soares (2020). Até então, a entidade era comandada por estudantes defensores da ditadura civil-militar de 64. Ora, as chapas eleitorais eram inscritas inicialmente por editais da Divisão de Expediente Escolar e, posteriormente, pelo Departamento de Assuntos Estudantis da UFPE, subordinados todos pela burocracia administrativa central.

Conforme Orlando Mindelo em entrevista para esta pesquisa, em 1970, havia 23 Diretórios Acadêmicos, sendo eles Medicina, Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Ciências Biológicas, Química, Engenharia, Geologia, Física, Matemática, Informática, Filosofia e Ciência Humanas, Geografia, Letras, Biblioteconomia, Educação Física, Direito, Fafire, Cecosne, Administração, Economia, Belas Artes, Arquitetura. Segundo ele, já em 1973 existiam diretórios acadêmicos de esquerda: o de Arquitetura, sob a direção de Cláudia Loureiro, Maurício Mezel, Maria de Fátima Barreto Campelo e Rita, uma alagoana; e o D.A. de Belas Artes, dirigido por ele, Margarida Correia Lima e Maurício Lacerda, que juntos começaram a promover o cineclube e a produzir um jornal conjunto entre os dois diretórios. Maurício Mezel, arquitetura, era vinculado ao trotskismo (J. Pousadas) e ele ao PCR.

¹¹ Pesquisa em andamento sobre os “estudantes democráticos” no DCE da UFPE que estamos realizando, 1970-1976, identificamos os seguintes presidentes e vice-presidentes: **1970** (eleição 06/05, posse 07/05). Presidente – José Romero Souto e Souza (Farmácia e Bioquímica), vice-presidente – Samuel Barbosa de Queiroz Filho (Ciências econômicas); **1971** (eleição 10/05, posse: 12/05) Presidente – José Paulo Novaes (Faculdade de Odontologia), vice-presidente – Osmar Urias Novaes (Farmácia e Bioquímica); **1972** (posse 27/06/72, eleição?). Presidente – Sebastião Silva Casé (Farmácia), Vice-presidente – Lupércio Xavier Verçosa (Odontologia; **1973** (27/06, posse). Presidente - Paulo Fernando de Barros Lima (Farmácia), Vice-presidente - Alfredo de Aquino Júnior (Odontologia); **1974** (03/09, posse 6/09) Presidente – Edson de Albuquerque Maranhão, vice-presidente – Nicodemus Teles de Pontes Filho; **1975** (eleição 29/09; posse 01/10). Presidente - Nicodemus Teles de Pontes Filho, Vice-presidente.

Cajá nos contou também que, primeiro, os estudantes organizaram os diretórios acadêmicos, uns seis, depois o DCE. Em caminhada, os estudantes foram exigir ao reitor Paulo Maciel (1975-1979) eleição para o DCE. Ele relatou:

Bem, então quando a gente chegou ali numa média, depois nós criamos geografia, Nilson foi presidente depois criamos história... Quando a gente já estava com uns seis diretórios acadêmicos em outros departamentos e centros, então nós decidimos fazer uma caminhada até o reitor Paulo Maciel pra marcar eleição do DCE, exigir a democratização da universidade, um abaixo assinado. Um documento assinado por umas setenta ou cem pessoas.

Orlando nos contou em uma entrevista que entrou na universidade em 1972, em Belas Artes, e que organizou atividades culturais para atrair estudantes, colocando temas específicos, tais como:

de interesses estudantis, problema com professor, problema de falta de local pra condições de trabalho e estudo da gente. Aí em Belas Artes eu fiquei lá três anos e tinha relação com o pessoal de arquitetura, eram os dois diretórios digamos assim... Mas eu assumi, o diretor me chamou na sala 'Orlando, pra não criar confusão deixa eu lhe nomear presidente do D.A do diretório, não precisa desse negócio de eleição não' Aí eu disse 'Não, professor. A gente defende a democracia, as liberdades, e eu não quero entrar no diretório de belas artes por nomeação aí eu vou ser um interventor' E é tranquilo, se só tiver uma chapa é uma chapa... E foi né, a gente ganhou e aí nossa relação era com o pessoal de arquitetura e era um D.A de esquerda.

Os recursos para a realização de suas ações, como cartazes e panfletos, eram produzidos na central de cópias do CFCH, conforme relato de Mindelo:

a gente pagava aos funcionários pra fazer as coisas fora do horário, aí a gente imprimia o que quisesse lá. Já existia... Antes era os panfletos na escola de

Belas Artes mimeógrafo a álcool... Vê que precariedade, depois, veio o mimeógrafo a óleo, e depois, junto com o mimeógrafo a óleo, surgiu a matriz eletrônica, que você gravava a matriz com foto...

Todos os diretórios acadêmicos do CFCH estavam fechados. Cajá ressaltou que entrou em 1975 na UFPE, ocasião em que descobriu que tomaram para si a responsabilidade de, juntamente com outros, reconstruir os diretórios juntamente com o DCE. Na sala do DCE, contou-nos que encontrou a bandeira do Brasil e de Pernambuco no birô da entidade. O presidente do DCE foi eleito pelos diretórios acadêmicos. O primeiro diretório reconstruído foi o de Belas Artes, sob o comando de Orlando Mindelo. Foi elaborado um abaixo-assinado de vários cursos para reivindicar “a abertura dos diretórios acadêmicos e eleição para o diretório central dos estudantes, e fizemos uma caminhada para entregar ao reitor Paulo Maciel”.

No reitorado de Marcionilo Lins¹², o Edital de Convocação para Eleições da Comissão Executiva do DCE, , em maio de 1973, diz:

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da UNIVERSIDADE e na conformidade do Decreto lei n.º 228, de 28.2.67, Portaria n.º 79/72 desta Reitoria e do Regimento do Diretório Central dos Estudantes, torna público, para conhecimento dos interessados, que pelo presente EDITAL fica convocado o Conselho de Representantes do referido Diretório, para eleger a sua DIRETORIA, **com observância dos prazos e normas seguintes** (SOARES, 2020, p. 149, grifo nosso).

¹² Este reitor era bem-vindo e reconhecido pelos órgãos de informação da ditadura. Conforme documento confidencial, o seu perfil constava do seguinte: “Aspecto político: a) democrata e apolítico; b) Grau de integração na Revolução de 64: Plenamente integrado; c) Outros: Sempre manteve firme sua decisão de votar pela cassação de estudantes subversivos” (SNI, Ficha conceito, 23/2/73). Em seu prontuário constava que “Existem também registros que o indicam ambicioso, desprovido de moral e altamente vulnerável as esquerdas, quando objetiva interesses pessoais” (SNI, n949/19/ARE/83. Dossê 128, Armário 11, Gaveta A, P. N. 17.015)

Os estudantes teriam que se subordinar tanto aos prazos quanto às normas estabelecidas pelas leis da ditadura e pela UFPE. As chapas não podiam ter identidades, eram identificadas por números. Inexistiam, também, bandeiras de lutas. Era a Lei Falcão no movimento estudantil. A partir dessas regras, a chapa de direita saiu vitoriosa. O seu presidente foi Paulo Fernandes de Barros Lima.

Demonstrando sua forte ligação com a ditadura, Paulo Lima encaminhou ao DOPS sua disposição para servir o Estado autoritário e seus órgãos de repressão em nome da “dinâmica progressista do país”. Assim, manifestou-se em um dos estratos de seu ofício: “Neste ensejo, estaremos ao inteiro dispor de V. Excia., de quem esperamos merecer os valiosos préstimos, a fim de que possamos dar continuidade às nossas metas de trabalho, pautados sempre na dinâmica progressista do país” (SOARES, 2020, p. 151). Apesar de sua serventia à ditadura, o DCE foi monitorado pelos órgãos da ditadura durante toda a sua gestão, assim como as seguintes (SOARES, 2020).

Um dos procedimentos políticos reinantes nesse período foi o recurso punitivo das normas da administração. Contudo, a reitoria não respeitou a presença da representação estudantil nos seus colegiados, inclusive no DCE, já que, em novembro de 73, todos os seus dirigentes já tinham se formado. A entidade denunciou e a reitoria convocou novas eleições. Contudo, num prazo exíguo de 37 horas, o DCE se viu obrigado a entrar com recurso, forçando a negociação. A votação, em março de 74, ocorreu na Procuradoria da universidade, com candidatos da esquerda e uma chapa denominada Debate e Ação, sendo candidato à presidência Nilson Cortez Crocia de Barros (Geociências) e à vice-presidência Orlando Mindelo (Artes), entre outros. A chapa vitoriosa foi a Independência e Trabalho. Seu presidente, Edson Albuquerque, estava vinculado à reitoria – defensor do Decreto-Lei nº 477 (SOARES, 2020).

No ano de 1974 ocorreu a reabertura dos diretórios acadêmicos. Contudo, Marcionilo Lins defendeu que sua diretoria deveria ser estabelecida pelo DCE e não por eleições diretas das faculdades.

Orlando Mindelo contou-nos que havia uma aproximação dos candidatos das listas sêxtuplas para reitor e diretor de centro com os estudantes dos diretórios, que tinham expectativas de serem escolhidos. A chapa que ele participou a convite dos estudantes de Medicina com traços de direita para a chapa do DCE, em 1974, imprimiu seu panfleto como Pró-Reitor de Assuntos Estudantis. Sobre isso, ele contou:

... tinha um pró-reitor que apoiava a gente, já era um candidato a reitor... Isso era bom saber quem era, eu sei que eu fui rodar lá, sabe qual era o título do folheto? “Você está proibido de votar, mas nós teremos o debate”, explicando que a gente era uma chapa que não estava concorrendo em eleição direta. Não tinha eleição direta para diretório central, só tinha pra diretório acadêmico, então a gente denunciou a legislação que não permite eleição direta pra o DCE, mas que a gente defendia que os estudantes ficassem sabendo daquela eleição e aí a gente botou os itens do que a gente defendia para o Diretório Central dos estudantes, 74... Uma chapa de centro esquerda.

Em 1975, com a grande cheia que trouxe várias mortes e desespero aos recifenses, inclusive à UFPE, fortemente atingida pela mesma, as eleições foram adiadas. Tal pleito ainda era controlado pela reitoria, mas, no dia 29 de setembro, ela foi realizada no seu auditório. A oposição inscreveu a chapa Participação e Luta, sendo derrotada pelo estudante Nicodemos Teles de Pontes Filho (Biociências), que tinha sido vice-presidente na diretoria anterior, de 1975-1976. Nesse ano, foi escolhido pelo Conselho Universitário o professor Paulo Frederico Maciel, que assumiu os destinos dessa instituição até 1979 (SOARES, 2020).

Em 1976 houve uma virada nos destinos do movimento estudantil quanto à sua representação no DCE/UFPE. Contudo, tudo levava a crer

que fora o “espírito” democrático da época que impôs nova configuração à UFPE. Conforme Thiago Nunes,

Em 1976, os estudantes também conseguiram a retomada do DCE da Universidade Federal da Paraíba (UFPPB), a reabertura do DCE da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a criação do DCE da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a primeira eleição direta do DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a primeira vitória das esquerdas durante as eleições indiretas para os DAs e DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 1968 (SOARES, 2020, p. 163).

Ainda nas regras eleitorais da reitoria, em 1976, no reitorado de Paulo Maciel, a chapa Unidade¹³ saiu vitoriosa, “conseguindo 11 dos 18 votos dos seis Centros e das três Unidades Independentes da UFPE”, frente à chapa da reitoria, denominada Vanguarda Independente Reformista. Nunes (2020) identifica nessa vitória um marco de mudança. O seu presidente eleito foi o estudante do curso de Desenho Industrial, Orlando José Gomes Mindelo. Os órgãos de informação da ditadura (ASI/UFPE, Informe Confidencial, nº 42, 28/04/76) registraram essa vitória e o papel dos estudantes nessa instituição do cenário político estadual: “O Movimento Estudantil, a partir das últimas eleições estudantis ocorridas no âmbito da UFPE, reassume, gradativamente, uma posição de destaque junto às lideranças estudantis de Pernambuco” (SOARES, 2020, p. 170).

Em 1977, os estudantes contrários à ditadura conseguiram eleger uma nova diretoria, desta vez sob a presidência de Constantino Magno Pimentel de Oliveira. O presidente passou a ser monitorado pelos órgãos

¹³ O Diário de Pernambuco deu cobertura sobre essa eleição e sobre essa chapa especificamente. O jornal observou que a eleição era indireta, por delegados, e que os membros da chapa Unidade “já vinham atuando” com várias lutas do restaurante, sobre cobrança de taxas, contra o ensino pago, e com atividades culturais como o Parangolé. Conferir: DIRETÓRIO central escolhe nova diretoria executiva com voto de um colegiado. Recife, Diário de Pernambuco, 09/02/76, p. 2.

de repressão quando da sua visita ao setor jovem MDB, por participar da vigília ao padre Romano Zufferey e por panfletagem no Colégio Marista.

Thiago Nunes destaca que, por sua inserção política, ainda no reitorado de Paulo Maciel, ele foi enquadrado no Decreto Aragão:

em 1977, os militares destacaram que, pelo posicionamento contrário à ditadura, ao se recusar a dialogar com o ministro da Educação e ao criticar o governador Francisco Cavalcanti, “incorreu em falta grave cominada no Art 11, § único, do Dec-Lei nº 228, de 28 de Fev 67.”. Por isso e pela participação no I Encontro do Setor Jovem do MDB, em um momento de crescente aproximação entre esse partido e os universitários, Constantino foi enquadrado no Decreto Aragão, que proibia os alunos participarem, apoiarem e estimularem atividades político-partidárias (SOARES, 2020, p. 179).

Para além das eleições, o movimento estudantil autônomo desenvolveu muitas atividades político-culturais-educacionais. Em 1976, o movimento estudantil organizou a II Mostra Universitária de Fotografia e o Seminário de Arquitetura Contemporânea: coerência e contradições. Na sede do DCE/UFPE foi organizada a peça teatral Diário de um Louco, de autoria de Nicholay Gogol, e interpretada por Acyr Castro. Por conta da colaboração e do apoio do grupo musical MPB-4, do Rio de Janeiro, referência na resistência à ditadura no campo musical, parte dos ingressos foram cedidos aos estudantes, os quais puderam arrecadar dinheiro para suas lutas. Foi produzido o jornal do Fera e o Programa DCE – ambos com ampla aceitação (SOARES, 2020).

Essas atividades culturais eram feitas em parceria com a Livro 7, que incluía artistas e era um movimento que podia arrecadar recursos diretos e indiretos, assim esclareceu Mindelo:

todo show em Recife, Luiz Gonzaga Júnior, Ivan Lins... Quando trazia esses shows os empresários davam conta de ingressos pra gente vender na

universidade, certo. Digamos que os ingressos custassem 50 reais, a gente ganhava 5 reais por ingresso, 20% para o D.A, era uma forma de arrecadar, deles apoiarem e de divulgar os shows dentro da universidade, então eles no ajudavam e a gente ajudava na divulgação.

Orlando Mindelo conta ainda que uma das grandes ações desse grupo de oposição ao DCE foi o Parangolé que envolveu várias atividades culturais, artistas e shows:

O **PARANGOLÉ** contou com apoio de artistas, intelectuais e professores, e fizemos durante uma semana atividades de Poesia, Cinema, Teatro, Fotografia e fechou com um grande Show no ginásio da UFPE, com artistas como Alceu Valença, Elba Ramalho, Zé Ramalho, Geraldo Azevedo, Tito Livio, etc. Na verdade a articulação da ideia do PARANGOLÉ, surgiu primeiro, fora da UFPE, professores cassados como Jomard Muniz de Brito, jornalistas (Ivan Mauricio, entre outros), artistas sugeriram a nós fazermos algo de impacto na UFPE, para sacudir a cultura no Estado, fazer uma agitação cultural para despertar as pessoas. Na UFPE, os principais articuladores do PARANGOLÉ foram nós dos D.As. do CAC, do CFCH, Ciências da Saúde (Medicina) e Centro de Tecnologia (Engenharia).

Outra ação que Orlando Mindelo, Alzira Medeiros, Pedro Laurentino e Cajá chamam a atenção diz respeito ao movimento estudantil, que ultrapassou as paredes da universidade ao promover a Semana Pelas Liberdades Democráticas, evento aprovado pela Assembleia estudantil realizada no CAC, no dia 16 de setembro, sob acompanhamento ostensivo da PM. Os meses de setembro e outubro mereceram destaque intensivo nas páginas do Diário: dezessete inserções (ESTUDANTES FAZEM..., 17/09/77, p.1).

A Semana Pelas Liberdades Democráticas reuniu 1.500 pessoas na abertura, realizada no auditório do DCE. O reitor Paulo Maciel enviou um funcionário ao evento para entregar um ofício da mesma ao presidente do

DCE, Constantino Magno, responsabilizando-o por qualquer coisa que pudesse acontecer com base na Lei nº 5.540 de 1968 (MAIS DE MIL..., 22/09/77, p.1)

O reitor Paulo Maciel proibiu o evento com o argumento de que soube dele pelos jornais e por não ter sido comunicado sobre quem seriam os conferencistas e palestrantes. Argumentou ainda, em nota oficial, “tal determinação visa a evitar o envolvimento da comunidade universitária em realizações que poderiam conturbar o ambiente de tranquilidade necessário ao desenvolvimento das suas atividades acadêmicas”. A nota acrescentou que “não há equivalência entre tolerância no ‘campus’ e tentativa de organização da atividade didático-escolar”. O documento foi assinado por 7 dirigentes da reitoria¹⁴, demonstrando que este não era um ato isolado do reitor, mas do conjunto dos dirigentes. (DP, 18/09/77, A-3).

Só na palestra de Dom Helder, em 26 de setembro, mais de 800 estudantes presentes discutiam a “Anistia Plena”. (DOM HELDER..., 27/09/77, A-16).

Durante a prisão de Cajá, os estudantes imediatamente reagiram a ela, tanto da UFPE quanto de outros estados, como o Diretório Acadêmico Engenharia Lins de São Paulo¹⁵. Em texto longo, declarou “o total repúdio pelas ações repressivas e arbitrárias que culminou com a prisão de Edival Nunes da Silva”. O texto identificava no “regime”, “o arbítrio, a prepotência, a tirania”, cerceador da “liberdade do pensamento e de manifestação do cidadão brasileiro, em flagrante desrespeito aos Direitos Humanos e à nossa Constituição”.

¹⁴ Reitor Paulo Frederico do R Maciel, o vice-reitor Geraldo Lafayette Bezerra, pro-reitor para Assuntos Acadêmicos, Theóphilo B. De Vasconcelos, pró-reitor de Apoio Administrativo, Rubens de Souza, pró-reitor para Assuntos Comunitários, Sebastião de Araújo Barreto Campelo, pró-reitor de Planejamento, Leonidas Alves da Silva Filho, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Ruy João Marques.

¹⁵ DIRETÓRIO ACADÊMICO ENGENHARIA LINS. Lins, 24 de maio de 1978. (Arquivo Pessoal de Cajá).

O Diretório Acadêmico Centro de UNISINOS¹⁶, São Leopoldo, RS, em abaixo-assinado, denunciou “arbitrariedades que ferem a lei brasileira e os direitos humanos, causando vergonha à sensibilidade do ser humano”.

Estudantes de Filosofia da PUC¹⁷, Campinas, SP, convocaram uma vigília pela “libertação das vítimas de arbitrariedade a se realizar na capela da PUC Central” no dia 1 de setembro de 1978, antecedendo ao seu julgamento que ocorreria no dia 5 de setembro, totalizando 106 dias de prisão.

Alzira Medeiros lembrou que a assembleia, em apoio à libertação de Cajá, tinha muitos olheiros, policiais, dedo duro.

Não chegava a ser a polícia militar dentro do campus não, porque a gente disse que não aceitar, e acho que o reitor deve ter tomado... Não existia segurança privada dentro da universidade na época, existiam os olheiros né, os olheiros existiam por toda parte, e quase sempre a gente conseguia identifica-los. Mas a polícia estava em lugares estratégicos caso a gente resolvesse jogar coquetel molotov ou outras coisas... não sendo esta nossa política.

Pedro Laurentino ressaltou a presença marcante de policiais, olheiros e dedos duros. Dois meses antes da prisão de Cajá, Pedro Laurentino sofreu atentado e mereceu foco na capa do Diário.

¹⁶ DIRETÓRIO ACADÊMICO CENTRO UNISINOS. (Arquivo pessoal de Cajá).

¹⁷ PELA LIBERTAÇÃO DE EDIVAL. Arquivo pessoal de Cajá

Ano 1978 | Edição 00115 (1)



Líder estudantil sofre atentado no campus da Rural

Pedro Laurentino Reis Pereira, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (sob intervenção), denunciou, ontem, uma tentativa de atropelamento de que foi vítima no campus da Universidade; pelo membro da Assessoria de Segurança e Informação da UFRPE, Marcelo Pangondrin.

Pedro Laurentino, estudante de Agronomia, explicou que estava na frente do Diretório conversando, quando o membro da segurança chegou num automóvel, fazendo uma manobra num pátio e acelerando o veículo em sua direção. Diz o estudante que teve de dar um pulo para evitar o atropelamento.

Este não foi o primeiro atentado de Marcelo Pangondrin contra estudantes da Rural, segundo Pedro Laurentino. “No ano passado — adiantou —, um estudante de Zootecnia, que fe-

dantil, sofreu ameaça de atropelamento pelo mesmo indivíduo, que tornou-se notório na Universidade pelas discussões e intimidações que provoca”.

Como o incidente ocorreu num sábado de manhã, quando normalmente a Universidade está quase deserta, apenas dois estudantes testemunharam a tentativa de atropelamento do presidente do Diretório. Por questões de segurança, eles evitaram dar os nomes mas se comprometeram a testemunhar, se for necessário, no caso de um inquérito.

Pedro Laurentino informou que vai tentar um contato com a Reitoria para explicar a situação de temor que o assessor de Segurança e Informação da Universidade vem infundindo. No caso de não caber à Reitoria tomar qualquer providência, os estudantes serão convocados para se posicionarem perante a M-

122

Fonte: Diário de Pernambuco, 30/04/78, p.1

Os Diretórios Centrais da UFPE e UNICAP elaboraram uma carta aberta para ser entregue ao presidente Ernesto Geisel, que visitava o Recife. A carta denunciava a “onda de violência e repressão que se abate sobre toda a população” e citava várias violências policiais, contra os direitos humanos e contra Cajá (preso e torturado), além da detenção do casal Nilson e Lea Lustosa, detidos no dia 24 no Piauí, o sequestro da operária Licy em sua própria casa, vítima de tentativa de atropelamento pelo segurança institucional da UFRPE (ESTUDANTES RELATAM..., 29/05/78, A-9)¹⁸.

Tanto Alzira Medeiros quanto Orlando Mindelo, devido às suas lutas estudantis e em defesa de Cajá, foram também alvos da imprensa e dos

¹⁸ ESTUDANTES RELATAM violências ao presidente. Recife, Diário de Pernambuco, 29 de maio de 1978, A-15.

órgãos de repressão¹⁹. Essa perseguição que, ao mesmo tempo, deixava Alzira estupefata, foi registrada pela imprensa adiante.



Diário de Pernambuco, DP, 16/08/78, p. A-15

Orlando Mindelo foi acusado de “dirigir subversão” ao trabalhar para o semanário O Tempo (11/07/78, p. A-15), e de ser membro do PCR.

¹⁹ A gestão de Constantino Magno Pimentel de Oliveira foi identificada como sucessora de Orlando Mindelo. Foram registrados vários eventos culturais promovidos pelo DCE. Conferir: MINISTÉRIO do Exército. IV Exército. Confidencial. No. 2253/81. Ao SNI, Recife, 3 de agosto de 1977. Em outro documento dos órgãos de informação, consta registro de documentos em favor de Cajá pela realização da Via Sacra, que havia possibilidade de Orlando Mindelo e outros serem presos. Conferir: SNI/Agência Central. Ficha de distribuição e processamento de documentos. No. INFÃO: 610/119. Data: 14/07/78.

Alzira Medeiros²⁰ mereceu uma matéria exclusiva no Diário da Noite. Sem dúvidas, a questão de gênero pesou no contexto, pois a matéria ressaltava a história de uma jovem na política e no movimento estudantil... e do interior. Na apresentação sobre ela, fica bastante clara a surpresa desse jornal quando indagou:

Quem é essa mulher que aos 24 anos, consegue os votos de quase seis mil estudantes pernambucanos? Quem é essa mulher que, estudante de Ciências Sociais, conseguiu se eleger na primeira eleição direta dos estudantes pernambucanos desde 1968? Quem é essa mulher que, vinda de São José do Egito, do sertão, lidera uma chapa que tem quatro mulheres, entre nove membros? Quem é essa mulher que teve quase três mil votos a mais do que seu concorrente?” (DN, Suplemento, 07/05/79, sem paginação)

Esses e outros estudantes estavam ao lado de Cajá em sua libertação e nas lutas democráticas em todo o país. Foram importantes na condução das manifestações em sua libertação e no incômodo causado aos órgãos de informação, ao DPF e ao governo do Estado, que defendiam uma punição severa contra o estudante das Ciências Sociais da UFPE.

²⁰ Em documento do Departamento da Polícia Federal, Alzira foi identificada como presidente do DCE/UFPE e membro do PCR, e Orlando Mindelo como membro do ME, do setor do MDB e do PCB. FICHAS nominais. Consta, também, no CISA, assunto sobre o XXI Congresso da UNE em que Alzira Medeiros foi citada. Conferir: MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. CISA. Confidencial. Assunto: XXXI Congresso da UNE, Salvador, Bahia. 6 de fevereiro de 1980.

Quem é essa mulher que, aos 24 anos, consegue os votos de quase seis mil estudantes errambucanos? Quem é essa mulher que, estudante de Ciências Sociais, conseguiu se eleger na primeira eleição direta dos estudantes pernambucanos desde 1968? Quem é essa mulher que, vinda de São José do Egito, do sertão, lidera uma chapa que tem quatro mulheres entre nove membros? Quem é essa mulher que teve quase três mil votos a mais do que seu concorrente?



ALZIRA, A Presidente dos Estudantes

DN — Fale um pouco da sua vida.

AM — Nasci em São José do Egito no dia 19 de março de 1958. Meu pai é do Rio Grande do Norte e minha mãe é pernambucana, também de São José do Egito. Nós moramos lá até quando completei 7 anos. Depois vim pra cá, em 62. Ficamos até o final de 64 e voltamos novamente para o interior. Até 72, moramos em várias cidades do interior. Em 72 eu

volti para o Recife, terminei o Curso Pedagógico, passei um ano trabalhando como recepcionista numa indústria de ócio, e, em 75, fiz o vestibular para o curso de Ciências Sociais. Sobre a escolha do curso eu diria que achava que ele me ajudaria a entender mais alguns problemas que eu via mas não sabia o porquê deles. Em 76 eu fui representante do Colegiado do Curso onde fiquei até 77. Em 78 eu havia partici-

do, embora timidamente, da campanha pelos passes estudantis.

DN — Desde quando você tomou consciência de que deveria lutar por uma sociedade mais justa?

AM — Lá em casa eu sempre fui considerada como uma pessoa sensível. Ainda no interior eu comecei a sentir as condições de vida dos camponeses que são pobres do que se da cidade grande,

mas isso com uma visão humanista, não com uma consciência política. Meu pai teve uma influência muito grande sobre mim, ele é o que chamam hoje de progressista e até hoje tenta escrever um livro sobre a vida do homem sertanejo. O movimento estudantil de 68 também teve uma certa influência sobre mim. Eu lia os jornais e me emocionava saber que os estudantes estivessem na rua mas eu não entendia mu-

to a razão das coisas. E só comecou a questionar isso tudo na época em que saiu a música "Pedro Pedreiro", de Chico Buarque, e comecei a ver as coisas além de uma sensibilidade.

DN — Cite algumas diferenças entre o movimento estudantil do interior e da cidade grande.

AM — No interior, mesmo existindo uma possibilidade de aproximação as pessoas são muito mais volta-

Digitizado por Comenius

Fonte: Arquivo pessoal Alzira Medeiros



Fonte: Arquivo pessoal Alzira Medeiros

A prisão de Cajá pelos órgãos de repressão

Vimos anteriormente o medo (crescimento do movimento estudantil e sindical, e dos comunistas “infiltrados”) e o ódio (aos comunistas) presentes e a paranoia comandando pelo imaginário social do Exército. Vimos, também, o crescimento do movimento estudantil, inclusive na UFPE, e as modificações nos quadros profissional e de matrículas, expandindo muito mais para a sua capacidade, já que antes essa ampliação estava aprisionada à política adotada. Nesse contexto, a presidência de Ernesto Geisel induziu a “abertura” que desagradou setores militares e civis - onde o Sylvio Frota via comunista até no governo dele, sendo afastado por aquele. Em Pernambuco, veremos na seção da análise dos jornais, que o governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, foi contrário ao fim do AI-5 e chegou a ser ministro de Garrastazu Médici (1969-1974), considerado em consenso pelos pesquisadores como a gestão mais tenebrosa entre os presidentes, numa análise macro. Cavalcanti assumiu outros cargos importantes na ditadura civil-militar.

A trajetória do governador José Francisco Moura Cavalcanti demonstra seu forte vínculo com o Estado e, particularmente, o autoritário. Em 1954 apoiou a candidatura de Cordeiro de Farias ao governo do estado de Pernambuco, sendo eleito. Em 1960 apoiou Janio Quadros à presidência e recebeu nomeação ao governo do território do Amapá. Em 1966 representou Pernambuco na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e entre 1967 e 1970 presidiu a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Siriji (PE). Em julho de 1970 foi nomeado ao INCRA por Garrastazu Médici, sendo seu primeiro presidente. Em 10 de maio de 1973 foi nomeado ministro da Agricultura.

Em 15 de março de 1975, fim da presidência de Garrastazu Médici (1974), tomou posse como governador de Pernambuco – eleito pela Assembleia Legislativa. Foi contra a extinção do AI-5, declarou-se favorável à criação de novos partidos, ordenou à polícia intervenção na passeata de estudantes em setembro de 1977, proibiu debates na Faculdade de Direito com presença de senadores do MDB. Apoiou o general Silvío Frota, que acusou a presença política de comunistas no governo de Ernesto Geisel, foi contra a anistia, ampla e irrestrita, e condenou a ideia de legalização do Partido Comunista²¹. As fotos ilustrativas a seguir, de Moura Cavalcanti com os presidentes da República Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, são significativas sobre a sua ligação com a ditadura.



Governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, com o presidente da República, Ernesto Geisel.

Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Ditadura Militar.

²¹ Conferir José Francisco de Moura Cavalcanti. CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-de-moura-cavalcanti>



Governador de Pernambuco, José Francisco de Moura Cavalcanti, com o presidente da República Garrastazu Médici. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Ditadura Militar.

É nesse contexto que analisaremos os documentos da repressão sobre a prisão de Cajá.

O IV Exército, acompanhando a situação na Faculdade de Direito, citada anteriormente, se pronunciou em seus registros internos, no documento classificado como “Confidencial”: “culpou”, indiretamente, os senadores por não aceitarem a intervenção do deputado para o não comparecimento ao evento – com a proibição do debate pelo diretor da Faculdade de Direito, os estudantes com os convidados, senadores do MDB, foram em passeata. Conforme o discurso, “vários elementos foram detidos” (cinco) na passeata.

O Governo do Estado, através de um emissário, Dep Est ARENA/PE CARLOS VERAS, líder do Governo na Assembléia Legislativa, fez saber ao Senador PAULO BROSSARD, telefonicamente, no hotel onde estava hospeda do, as razões que o levavam a impedir a manifestação e formulou apelo para que ele e os demais não comparecessem ao local, e para que dissuassem os estudantes de realizarem as atividades proibidas. Combinou, então, o Dep VERAS, ir até o Hotel do Sol, conversar com os senadores. Quando lá chegou

os mesmos já haviam saído para a concentração; não o esperaram, portanto (BRASIL, 1977, p. 4).

Foram produzidas as seguintes faixas, conforme documento do Exército: “PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS”, “ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA”, “HABEAS-CORPUS PLENO” e “ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE”. Essas palavras de ordem estão também na luta pela libertação de Cajá.

O reitor da UFPE, Paulo Frederico do Rego Maciel, o mesmo que se pronunciou sobre a prisão de Cajá, não foi favorável à proibição do debate. O documento da repressão acusa-o de incitar os estudantes contra o diretor da Faculdade por ter proibido a discussão em seu recinto. Assim, fez o pronunciamento de um discurso acusatório: “parecem ter a finalidade de estimular a realização de atos contestatório no “campus” da Universidade, com o beneplácito e sob o manto protetor da Reitoria” (BRASIL, 1977, p. 5).

Quanto aos documentos de prisão de Cajá, para os órgãos de repressão, Edival Nunes da Silva, Cajá, “foi preso em RECIFE/PE, em 12 Mai 78, com base no Artigo 59 da Lei de Segurança Nacional (LSN) e indiciado em Inquérito como infrator do artigo 43, daquele diploma Legal, como suspeito de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário (PCR)” (BRASIL, 1981, p. 1). Continua o mesmo documento: “o nominado presta contas à direção do PCR de suas atividades de aliciamento, assistência e orientação ideológica marxista revolucionária, referentes a diversas pessoas dos meios estudantis, operários e de outras áreas onde atuava” (BRASIL, 1981, p. 1).

A prisão de Cajá ocorreu após a prisão de seus colegas pela Polícia Federal, que denominou suas prováveis residências de “aparelhos” – três lugares. Nesses “aparelhos” foram apreendidos grande quantidade de

documentos e materiais de natureza nitidamente subversiva, pertencentes ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), reveladores de recentes atuações atentatórias à segurança nacional, desenvolvidas pelos denunciados no meio estudantil, operário, camponês e eclesiástico deste Estado, principalmente ligados à reorganização do aludido Partido Comunista Revolucionário” (BRASIL, 1978, p. 3).

Para esse processo (nº132/78),os denunciados vinham se articulando e promovendo frequentemente reuniões nos citados ‘aparelhos’, objetivando o desenvolvimento das atividades do [PCR], com a disseminação da pratica das ideologias marxista-leninistas, dentro do âmbito universitário, operário, camponês e eclesiástico, vale repetir, influenciando e provocando opiniões, emoções, atitudes e comportamentos contrários aos princípios democráticos, exercendo, desta forma, atividades prejudiciais e perigosas à Segurança Nacional. Os exames periciais demonstram, ainda, que vários panfletos e boletins subversivos apreendidos nos “aparelhos” foram da autoria e confeccionados pelos próprios denunciados, merecendo ressaltar a apreensão dos exemplares sob os seguintes títulos (BRASIL, Sentença, 1978, p. 3).

Os argumentos de perigosos, até então, eram de ordem ideológica, como ficou claro na citação anterior: disseminação do marxismo-leninismo, vários panfletos subversivos, Lei de Segurança Nacional. Eles não são apenas subversivos e terroristas, difusores, são “produtores” de seus próprios documentos, o que, para o documento, é gravíssimo, já que a autonomia do Outro é prova por si só de sua ameaça: ser livre e criador de desejo.

Adiante, tenta-se argumentar com provas materiais e classificá-las como terroristas, citando vários objetos que comprovam tal classificação, recorrendo à locução adverbial “ademais”, reforçando a veracidade de seus argumentos:

Ademais, a apreensão de materiais utilizados nas ações terroristas, como sejam: óculos com lentes tampadas, máscaras de meia de nylon, produtos químicos para confecção de explosivos, armas e munições, denotam nitidamente o *animus delinquendi et dolendi* dos denunciados (BRASIL, 1978, p. 4).

Percebemos que as “provas materiais” são bem genéricas e não explicitam o que são produtos “químicos” e quais “tipos de armas e munições” são essas e a quantidade encontrada. Curiosamente, apesar dessas provas materiais serem possíveis de colocar vidas em risco, essas designações apareceram apenas aí, não sendo repetidas no processo, o que pode sugerir que são “provas” insignificantes do ponto de vista do imaginário social. Já as designações Partido Comunista Revolucionário aparecem sete vezes, a designação “PCR” mais sete vezes e LSN apenas três vezes. Se somarmos as designações expressas na íntegra e as siglas que estão presentes no texto, totalizamos 14 referências ao Partido Comunista Revolucionário, demonstrando que o aspecto ideológico é mais importante do que a proteção das pessoas (ameaça das armas químicas e explosivos). Acrescentando a designação LSN, as questões referentes ao aspecto ideológico sobem para 17 vezes. Se acrescentarmos as designações “aparelhos” e “aparelhos subversivos”, subimos para 21 referências ideológicas.

Curiosamente, no documento de 30 de junho de 78 (ou 80), do SNI, o relatório cronológico dos “acontecimentos”, não faz menção aos “explosivos” e substâncias “químicas” encontradas com seu grupo, mas justificam sua prisão pelo DPF por “documentos apreendidos” apenas. Outra prova material, conforme documento, foi ter encontrado dinheiro, contribuições recebidas “mensalmente de várias pessoas”, o que comprova a “atuação dos denunciados como integrantes do Partido Comunista Revolucionário” (BRASIL, 1978, p. 4).

Podemos deduzir do Processo nº 132/78 que a ameaça de bomba, explosivos, produtos químicos e contribuições mensais não foram as significações imaginárias centrais, manifestas, mas a defesa do Estado (LSN) contra os comunistas, como membros do PCR, motivando as denúncias para prendê-los. Não havia nada de concreto sobre eles como ameaça à sociedade, nenhum exemplo concreto de ação ou plano de ação ameaçador à “sociedade democrática”. Mas, por serem membros do PCR, marxista-leninista, difusores dessas ideias, era o fato que os amedrontavam e justificavam suas prisões.

Outras significações imaginárias e agentes políticos pelos órgãos da repressão

Os documentos da burocracia, imparciais, neutros, descritivos, instituem novas realidades, fabricando sujeitos. Vimos que, por trás da imparcialidade, outros valores emergem (e sujeitos), tanto nos documentos do Processo nº 132/78, como nos documentos de informação dos órgãos da repressão.

Veremos agora como esses documentos imparciais farão emergir novos sujeitos políticos (que não apenas os membros do PCR), rompendo a linearidade, a não problematização dessas emergências, fazendo-os seguir, continuar com sua linearidade descritiva. Isso se faz pela própria contradição da linguagem, da localização do sujeito na sua relação do Eu com o Outro (ideológico, político, gênero, etc.), como fissuras que são abertas decorrentes das lutas sociais da sociedade.

Esses sujeitos correspondem à assembleia estudantil, reitor Paulo Frederico, imprensa, órgãos internacionais. A emergência desses sujeitos, balançando a lógica enunciativa da burocracia repressiva, assustou o imaginário vigente, na medida em que fugiu ao controle da repressão.

No documento do Processo, a perplexidade reina quando a “sociedade” irrompe diante de sua linguagem harmônica, que classificava todos de comunistas e subversivos – valendo por si só. A repercussão e impacto da prisão de Edival, Cajá, deixa estonteante esse imaginário. Uma resposta possível: “um mecanismo qualquer foi acionado”. No discurso burocrático (impessoal), forçosamente, aparece a intervenção do político (público).

Preso EDIVAL, ocorreu reação jamais vista em termos de imprensa, políticos, clero, sacudindo esta cidade de Recife, com reflexos em todo o País e até no exterior, que teria provocado tais reações? A prisão ocorreu sem grande aparato, outros companheiros seus já tinham sido detidos, o inquérito que apurava as atividades do PCR estava em pleno andamento, sem maior estardalhaço. Evidentemente, um mecanismo qualquer foi acionado em favor de EDIVAL NUNES DA SILVA (BRASIL 1978, p. 8).

Em outro documento, o “registro” sobre o apoio que Cajá recebeu de vários segmentos sociais, políticos (“radicais”) e institucionais, demarcou o texto:

Desde sua prisão, “CAJÁ” recebeu amplo apoio de políticos radicais de oposição, entidades estudantis e membros do clero. Inúmeros telegramas procedentes do exterior, dirigidos ao Superintendente do DPF/PE e ao Juiz Auditor da 7ª CJM, traziam no seu texto, pedidos e acusações, fazendo com que aumentasse a solidariedade em torno do nominado (BRASIL, 1981, p. 1).

Em um documento tipificado como “Secreto”, em 30 de junho de 1978 (provavelmente), há um carimbo de 1980 do SNI, Informação 042 119 ARE. O documento contém um discurso cronológico de “acontecimentos” na UFPE acerca da reação da sua comunidade e de outras, diante da prisão do mesmo. Iremos apresentar, neste momento, apenas essa cronologia de “acontecimentos” produzida no documento:

1. Em 12 Mai 78, baseando-se em documentos apreendidos, o DPF/ PE efetuou a prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA, no RECIFE, de acordo com o Art. N° 59 da Lei de Segurança Nacional, indiciando-o em inquérito como infrator do Art. 43...
2. A partir de 15 Mal 78, elementos ativistas do movimento estudantil no RECIFE percorreram diversas salas de aula das universidades local, insuflando os alunos contra a medida, assegurando que o referido estudante havia sido sequestrado e que estava sendo torturado na prisão, encontrando-se em lastimável estado de saúde, com risco de vida...

3. Entre 16:00 hs e 17:20 hs do dia 15 Mai 78 foi realizada uma Assembléia Geral dos Estudante de Ciências Sociais, no Centro de Filosofia e Ciencias Humanas/UFPE, em protesto contra a prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA, com a participação de cerca de 300 pessoas. Durante o evento, ficou estabelecido o seguinte: “Ouestudantes do curso de Ciências Sociais entrarão em greve até ao dia 17 Mal 78, quando será desencadeada uma greve geral de todos os universitários; permanecerão em greve até a quebra da incomunicabilidade e a liberação de EDIVAL NUNES DA SILVA; envio de um ofício ao Reitor Paulo Frederico, solicitando que ele forme uma comissão de professores para tentar visitar o estudante preso...
4. As 13:00 hs de 16 Mal 78, estudantes do Centro de Filosofia e Ciências Hemanas da UFFE promoveram assembléia permanente no 10º andar do prédio do Instituto Básico da UFFE, na tentativa de angariar o apoio de toda a classe estudantil em solidariedade ao universitário preso. Por volta das 20:00 hs uma comitiva composta por cinco alunos da UFFE, dentre eles... percorreram todas as salas de aula do curso noturno de Ciências Econômicas da UFFE, com aquiescência da administração daquela área de ensino e professores... Após elogiar o universitário preso, fez contundente críticas à ação do DPF/FE e aos “atos de repressão” levado a efeito pelo Governo;
5. No dia 17 Mai 78. Jau ... das 16:25 hs às 17:40 hs, foi realizada nova Assembléia de Estudantes [...] Na ocasião, o Presidente do DCE [...] explicou que aos presentes os principais objetivos da Assembléia eram: obter maior adesão ao movimento encabeçada pelos estudantes do curso de Ciencias Sociais; manter a paralisação das aulas até a libertação do colega preso...
6. O Reitor da UFFE, PAULO FREDERICO DO REGO MACIEL, esteve presente à Assembléia, tendo afirmado aos participantes da mesma que visitara o estudante preso e que, aparentemente, o mesmo não apresentava sintoma de torturas. Prosseguindo, solicitou aos universitários mais calma na Assembléia que estava sendo realizada...
7. Até àquela data (17 Mai 78), já haviam aderido ao movimento grevista na UFFE o8 Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Saúde; Artes e Comunicação; Tecnologia; Mestrados em Sociologia, Economia, Antropologia, Psicologia e Desenvolvimento Urbano; Pós-Graduação de Física e Educação: e professores de Física da UFPE. No dia 18 M 78, foi efetuada no horário das 12:15 hs as 13:05 hs,

uma Assembléia de estudantes na UFRPE reunindo cerca de 150 alunos, inclusive representantes da UFPE...

8. Às 20:30 horas do dia 18 Mai 78, o DCE da Universidade Católica de PERNAMBUCO realizou uma Assembléia Geral de Estudantes, contando com a presença de cerca de 500 pessoas [...] Forças policiais ficaram nas proximidades da UNICAP não chegando a intervir. A Assembléia encerrou-se 21:40 horas....
9. Na Faculdade de Direito do RECIFE foi realizada, às 18:00 horas do dia 19 Mai 78, a queima simbólica da Lei de Segurança Nacional. No dia 22 Mai 78, estava prevista uma passeata saindo do prédio da Faculdade de Direito do RECIFE, em direção ao DPF/PE, com o objetivo de visitar o companheiro preso. Entretanto, face às medidas preventivas adotadas pela polícia, deslocando tropas de choque para as imediações daquela Faculdade e para o percurso estabelecido, a referida passeata não se efetivou.
10. Em 17 Mai 78, o Superintendente da DPF enviou através de ofícios expedidos aos Reitores das Universidades local, cartazes apontando as razões legais da prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA e solicitando ampla divulgação junto ao corpo docente e discente das universidades.
11. Em 18 Mai 78, a Arquidiocese da PARAÍBA e o DCE/UFPE distribuíram convites para a realização de uma procissão e missa no dia 20 Mai 78 em solidariedade à Igreja do Nordeste e aos estudantes atingidos [...] a partir das 19:00 horas do dia 20 Mai 78, foi realizada uma procissão.

O texto do documento anterior e do processo mesclam discursos objetivos, descritivos, impessoais, com estereótipos, com pressuposições e ambiguidades (quem fala?), citações diretas e indiretas/metadiscursos, e buscas por explicações ou justificações para um determinado tipo de comportamento ou de ação/resolução.

A classificação e a adjetivação estão bastante presentes, tanto no que diz às pessoas quanto referentes às intenções da ação por parte dos observados. O discurso tenta, intermediado por descrição e citações diretas (aspeados), explicar e buscar causalidades e consequências das intenções – apesar de visar à objetividade. Assim, o documento do SNI, em sua observação das ações dos estudantes da UFPE, identifica-os como

“elementos ativistas” (estudantes), “ativista do movimento estudantil”, “políticos radicais” (políticos da oposição) e “advogado agitador”, “aliciador” – Cajá (práticas de aliciamento: subornar, seduzir).

Com frequência, tenta interpretar as ações dos estudantes, suas pretensões, tais como os estudantes, em passagens por salas de aula, visam “insuflar” (jogar alguém contra outro) para “angariar apoio”. Como provas do “acontecimento”, da “insuflação” e de objetivos em “despertar” (verbo transitivo indireto: sair do estado de inatividade) pretendidas, o(a) agente faz citação direta, o que tenta demonstrar veracidade ao seu “relatório”:

Esperamos que nossas palavras não entrem por um ouvido e saiam pelo outro.

Esperamos, isto sim, que pensem e reflitam porque hoje foi o CAJÁ (o estudante preso) e amanhã quem será?

De modo algum acredito que o universitário esteja envolvido com o Partido Comunista Revolucionário (leitura de jornal com fala de Dom Helder Câmara)

Chama a atenção sobre a intensidade das ações “críticas contundentes” (adjetivo) aos “atos da repressão” pelo DPF a serviço do governo. Associações de causa/efeito/consequências são frequentes, recorrendo à conjunção adversativa (entretanto). Para o documento, os estudantes tinham uma intenção, mas foi desfeita devido “as medidas preventivas da polícia” (adjetivo defensivo), que corresponde a um fato não assumido pelo documento: impedir um direito básico de se manifestar em vias públicas em sociedades democráticas, preconizadas pelos próprios documentos. Ou seja, uma ação autoritária transforma-se numa virtude (“medidas preventivas”).

estava prevista uma passeata saindo do prédio da Faculdade de Direito do RECIFE, em direção ao DPF/ PE, com o objetivo de visitar o companheiro preso. Entretanto, face às medidas preventivas adotadas pela polícia,

deslocando tropas de choque para as imediações daquela Faculdade e para o percurso estabelecido, a referida passeata não se efetivou.

Recorreu, também, a uma outra conjunção, que visa a uma conclusão lógica de causa (“comprovada ligação com o PCR”; “cumprindo a decisão”)/ efeito (o CJM o condenou por unanimidade; “instaurou inquérito”). A relação de causa/efeito estava estabelecida.

Em 13 Jul 78, foi denunciado pelo procurador Militar de PERNAMBUCO, em virtude de sua comprovada ligação com o PCR. Portanto, o Conselho Permanente de Justiça do Exército da 7a CJM, em 22 Mai 79, o condenou, por unanimidade (BRASIL, SNI, 16/10/80).

Cumprindo a decisão do TFR a Polícia Federal instaurou o Inquérito (BRASIL, SNI, 16/10/80).

O discurso sinaliza, também, para a bondade do órgão de repressão, o DPF, ao conceder favor (“permitiu”) aos familiares – ampliando essa bondade à instituição UFPE (o reitor) quando recorre ao advérbio (além), priorizando a concessão à autoridade. Em outro documento, pela sensibilidade inerente do Juízo (da ordem jurídica militar), revogou-se sua prisão (Cajá) – apesar das fartas provas apresentadas pelo DPF. Há uma inversão, própria da ideologia, que é transformar o Senhor como um igual. Mas há outro aspecto que devemos destacar: o direito (igualdade, normas igualitárias) não poderia se manifestar, porque existiam inimigos a serem eliminados. Ele emerge, o direito, como subserviente (secundário) ao Senhor. Como favor, bondade, ele pode não ser reconhecido pelo sujeito concedido à bondade e não corresponder generosamente a essa ação. Assim, comportou-se Cajá (“aproveitando-se... fez acusações de torturas”).

Procurando demonstrar a correção com que não conduzidas as diligências, a DPF/PE permitiu uma visita de 15 minutos à mãe do estudante, providenciou

exames médicos periciais, além de autorizar ao Reitor [...] Aproveitando-se da oportunidade, o estudante fez acusações de torturas, seguro de que tais boatos encontrariam eco no meio estudantil, constantemente agitado pelo advogado [...] O indiciado foi submetido a perícia traumatológica... (BRASIL, SNI, 30/06/78/80).

apenas o marginado aproveitou-se da oportunidade para abrir espaço na imprensa e desmoralizar os órgãos de segurança perante a opinião pública. (BRASIL, SNI, 16/10/80)

O juízo, porém, sensível à sua situação [de Cajá] e pouca atividade revogou suas prisões preventivas, permitindo-lhes levar uma vida normal no curso do feito. (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 9).

EDIVAL NUNES DA SILVA, porém, logo após , ter tido revogada sua prisão pelo CPJEx., de forma ate insólita, ‘data venia’, pois havia recurso em tramitação na Superior Instancia e a defesa de tal recurso não desistiu, veio às ruas e sem respeitar sequer sua condição de acusado num processo em pleno andamento [...] arvorando-se em dono por inteiro da verdade [...] onde se pode notar o mesmo estilo de detentor da verdade [...] bem escondido sob sua aparência de moço tímido do interior (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 9).

Fundadas na lei as ações da polícia, bem como nos recursos técnico-científico (“competente exame”), assim se manifestou o discurso:

Em 17 de maio de 78, o DPF elaborou ‘ofícios expedidos aos Reitores das universidades local, cartazes apontando as razões legais da prisão de EDIVAL NUNES DA SILVA’... (BRASIL, SNI, 30/06/78/80).

Apos o competente exame, EDIVAL que afirmou ter sido ‘barbaramente espancado’, nada apresentou que provasse suas Alegações (BRASIL, SNI, 16/10/80).

Outras relações de causalidades foram estabelecidas. No processo nº 132/78 (BRASIL, SNI, 11/06/79), a causa (quantidade de documentos)/efeitos (membro do PCR, reuniões, confecção própria) resulta da relação intrínseca dos presos com o PCR. Várias provas materiais foram apresentadas como indiscutíveis.

Nestes “aparelhos” foram apreendidos grande quantidade de documentos e materiais de natureza nitidamente subversiva pertencentes ao PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO - PCR - reveladores de recentes atuações atentatórias à Segurança Nacional (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 2);

Esses documentos refletem claramente que os denunciados, todos eles, vinham se articulando e promovendo frequentemente reuniões nos citados ‘aparelhos’ (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 3);

Os exames periciais demonstram, ainda, que vários panfletos e boletins subversivos apreendidos nos “aparelhos” foram da autoria e confeccionados pelos próprios denunciados.

Novamente, recorreremos ao advérbio e locução adverbial (ainda, também, ademais) para reforçar o argumento de que existiam muitas provas contra os presos, coletados em seus “aparelhos” – alguns bem graves (ações “terroristas”). A construção do discurso impõe a quantificação de provas que seriam irrefutáveis na lógica discursiva.

Os exames periciais demonstram, ainda, que vários panfletos e boletins subversivos apreendidos nos “aparelhos”...

[...] Ademais, a apreensão de materiais utilizados nas ações terroristas... (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 3).

A atuação dos denunciados como integrantes do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO, se faz

sentir, também, pela obtenção de donativos e conquistas de no os adeptos, inclusive, contribuições em dinheiro recebidos... (BRASIL, SNI, 11/06/79, p. 4).

Os presos comunistas do PCR fazem mal, são “perigosos”, pois “influenciam e provocam” “emoções, atitudes e comportamentos” contra o Estado (LSN) e os “ideais cristãos do povo brasileiro”. Implicitamente, assume-se que os órgãos de repressão são os agentes a defenderem a integridade da religião cristã do povo brasileiro e do Estado. Há uma missão, pela qual os órgãos de repressão se autodesignaram, que veremos em outro momento nos estudos da pressuposição.

influenciando e provocando opiniões, emoções, atitudes e comportamentos contrários aos princípios democráticos, exercendo, desta forma, atividades prejudiciais e perigosas à Segurança Nacional (BRASIL, SNI, 11/6/79, p. 3); Ademais, a apreensão de materiais utilizados nas ações terroristas, como sejam: [...] armas e munições, denotam nitidamente o *animus delinquendi et dolendi* dos denunciados contrários aos objetivos nacionais, inspirados nos ideais e princípios democráticos e cristão do povo brasileiro (BRASIL, SNI, 11/6/79, p. 3).

Como se viu, a narrativa de “acontecimentos”, objetivos, foi rompida em seu interior pela perplexidade quanto pelo reconhecimento das presenças de outros sujeitos políticos na arena social, repercutindo em outras leituras e narrativas – enquanto o DPF e os documentos de informação da repressão narravam representarem uma luta negacionista do bem (sociedade democrática e cristã) contra o mal (subversivos, comunistas, terroristas), outros documentos, cada um com sua lógica institucional, participavam da construção de uma narrativa sobre o episódio.

Como propôs Fairclough (2001), a análise de discurso exige, também, o uso de outros documentos e gêneros diferentes para que possibilite uma interpretação mais plausível sobre os discursos de lutas, disputas e mudanças. É o que veremos agora.

O personagem reitor Paulo Frederico do Rego Maciel

Chamamos a atenção que os documentos do SNI fizeram críticas ao reitor por não ser mais incisivo nas assembleias e na greve. Sabemos que os cargos de confiança só eram preenchidos por pessoas de confiança. Motta (2008) já alertou sobre a cooperação que havia entre docentes e dirigentes universitários com a ditadura civil-militar, não existindo “Reitor ou Diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente”. O autor aborda que, no máximo, ocorreram

jogos ambíguos e sutis de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre protestando apoio ao Estado. Assim, se os documentos da maioria das AESI [órgão de segurança que espionava e fazia segurança nas universidades] sumiram é porque são comprometedores (MOTTA, 2008, p. 33).

Contudo, a confiança não era suficiente para não emitir críticas e ser monitorado pelos órgãos da repressão. Todo o seu reitorado, quanto os dos outros²², “integrados” à revolução, como eles diziam, passavam pelos olhos e mãos dos agentes infiltrados nas instituições educacionais. Os órgãos de informação fizeram outras críticas ao seu reitorado, como, por exemplo, a contratação de professores considerados subversivos por esses órgãos.

²² Reitorados da UFPE: Murilo Humberto Guimarães (1964-1971); Marcionilo de Barros Lins (1971- 1975); Paulo Frederico Rego Maciel (1975-1979); Geraldo Lafayette/Geraldo Lapenda (1979 -1983) e George Browne do Rego (1983-1987).

Paulo Frederico do R. Maciel²³ nasceu em 15 de abril de 1924, bacharelou-se na Faculdade de Direito em 1946, foi secretário de Finanças do governo Cid Sampaio, do estado de Pernambuco (1961-1963). Logo após o golpe militar de 64, em maio, foi nomeado à presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Foi deputado federal pela ARENA (1967-1971), partido que representava a ditadura no parlamento. Concorreu na ARENA, por eleição indireta, para o cargo de governador em 1974 (com apoio de Cid Sampaio) e perdeu para José Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979).

Foi professor na Faculdade de Filosofia de Recife, na disciplina de Sociologia, e professor-assistente de Economia Internacional, na Escola de Ciências Econômicas da Universidade de Recife, e de Técnicas de Pesquisa Social, na Escola de Serviço Social de Pernambuco, bem como diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Recife). O seu comportamento político foi de cautela moderada, apesar de forte ligação com o regime e com as classes proprietárias de cana de açúcar, conforme dados de documentos da repressão e dos jornais. Mas, como já chamamos atenção anteriormente, com as informações e interpretação de Cajá, não devemos generalizar ou induzir à explicação de que o reitor ou o reitorado era democrático, reflexivo e crítico, o seu comportamento, como a do jornal Diário de Pernambuco, veremos mais adiante, expressou mais a força do movimento democrático (estudantil, popular, sindical e religioso) do que de inspiração democrática.

Em seu discurso de posse²⁴ (em nove páginas), os estudantes não eram seu foco. Em seu primeiro parágrafo discursivo, os estudantes não constavam nele, nem genericamente; apareciam apenas as autoridades

²³ Conferir CPDOC/FGV. Paulo Frederico do Rego Maciel. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-frederico-do-rego-maciel>

²⁴ Discursos na posse do reitor Paulo Frederico do Rêgo Maciel. Secretaria Geral dos Órgãos deliberativos Superiores da UFPE. Recife, 1976.

gerais do Estado: governador, prefeito, MEC, diretor da Faculdade de Direito, reitores da UNICAP, estadual de Pernambuco, Insituto Joaquim Nabuco, poderes judiciários e legislativos etc. Quando a classe estudantil era anunciada, aparecia genericamente como “mocidade”, fazendo referência à sua vivência pessoal (“recordo-me, então, da minha posição de jovem”) (p.14), o chamamento que o presidente Ernesto Geisel fazia a ela (“austero e virtuoso brasileiro que é Ernesto Geisel, convocador da mocidade”) (p.17) e ao papel desempenhado na década de 60, insinuando sua presença em “maio de 68” (“década de 60, um frenezi juvenil [...] tem que provocar meditações”) (MACIEL, 1976, p. 18).

Se havia um apagamento das entidades e dos estudantes concretos em seu discurso, a realidade brasileira também não existia, pois não havia uma referência sequer sobre ela. Não havia nem conjuntura, nem estrutura, apenas “funções” abstratas que a universidade devia desempenhar, sem desenvolvê-las: psicopedagógica (“formar homens”), econômica (universidade ser “consultora”) e política (“informar e formar”) (p. 16-7).

Seu discurso finalizou ao agradecer a Ernesto Geisel (que está a serviço da “convocação”), ao governador Moura Cavalcanti, que era um “amigo”, Ney Braga (que precisava honrar a sua confiança), Rômulo Maciel, um “eminente amigo” (“representa a dignidade em inteligência”), ao ex-governador Cid Sampaio, que lhe confiou a chefia do BANDEPE²⁵, ao IAA, ao seu primo e político Marco Antonio Maciel, aos parentes e ao pai (“Grande herói da história”). Por fim, fez referência “especial” à mocidade, dizendo: “há um agradecimento especial à mocidade à qual nada digo mais” (MACIEL, 1976, p. 21). De fato, não disse e nem dirá mais.

²⁵ O Diário de Pernambuco registrou a nomeação do Sr. Paulo F. R. Maciel para a presidência do BANDEPE. Conferir: DEIXOU a presidência da Fundação da Promoção Social o Sr. Paulo Rangel. Recife, DP, 8/07/62. p. 5.

Se em sua posse as organizações estudantis não existiam, na vida concreta ele teve que fazer referências a elas, pois, na verdade, após longos desgastes com a greve dos estudantes e com as mobilizações sociais nas ruas, tentou proteger sua imagem em relação ao sequestro de Cajá pelo DPF, manifestando-se contrário aos “muros da opressão” e associando sua imagem ao advogado Eduardo Pandolfi. Sobre ele, fez “ver coroado de êxito todo o seu empenho pela liberdade de Cajá, hoje símbolo das lutas pelos direitos humanos, pelas liberdades democráticas” e que sentiu “orgulho de ter colaborado” com ele “nesta missão”²⁶.

A depender da representação de Orlando Mindelo, o reitor não estava próximo dos estudantes. Segundo seu relato, ele iria entregar um abaixo-assinado ao reitor, num evento em andamento, quando este cerrou o pulso como se quisesse brigar.

Quando fomos entregar ao reitor, eu já era presidente do DCE. Isso foi em 76... Ele não recebeu, os funcionários dele tentando fazer barreira, aí eu arrudiei, fui pela frente...Antes dele entrar no auditório, aí ele olhou pra mim e disse “o que você quer comigo?” E levantou os dois pulsos, pra uma briga física, “Eu lhe enfrento, viu?” Aí o pessoal deixa disso dele ... E eu doido que ele me desse um murro ne, ele ia me dar um murro ia se f... ne, não ia porque era ditadura ne (risos) mas ia sair na imprensa. Aí o deixa disso dele carregou ele pra um lado, e um pró-reitor me levou pra uma sala e “olhe, o reitor está muito cansado”, aí foi justificar pra poder utilizar na denuncia de que o reitor queria dar no presidente do DCE, ne. “Ele está muito cansado” ... Me fizeram uma babação lá pra o meu lado e pra mais alguns estudantes que estavam comigo, da casa dos estudantes pra amenizar a atitude do reitor, né... Aí não consegui entregar o documento ne, entreguei pra esse pró reitor... “Me dê esse documento que vou entregar a ele”, porque foi pra isso que ele também me chamou na sala, ne. Amenizar e resolver essa questão do documento....

²⁶ O DESABAFO dos advogados. Diário da Noite. 31 de outubro de 1978 (Arquivo pessoal de Cajá).

Quanto a Alzira Medeiros, sua impressão sobre o reitor era que ele era “muito nervoso”. Assim ela o definiu: “Ele era muito nervoso, uma pessoa muito agitada até parecido com o jeito de Palhares, do ponto de vista pessoal”. Ela nos disse ainda que: “A gente teve umas brigas braba no período que a gente estava na universidade”.

Cajá²⁷ também não fez menções elogiosas ao reitor. Na mobilização e em audiência com o reitor Paulo Maciel para exigir eleição no DCE, ele contou que o reitor foi áspero e indelicado. Em primeiro lugar, não queria aceitar a comissão dos estudantes, apenas um representante:

Fizemos uma comissão, essa comissão tinha uns cinte e cinco estudantes, aí os funcionários disseram “Ah não, ele não vai receber isso tudo não, pode ser você”. “Sozinho eu não entro não, estou aqui em nome das salas todas, nós somos uma comissão de representação de departamentos, curso...”. Bem, sei que depois de muita negociação, entrou dezanove, mintó! Dezesete alunos entraram nessa comissão, tira um, bota outro... Dezesete numa sala com uma mesa oval, ele nos recebe, eu pego a palavra e entrego o documento, expressão da vontade do corpo discente que tem estudantes de educação física, engenharia, área de saúde, área de ciências humanas.

Em segundo lugar, Cajá ressaltou que o reitor dizia saber quem estava por trás, que ele já tinha sido da JUC e que sabia com quem estava lidando.

“Eu sei, a subversão está em todo lugar, estou sabendo” – disse o reitor. Foi super grosseiro, “Vocês estão fazendo um trabalho subversivo, está bem filtrado”. Eu fiz de conta que não ouvi e continuei minha fala, quando terminei, ele disse “Ta, ta entregue, eu assino”. “Agora você que é o cabeça”, virou assim pra mim. “Saiba que você não me engana, a mim você não engana, isso é um trabalho subversivo que vocês estão fazendo, contraria as leis de recomendações do ministério da educação e eu estou aqui para cumpri-las,

²⁷ Entrevista realizada em sua residência no dia 15 de abril de 2021.

porque que eu sei? Eu sei porque já fui da AP, AP não da JUC, vocês não sabem, mas ele sabe do que estou falando”. Ele sabia da minha história, sabia que eu tinha a ver com a igreja... “Ele sabe do que estou falando, eu fui da JUC, então a mim você não engana. Eu sei esse trabalho aí, só que a lei atual não permite, os tempos mudaram e você não percebeu, né? Estou avisando”.

Antes do golpe civil-militar de 1964, nos anos 60, Paulo Maciel estava presente nos jornais do DP, principalmente como homem de negócio e de Estado. A primeira matéria sobre ele trata do memorial da delegação de Pernambuco que seria entregue na IV Reunião Plenária da Indústria, em Goiânia (INDÚSTRIA..., 05/01/60)²⁸. Em 21 de janeiro, sobre mesmo assunto, a matéria registrou a presença de Paulo Maciel como um dos representantes da delegação pernambucana na IV Reunião Plenária da Indústria²⁹. Em dezembro do mesmo ano, Paulo Maciel foi identificado como um dos escolhidos para “definir a organização e estrutura” do Centro de Produtividade Industrial da FIEP³⁰. Sua inserção no Estado pelo DP fez-se por meio de uma matéria que tratava de mudanças no governo de Cid Sampaio e que ele seria um dos indicados³¹. Em março, confirmou-se a matéria anterior, quando ele foi empossado como secretário da Fazenda. Um pequeno currículo vitae foi apresentado e suas amizades com os políticos reconhecidas³². Em julho de 62, outra matéria informou sobre secretários que deixavam a pasta para se candidatar, entre eles Paulo Maciel³³. Ele só retornou às páginas do DP em 1964, quando recebeu a

²⁸ INDÚSTRIA de Pernambuco reivindicará em Goiânia reforma da estrutura agrária regional. Recife, Diário de Pernambuco, 5 de janeiro de 1960, p.3.

²⁹ DEGEGAÇÕES nordestinas formam bloco na plenária de Goiânia. Recife, Diário de Pernambuco, 1960.

³⁰ CRIADO pela FIEP o Centro da Produtividade Industrial: já foi escolhido o diretor. Recife, Diário de Pernambuco, 24 de dezembro de 1960, p.8.

³¹ NOVAS diretrizes administrativas: governador reunirá terça-feira seus auxiliares imediatos. Recife, Diário de Pernambuco, 16 de novembro de 1961, p.8

³² EMPOSSADOS os novos secretários da Fazenda e da Administração. Recife, Diário de Pernambuco, 5 de março de 1961, p.3.

³³ QUATRO secretários deixam cargos: são candidatas; Gal. Batista Rêgo na SSP. Recife, Diário de Pernambuco, 6 de julho de 1962, p.5

presidência do IAA pela Presidência da República³⁴. Sua família foi bastante agraciada com a ditadura: Marco Maciel (dispensa comentários), Telmo Maciel (CODEPE) e Carlo Maciel (interventor do MCP).

Além das passagens políticas e empresariais, Paulo Maciel foi cotejado em vários eventos: presença no Clube Líbano, em festa da atriz Aurora Duarte³⁵; almoço com fotografia, patrocinado pela Fofosrita Olinda que representava o Estado, entre outros³⁶; jantar em sua residência, promovido por ele e esposa, destinado ao ministro do Trabalho, Franco Montoro³⁷. Em menor proporção, ele também mereceu atenção da imprensa em palestras e cursos, entre os quais, organizado por seu irmão Carlos Maciel³⁸.

Como vimos, além de ligações profundas com o setor econômico, senhores de terras e da cana, em sua trajetória político-partidária e em sua prática na reitoria, entrou várias vezes em choque com os estudantes e professores.

Cajá observa que o contato dos estudantes com diretores de centro e de curso era mais fácil. Havia o contato pela proximidade face a face. Contudo, a reitoria estava longe, distante, existindo um corpo de burocracia que impedia esse contato face a face. Ora, Paulo Maciel “era mais distante, era mais difícil porque tem um reitorado, tem uma burocracia em torno dele, secretário, executivo... Era mais complicado”. Além disso, “era um cara que tinha muita relação com o Ministério, não era um reitor eleito, era um reitor indicado... então, ele era um preposto do Ministério da Educação”.

³⁴ PAULO MACIEL nomeado para o IAA, ontem. Recife, Diário de Pernambuco. Em 13 de maio de 1964, p.1.

³⁵ NOTA DP, Recife, Diário de Pernambuco, 14 de março de 1961, p.6.

³⁶ NOTA DP, Recife, Diário de Pernambuco, em 20 de abril de 1961, p.6.

³⁷ JANTAR. Recife, Diário de Pernambuco, em 10 de março de 1962, p.6.

³⁸ SIMPÓSIO Educação para o Brasil. Recife, Diário de Pernambuco, em 14 de julho de 1960, p.8; CENTRO Regional de Pesquisas Educacionais do Recife – Simpósio ‘Educação para o Brasil’. Em 04 de setembro de 1960, p.8.

Alzira Medeiros destacou esse aspecto do distanciamento e do protocolo para falar com ele, diferente dos diretores de cursos e do centro.

O seu mandato foi também caracterizado pela implementação de políticas administrativas da ditadura civil-militar, como as eleições indiretas para o DCE, manutenção das proximidades com estudantes representantes e defensores da ditadura, estabelecimento de intervenção no DCE, não contratação de professores bloqueados pelos órgãos de informação da UFPE e omissão da presença ostensiva de polícias militares no campus, cuja finalidade era coibir e intimidar os estudantes e professores.

Em sua posse, em 1975, declarou sua amizade ao estudante Nicodemos Teles Pontes Filho, presidente em exercício (gestão 1974-75), porta-voz da ditadura na entidade estudantil. Esse estudante organizou pelo DCE um evento em que os convidados explanadores, a sua grande maioria, eram autoridades do Estado e do empresariado: Divaldo Suruagy (governador de Alagoas), Túlio Brandão de Matos (presidente da FIEP), Coronel Gabriel Duarte (Colégio Militar do Recife), Jarbas Passarinho (senador) e Marcionilo Lins (reitor da UFPE 1971-1975) (SOARES, 2020). Esses representantes dos estudantes eram defensores do Decreto-Lei nº 477.

Mindelo nos relatou que, antes da intervenção no diretório por Paulo Maciel, diretórios acadêmicos sob controle da direita votaram na chapa dele para o DCE. Mindelo caracterizou sua chapa de “centro-esquerda”. Uma representante da FAFIRE disse que votaria nele, mas teria que ser em silêncio, pois seria pressionada e cederia à pressão caso fosse divulgado seu voto. As mudanças feitas pelo reitor para as eleições do DCE foram de “lascar”, observou Mindelo. No entanto, mesmo assim, conseguiram os votos necessários.

ele fez um edital e Armando Samico era próximo dele, ele fez um edital pra lascar. Além de fazer eleição nas férias, ele fez um edital que permitiu ele manipular a eleição indireta pra o DCE e impugnar delegados nossos, mas a gente tinha esses votos da FAFIRE, de Educação de João Coelho e mais educação física, eu sei que quando terminou a votação, a votação foi na reitoria, no auditório da reitoria... e pra contagem de votos só pôde entrar eu e Lucinda vice presidente, aí quando terminou a contagem de votos... 11 a 7, quando terminou a contagem de votos, um deles olhou um pra o outro... Ah, teve uma cena interessante uma das meninas da FAFIRE que foi votar na gente, chegou e esqueceu à identidade, tinha que mostrar a identidade pra se identificar, algum documento pessoal ne, para votar em delegado... Aí ela foi buscar em casa, na hora que ela disse que ia buscar... A reitoria disse: “vem cá, a gente manda um carro com você pra ir buscar”, “Não, eu tô com meu motorista aí, pode deixar”... já foi uma independência né...

Em fevereiro de 1977, o DCE sofreu intervenção da reitoria sob alegação de que havia “irregularidade” no mandato da diretoria, encerrando-a no dia 12 do mês corrente, mas, mesmo assim, “ela continuou desenvolvendo as suas atividades”.

o autoritarismo da medida coercitiva de intervir no diretório ficou mais explícito quando o reitor Paulo Maciel instituiu em 3 de março, uma “comissão especial” para substituir a diretoria vigente até o mês de maio, antes mesmo de ser concluído o inquérito (SOARES, 2020, p. 171).

Um dia após a intervenção, Mindelo relatou que membros da diretoria foram ao DCE juntamente com membros da reitoria. A Polícia Federal já estava lá para averiguar provável ameaça que essa diretoria poderia provocar na sociedade. Segundo ele, só encontraram os quadros do ministro Ney Braga, Moura Cavalcanti, etc., os quais estavam manchados de tintas. Essas tintas eram utilizadas por um dos diretores para fazer pinturas nas camisas.

A única coisa que eles encontraram é que na diretoria tinha a galeria dos presidentes da República, do ministro Ney Braga, de fotografia ne... Do governador Moura Cavalcanti, de reitor... A gente tirou todas essas fotos que tinha no gabinete da direção da presidência do DCE, que Tonhão usava pra fazer camisa, aí todas as fotos da autoridade estavam manchadas de tinta, mas Tonhão é porque passava dentro da camisa pra passar o rolo, pra tinta preta da frente não ir pra as costas da camisa, aí todas as fotos estavam... Digamos assim “pichadas”... O Presidente da República ne, General Medici estava com a cara pichada. (risos) Não era nem por protesto nosso, a gente não fez isso pra...

Em 1977, estudantes em suas entidades promoveram uma assembleia com 300 participantes e deliberaram, entre outras coisas, sobre a Semana Nacional pelas Liberdades Democráticas, distribuindo um comunicado à população em geral e às entidades democráticas. Um oficial da reitoria entregou o documento a “Constantino Oliveira, presidente do DCE/UFPE, onde constava que essa entidade representativa se responsabilizaria pelo evento, com base na Lei nº 5.540/1968”, com forte conotação de intimidação. O documento da reitoria foi lido no auditório repleto de estudantes e convidados, “havendo uma longa vaia ecoada pelos universitários”. O evento foi acompanhado por “tropa de choque aparelhada com cães de guarda, capacetes e escudos do lado de fora do auditório do DCE, simbolizando a vigilância e a ameaça de práticas autoritárias na UFPE, potencializando um sentimento de medo”. O reitor disse, segundo Nunes (2020), de forma intimidatória, que “[esperava] que tudo [ocorre-se] bem até o final do Encontro, e que os universitários limitem seus debates às salas do DCE, para evitar problemas desagradáveis com a polícia” (SOARES, 2020, p. 212, 213, 215).

Alzira Medeiros (presidente do DCE, 1978-1979) registrou na entrevista um protesto de um estudante sobre o ambiente e a comida do restaurante universitário: “muito ruim”, “muito imunda”, “muito suja” e

“mal feita”, conforme ela. Num dia, encontraram um rato morto no feijão e foram em marcha até a reitoria³⁹. O reitor não queria recebê-los. Os funcionários tentaram entrar no prédio.

O povo não queria deixar a gente entrar e a gente entra e a gente não entra, a gente entra e a gente não entra... Até se negociou uma comissão, que fosse tirada uma comissão pra ir falar com o reitor e a gente ficou acampado no pátio da reitoria [...] Ele estava com muito medo assim da gente, mas ele queria [...] Ele não transparecia isso, a sala estava repleta de seguranças e ele tinha medo porque se fazia um bicho da relação... Ele tinha medo que a gente sequestrasse ele (risos).

Professores concursados foram impedidos de assumir seus cargos devido à rejeição por parte dos órgãos de informação que funcionavam na reitoria. Geraldo Barbosa, da Arquitetura, ficou em primeiro lugar, mas os nomes encaminhados para contratação foram os colocados em segundo e terceiro lugares. Depois de vários conflitos jurídicos e denúncias públicas, o professor foi contratado⁴⁰.

Outro problema com o professor na UFPE durante o reitorado de Paulo Maciel foi a contratação de Antonio Carlos Pavão⁴¹ como professor visitante no Departamento de Química, sendo o principal articulador da Convergência Socialista, considerado perigoso para os órgãos de informação (“é altamente inconveniente, pois é ativista dos mais radicais” estereotipa o professor o órgão de informação).

³⁹ Sobre o rato morto, uma matéria do DP registra que encontravam-se 500 alunos em assembleia no restaurante, já para discutir um aumento de 100% na refeição, quando encontraram-no numa geladeira. Diz o jornal, “Caminharam em passeata até a reitoria, exibindo o animal para pedir esclarecimentos”. Dois mil estudantes fazem a refeição no local. A reitoria prometeu processar Alzira Mindelo e Enoque Sobreira por dizer que a refeição que os alunos comiam viam da mesma geladeira que se guardavam os corpos de cadáveres para estudos do Departamento de Anatomia. (RATO PODRE..., 27/03/80, sem página).

⁴⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal de Pernambuco. Assessoria Especial de Segurança e Informações. CONFIDENCIAL. 28 de agosto de 1978. Geraldo Gomes da Silva. ASI/UFPE

⁴¹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro. CIE. CONFIDENCIAL. Informação No. 924/ S ? 02 - A4- CIE. Brasília, 11 de outubro de 1979.

Apesar da prestação de serviço à ditadura civil-militar de 64, o Ministério do Exército, CIE, classificou o reitor de “omisso” e “liberal”, e citou como exemplo a presença de Paulo Freire na universidade, fato que suscitou a paralisação de aulas. O documento diz o seguinte:

O atual Reitor da UFPE, PAULO FREDERICO DO REGO MACIEL tem se mostrado omissos no tocante a questões semelhantes, revelando-se muito "liberal". Recentemente PAULO FREIRE, ao retornar do exterior, fez conferência para estudantes, inclusive com paralisação de aulas. (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO..., 1979).

Todas essas questões tratadas aqui, juntamente com as transformações no quadro docente e nas matrículas dos estudantes, além do crescimento das lutas estudantis na UFPE e no Brasil, e das modificações no quadro de representação estudantil na UFPE, as quais saíram das mãos dos estudantes defensores da ditadura, nos ajudam a compreender a mobilidade e a flexibilidade política do reitor diante dos governos ditatoriais e da prisão de Cajá. A luta política estava intensa e mexeu publicamente com o comportamento da população e das instituições diante da prisão de Cajá⁴².

⁴² A depender de um dos órgãos de informação, não foram modificações estruturais e políticas na universidade e na sociedade os motivos da perda de espaço político da “Revolução de 64”, mas a própria corrupção por dentro. Em documento tratado como Confidencial, datado de 18 de julho de 1975, 14 laudas, intitulado CORRUPÇÃO E INFILTRAÇÃO COMUNISTA NA UFPE, consta a acusação a vários dirigentes de serem esquerdistas (Geraldo Lafayette, Armando Souto Maior, Antonio Palhares M. Reis), de proteger comunistas (Maria Antonia Mac Dowwell, Paulo Maciel, etc.) e outros como corruptos (Marcionilo Lins, o seu filho, subornou competição, George Browne, afastado da Faculdade de Administração, às pressas por corrupção). Após esse diagnóstico e estereótipos sobre os dirigentes da UFPE, o documento categoricamente afirmou que “A UFPE precisa de uma revolução”. E conclui: “Então não será surpresa se a esquerda absorver os melhores alunos para seus quadros, ante a revolta e a decepção ante a revolução que não houve”. (B1C, PED No. 2816, 04 de julho de 1979. Pedido para atualização de dados).

Outras vozes em outros documentos

Apesar do jornal Diário de Pernambuco, o jornal mais antigo da América Latina, ter apoiado o golpe da ditadura civil-militar, ele acompanhou de perto a prisão do estudante de Ciências Sociais, Edival Nunes da Silva, Cajá, produzindo várias matérias (e sentidos) sobre o assunto.

Como muito antigo, passou por vários períodos históricos significativos e se posicionou sempre a favor dos dominantes. Conforme Abreu Júnior et al. (s/d), pelo CPDOC/FGV, “na Revolução Praieira, em 1848-1849, o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura informativa durante os cinco meses que durou o movimento e acusou os revoltosos de espalharem “o susto e o terror””. Criticou a fundação da República (“origem suspeita”), mas “a República não alterou a linha situacionista do jornal”. No Estado de Sítio de Floriano Peixoto, ficou em posição moderada. Com a morte de seu diretor, Miguel de Figueroa Faria (1896), “o *Diário de Pernambuco* passou a se caracterizar no final do século pela publicação de atos do governo, notas fúnebres e anúncios” (ABREU JÚNIOR et al., s/d). Com o Estado Novo, sofrendo censuras, diminuiu sua seção de política e, na segunda guerra mundial, colocou-se ao lado das forças aliadas, fugindo de suas características e simpatizando com o vitorioso presidente Eurico Gaspar Dutra, anticomunista fervoroso. A linha editorial favorecia assuntos locais ao invés dos nacionais.

Em sua trajetória política, não sofreu abalos na questão de classe, sempre se adequando às lutas cupulistas da república brasileira – mesmo que, muitas vezes, na oposição.

No segundo dia do golpe da ditadura civil-militar, 2 de abril, o jornal classificou trabalhadores e estudantes como “agitadores”, valorizando a “agitação” em detrimento das “mortes” ocorridas (duas mortes de estudantes secundaristas e universitários). O título ficou assim designado: “Agitadores provocam tiroteio na Dantas Barreto: 2 mortos” (p. 7). Segundo o jornal, “não obstante o lamentável incidente ocorrido, ontem à tarde, na Avenida Dantas Barreto, o clima no Recife, foi de inteira ordem, garantida pelas forças do IV Exército” (p.7). Ao “explicar” a situação, o jornal novamente tomou partido da ditadura civil-militar em andamento, sobretudo ao valorizar a “ordem” (garantida pelo IV Exército) estabelecida do que as mortes (“lastimável incidente”). Além dessas, as suas manchetes indicavam simpatias pela ditadura civil-militar: “polícia desarticula células comunistas e aprende armas de Clodomir Morais” (04/04); “Forças armadas tem objetivo de descomunicar país” (07/04); “Estudantes manifestam apoio e agradecimento às forças armadas” (14/04), etc.

Quanto à prisão de Cajá, a primeira matéria do jornal sobre o assunto foi com o título “Estudantes da UFPE em greve até que a polícia liberte Edival Nunes”.

Se tomarmos a quantidade de matérias que abre espaço para interlocutores pró-Cajá, foi-lhe positivo. Os sujeitos falantes foram: sua mãe (“Meu filho é bom menino”), a mãe de padre Henrique⁴³ (“Mãe de padre Henrique reza com “Cajá””), Dom Helder (“Violência horroriza D. Hélder”; “Ele sofre por amor”) e as Arquidioceses de Recife e Olinda (“Arquidiocese manda rezar por Edival”; “Arquidiocese questiona autoridade da PF em julgar e aplicar penas”, “Clero mantém apoio à

⁴³ Padre Henrique (Antonio Henrique Pereira Neto) foi executado pelo Comando de Caça aos Comunistas e agentes da Polícia Civil no dia 27 de maio de 1969, sendo visto pela última vez no dia.

“Seu corpo foi encontrado com sinais de tortura e tiro na cabeça, na grama, entre o meio fio e uma cerca de arame farpado, em uma avenida da Cidade Universitária, em Recife”, relata Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-henrique-pereira-neto-padre-henrique/>

pastoral de D. Hélder”), o reitor (“Reitor avista-se com preso”; “Reitor evita comentar acusações”), os estudantes em greve, as entidades estudantis, parlamentares de oposição e até da situação (“Líder emedebista vê manobra na denúncia”, “Líder a oposição nega validade à versão da polícia”, “Arenista deplora ação da polícia”, “Oposição solidária a Edival”, “Líder do MDB crítica atitude de Moura”).

Os favoráveis à Ordem foram a própria polícia (“Polícia Federal diz que não faz tortura”, “Polícia Federal diz que prisão é legal”, “Polícia Federal distribui nota”, “Polícia tenta impedir solidariedade a Cajá”, “Polícia já faz ligação entre Pacheco e Cajá”, “Apresentação á imprensa”), religiosos contrários a Dom Hélder (“Padres discordam da atuação de D. Hélder”), o Diretório Central da FESP (“Fesp nega apoio a Edival”).

Provavelmente, as greves, as passeatas, as assembleias e as notas de apoio impuseram uma visibilidade ao ocorrido. Não é inválido chamar a atenção de que a “abertura” estava em andamento, “segura e gradual”, preconizada pela presidência da República Ernesto Geisel, forçando o uso de novas linguagens e abertura em pé de igualdade a novos atores.

O curioso é que nos documentos de informação da repressão não aparecem referências a um provável sequestrador do cônsul do México e presidente da Bolsa de Valores de Pernambuco Arnaldo Dubeux pelo jovem Sílvio José Pacheco. Ele foi identificado como do PCR, logo, parceiro de Cajá. Essa análise foi apresentada pelo Superintendente em exercício do DPF Jadir Soares. O jornal identifica como “versão”. Conforme o jornal, “a [PF] exibiu a arma que Pacheco usou para intimidar o cônsul honorário Arnaldo da F. Dubeux, e apenas um livro considerado subversivo: Poemas de Angola de Agostinho Neto”. Segundo a Polícia, “foram encontrados ‘panfletos e alguns livros, todos considerados subversivos” (POLÍCIA..., 26/5/78, A-1) – o governador Moura Cavalcanti defendeu a mesma versão da PF, informou o jornal, apontando uma contradição já que a “informação

do relações públicas da [PM], capitão Antonio. Alberto, nos primeiros momentos do episódio [...] Silvio José Pacheco não tinha antecedentes políticos” (POLÍCIA..., 26/5/78, A-1). A omissão desse acontecimento nos documentos pode ter sido forjada pela polícia e não teve aceitação geral, não valendo a pena insistir?

Conforme as matérias, houve reação contrária a essa associação entre o sequestro e o estudante Cajá como membro do PCR, tanto por parte dos próprios estudantes quanto pelo reitor, pelos políticos e pela Igreja Católica.

O DCE da UFPE repudiou, em nota, a associação entre o sequestro do cônsul com o estudante Cajá – envolvendo, também, “a igreja brasileira quando esta se coloca cada vez mais a favor dos oprimidos”. O jornal divulgou a nota, que tinha como título “Estranho sequestro”. O DCE acusou o governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, e suas brigadas privadas de estarem por trás do “sequestro”. Conforme a reprodução da nota, foi “estranho sequestro em que o sr. Moura Cavalcanti diz: ‘Veja a ficha de Silvio, ele é um conhecido terrorista’”, esclarece, enquanto a PF “declarava [...] [que] ele não tem antecedentes” (DCE..., 27/05/78, A-5). A nota ressalta ainda que o governador se referiu ao sequestrador como o “terrorista” de “meu filho” e que o mesmo decidiu se entregar após 40 minutos de conversa, gerando suspeitas.

Em complemento, a nota destaca que:

a população não é burra como pensa o governador. Repudiamos mais essa farsa! Vamo-nos manter unidos e continuar a nossa luta, isolando cada vez mais o regime militar que há 14 anos mente, oprime e explora a grande maioria da população a grande maioria da população brasileira em benefício de uma minoria. Vamos continuar na luta para beneficiar Cajá. Para trazer de volta todos os exilados e banidos. Pela anistia ampla, geral e irrestrita! (DCE..., 27/05/78, A-5).

Os estudantes não se manifestaram apenas em suas notas e posicionamentos sobre o assunto na imprensa; eles também utilizaram o humor, o desenho. Sem autoria, o desenho tinha como título uma alusão ao sequestro como ficção, mentira, descrença e deboche a partir do humor. O governador Moura Cavalcanti, abonador do argumento do DPF, foi alvo direto do gracejo: “O folclórico sequestro do consul ou o romance do governador bonzinho”.



Digitizado por: Cláudio Amaro

O deputado estadual Roberto Freire (MDB) associou o sequestrador a um “débil mental” e refutou o governo e o DPF por associarem o sequestro a um crime político – na lógica discursiva do deputado, atacar o sequestrador era atacar a PF e o governo. A desqualificação do sequestrador e os ataques ao governador foram as tônicas de sua fala. Conforme o jornal, ele se expressou da seguinte forma: “Se, certa vez o jornalista Sebastião Nery acusou o governador Moura Cavalcanti de desempenhar o papel de guardanapo do sistema’, vejo agora que o papel que ele desempenha é muito mais degradante que isso”.

Após enumerar vários pontos de ataques ao suposto sequestrador Pacheco, colocando-o como terrorista perigoso, a nota estabeleceu várias atitudes infantis para o deputado, como essa versão defendida pelo governador e pelo DPF: “pretenderam contribuir para criar um clima irreal de recrudescimento do terrorismo e, assim, dar argumentos àqueles que se opõem à redemocratização do país - inevitável e próxima porque aspiração de todo um povo”. “Ato de terrorismo,” observa o deputado, não foi praticado pelo “débil mental Silvio Pacheco”, mas pelo governador e pelo DPF (LIDER..., 1978, 27/5/78, A-5).

O deputado não atacou apenas o suposto “sequestrador”, mas o próprio superintendente do DPF, Antonio Hahn, identificando-o no “rol dos funcionários públicos relapsos e mentirosos”. Isso porque, argumentou o deputado, o laudo da perícia traumatológica identifica “instrumento contundente” (LIDER... 1978, A-3). Enquanto acusou o DPF por excesso de polícia no caso Cajá, criticou o governo do Estado por falta de policiamento no Riacho das Almas, associando o caso ao alto nível de violência.

Sem dúvida, o deputado Roberto Freire corrigiu o Superintendente pelo próprio laudo do Estado que reconhece o uso da violência, apesar de ser superficial, seco e sem maiores explicações. Conforme o formulário do Instituto de Medicina Legal, datado de 17 de maio (cinco dias após sua

prisão): “2.2 - Qual o instrumento ou meio que a ocasionou? Instrumento contundente”.

Mas o deputado Roberto Freire não ficou sozinho nessa caracterização do sequestrador Pacheco como “débil mental”. O juiz do Caso, José Bolivar Regis, questionou a sanidade do acusado. O juiz solicitou estudos da sanidade mental do suposto sequestrador já que “o comportamento desse rapaz não pode ser uma o de uma pessoa normal, não é acreditado que ele tenha vinculações com outras organizações [...] ele fez coisas completamente idiotas”. (REITOR..., FSP, 28/05/78).

1978 18
ANEXO "B"

ESTADO DE PERNAMBURGO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE PERNAMBUCO

PÓLICEIA TRAUMATOLOGICA

Os médicos legistas abaixo assinados, cumprindo determinação do Diretor do Instituto de Medicina Legal, de acordo com o disposto nos artigos 159 e 178 do Código de Processo Penal e ainda de conformidade com o inciso VII, do § 1º, do art. 226, do Decreto nº 5167 do Governo do Estado, de 06/05/74, a requisição e o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal, sob ofício nº 17, de 17/05/78.

Este documento, datado das _____ horas de _____ de Maio de _____, no Departamento de Polícia Federal.

A pessoa de OSVALDO MURRAY DA SILVA, de sexo MASCULINO, de cor BRANCA, de cabelos CANÇIINHOS, de estado civil SOLTEIRO, de _____ anos, de barba RASPADA, natural de PACÓBIAS, com _____ de idade, filho de _____ e _____, de estatura, residente em RUA COMENDADOR BENTO AQUINO, nº _____, bairro BOA VISTA, município RECIFE, Estado PERNAMBUCO, profissão ESTUDANTE.

Verificaram o que, a seguir, descrevem, pelo que respondem a estes quesitos:

1º - Houve lesão a integridade corporal ou à saúde do examinado? SIM.

2º - Qual o instrumento ou meio que a ocasionou? Instrumento contundente.

3º - Da lesão resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função; perigo de vida; aceleração de parto; incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? NEO.

4º - Da lesão resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função; enfermidade incurável; incapacidade permanente para o trabalho; aborto? NEO.

VISUM ET REPERTUM - A requisição para perícia foi feita pelo Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal pelo ofício nº 17. Informo o periciando que foi espancado por agentes da Polícia Federal há poucos dias atrás. Ao exame constatamos: duas escoriações cobertas por crosta, situada acima e abaixo do miléolo interno direito, equidistantes entre si em 70 (setenta) milímetros, e medindo a superior 09 (nove) milímetros de extensão e a superior 11 (onze) milímetros de extensão. Nos demais segmentos corporais do periciando, não se constatou lesões que indicassem violação física. Lido e colado o certo este laudo, os médicos legistas e as testemunhas o assinam para os efeitos legais. Drs. Inácio José Rodrigues e João Luiz dos Santos Neto, médicos legistas. Dra. Maria Arlinda Guimarães Marques, respondendo pela Chefe de Seção de Preparação de Laudos da Divisão Técnica, que datilografou e assinou. x x

Dr. Inácio José Rodrigues
Dr. João Luiz dos Santos Neto
Dra. Maria Arlinda Guimarães Marques
Dr. Osvaldo Murry da Silva

ALÍNEIO

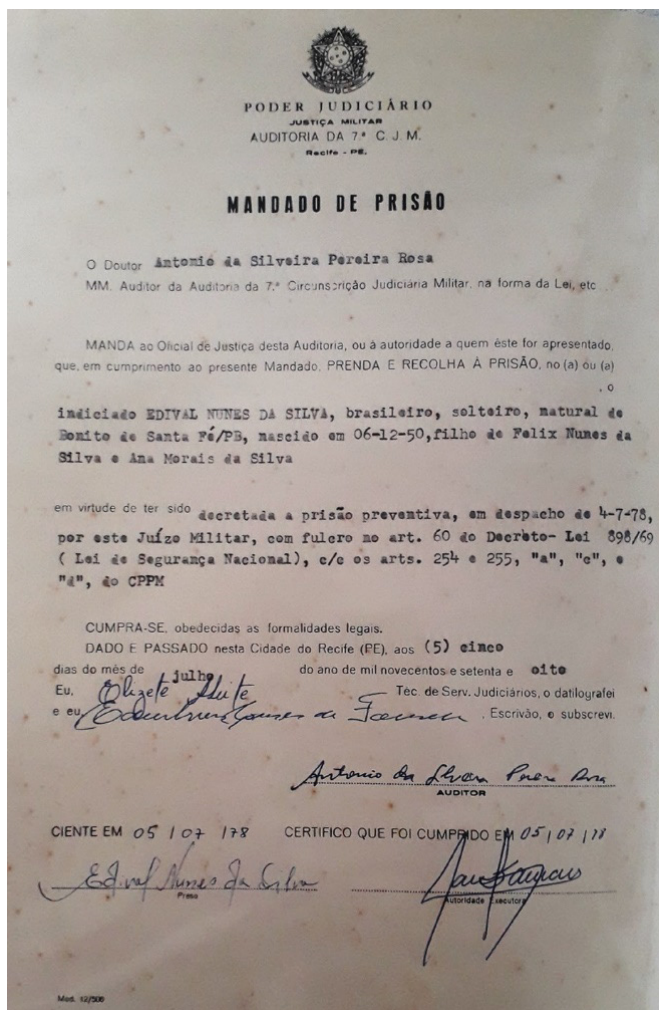
O original deste documento (com "x" e "y") foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Essas colocações nos impõem, também, que são representações sociais de construção de sujeitos, questões referentes à sanidade com política. A política com representações de membros espertos, inteligentes

e lúcidos (maldosos, com capacidade de identificar e se antecipar, mesmo que para o “mal”), o que num “idiota” não seria possível. Se na política isso não seria possível, quanto mais em organizações criminosas.

Se esse juiz fez críticas ao procedimento e argumento jurídico do DPF, outro juiz que julgou Cajá e o condenou a uma “prisão preventiva”, argumentou diferente e recorreu à LSN para justificar tal medida. O juiz-auditor Antonio da Silveira Pereira Rosa justificou que seu despacho estava fundado “na garantia da ordem pública, periculosidade dos indiciados e segurança de aplicação da Lei penal no caso a Lei de Segurança Nacional” e fez citação dos artigos e alíneas, justificando juridicamente a legalidade da decisão (JUIZ..., 1978, A-1).

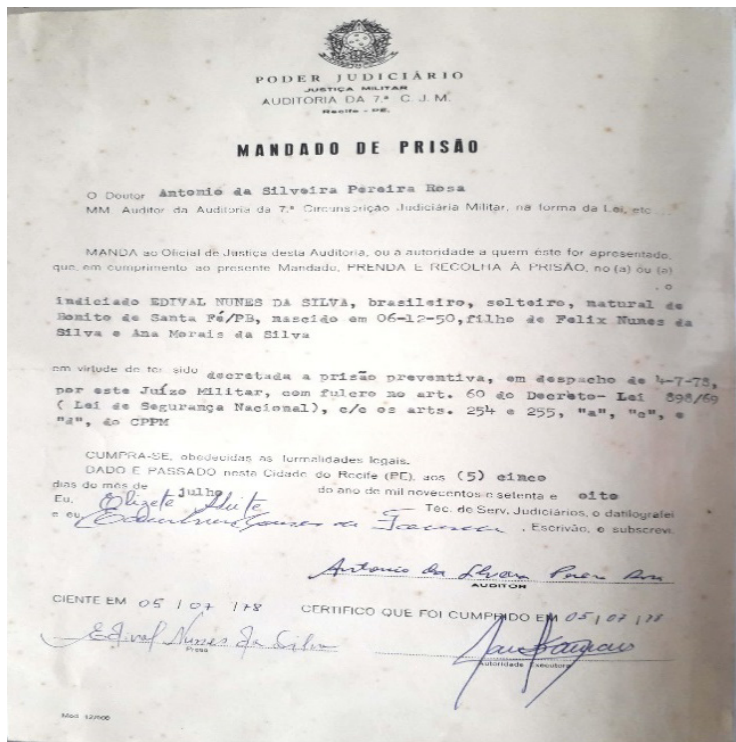
Vinte e três dias após sua prisão (12/06), o Poder Judiciário emitiu uma prisão preventiva no dia 05/07/78, pelo juiz Antonio da Silva Pereira Rosa, mesmo o estudante tendo uma residência fixa, um emprego (bancário), matrícula numa universidade (a UFPE) e vínculo como membro de uma arquidiocese. A ameaça pelo imaginário do medo comunista era maior.



Já o juiz José Bolivar admitiu estar “perplexo”, desaprendendo o Direito, devido ao encaminhamento feito pelo DPF:

como juiz nos meus 10 anos, nunca recebi dois pedidos no mesmo sentido, de uma autoridade policial [...] o superintendente da Polícia Federal solicitou-me a decretação de prisão preventiva e, ao mesmo tempo me comunicou ter prorrogado a prisão do mesmo réu por mais 30 dias (PRISÃO..., 1978, A-5).

Em 20 de novembro de 1978, outro mandado foi expedido para a prisão de Cajá. Esse mandado alegava apenas que fora “decretada a sua prisão preventiva pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército, em sessão realizada nesta data”.



Fonte: Arquivo pessoal de Cajá

Não foi apenas a oposição, o MDB, que criticou a ação do DPF, mas a do representante político da situação, o deputado Carlos Wilson (ARENA-PE)⁴⁴. Os ventos da “abertura” são utilizados para se criticar a ação desse

⁴⁴ Carlos Wilson foi deputado federal pela ARENA (1974 a 1978) e em 1982 pelo MDB. Conforme o CPDOC, “Em setembro de 1978, votou a favor da emenda Acióli Filho, que extinguiu a figura do senador indireto. Na Arena, Carlos Wilson integrou o chamado ‘Grupo Renovação’, que tentou apressar a democratização do país.” Declarou-se favorável à legalização do PCB e defendeu a anistia política. Votou favorável à anistia ampla e irrestrita, contrariando seu partido. Em 1981 filiou-se ao PMDB”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-carlos>. Ele também foi identificado como um dos primeiros golpistas de 1964 (Veras, 2018) e,

órgão. “Deplorável”, afirmou o deputado que disse que “sem provas concretas”, prendeu o estudante de forma “atrabiliária”. “Anteontem estávamos eufóricos”, disse o deputado, “...em busca da redemocratização do País [...] vejo uma minoria jogar tudo fora, através da prepotência e do arbítrio [...] estou ao seu lado contra a violência e, principalmente, em defesa dos direitos humanos”. O discurso é reforçado ao recorrer aos novos tempos, criticando a existência da “famigerada” tortura e defendendo a volta do habeas corpus (ARENISTA..., 20/05/1978, p. A-3).

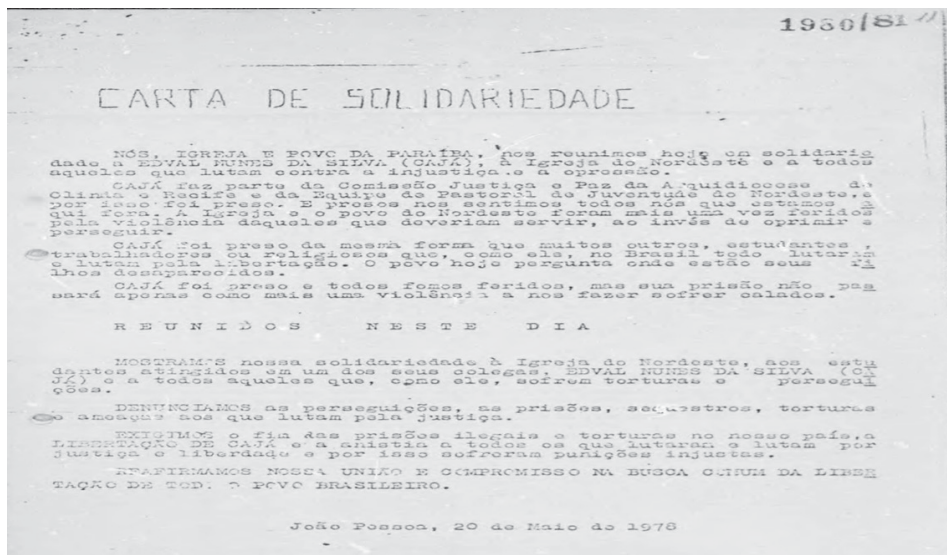
A Cúria Metropolitana, em nota, contestou também essa versão, afirma o jornal: “Quem afinal – indaga o boletim – assume a responsabilidade desta acusação. É bom que se saiba, para que se apurem as responsabilidades em juízo” (CONTESTADA..., 1978, 27/5/78, A-5). Questionou incisivamente a autenticidade das provas apresentadas pelo DPF e indaga: “Quem vai dizer que os documentos exibidos pela [PF] são autênticos e justificam alguma pena?”. Continua: 1) “Como se vê, quando a Polícia assume funções que atribuem aos juízes, toda a coletividade tem o direito de clamar e exigir que os procedimentos se retifiquem”; 2) “Quem vai decidir; quem vai dizer que os documentos exibidos pela Polícia Federal são autênticos e justificam algumas penas? A Polícia Federal ou a Justiça?” (ARQUIDIOCESE..., 1978, a-5).

Assim, o poder do DPF foi questionado pela forma de prender e de julgar simultaneamente. A credibilidade do DPF, diante de algumas instituições religiosas, era nula, sobretudo quando se tratava de seu uso em combate ao “terrorismo” e aos presos políticos.

Um mês e meio depois da nota da Cúria, realizou-se um evento religioso, a via-sacra, na igreja de São José, Recife, em apoio a Cajá, com mais de 1.500 pessoas presentes, sendo esta uma iniciativa nacional – um

também, um dos escolhidos pelo Conselho Universitário (1969) como representante do empresariado comercial durante o reitorado de Murilo Guimarães (1964-1971)

documento do SNI (1978) indicou a presença de 1.000 pessoas. Entre os presentes constavam a cantora Elis Regina, os deputados Jarbas Vasconcelos (MDB) e Marcus Cunha (MDB), que disse não ser admissível existir em Recife “uma casa de tortura” – as falas dos dois deputados por citação direta, como a de Dom Heldér Câmara, prova a intenção oposicionista ao governo. (VIA- SACRA, 1978, p A-1). Os órgãos de repressão não deixaram de acompanhar esse evento também. Um documento da ARE/SNI, datado de 14 de julho de 1978, após uma descrição minuciosa dos presentes, de suas falas, com sintonia descritiva, caracterizou valorativamente a instituição religiosa (Arquidiocese de Olinda e Recife) como “constestadora” e “insufladora” para uma reação da sociedade aos ditames do governo. Além dessa defesa da ordem, o documento “registra” que “a Via-Sacra teve seu encerramento às 21:20 horas, de maneira ordeira, sem nenhuma conotação digna de registro” (BRASIL, 1978, p. 4)



Fonte: BRASIL. SNI. Secreto. Informação No. 42/119/ARE, 30/06/78.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo. Ditadura Militar.



Diário de Pernambuco: Via via-sacra por Cajá reúne mais de mil pessoas, 11/07/78, A-1.

Já o reitor da UFPE Paulo Frederico Maciel recusou-se associar Cajá ao sequestrador (por não ter tido acesso aos relatórios dos dois acusados para poder ter elementos de comparação). O jornal interpretou como que ele não “poderia obter elementos para estudar as vinculações apresentadas pelos agentes do DPF. Porém, não tendo acesso aos documentos, preferia não emitir opinião, mesmo porque a posição como reitor não permitia” (REITOR..., 1978, A-5).

Duas questões discordantes perpassam a prisão de Cajá: a sua prisão ilegal (para os estudantes e outros, sequestro) e a sua tortura desde o seu sequestro até chegar ao recinto do DOPS. Nos documentos de “informação” do SNI, a prisão foi “legal” e não houve tortura. Chamamos a atenção de que nesses documentos prevaleceu uma linguagem de medo e de combate ao comunismo, não apresentando “provas” materiais concretas do perigo que Cajá e os supostos membros do PCR ofereciam à população.

Quando da prisão de todos, o local onde se encontravam foi chamado de “aparelhos”. Para identificar sua moradia, foi dada a mesma que o processo chamou de residência/moradia. No jornal, utilizou-se a denominação do lugar da prisão de “moradias” e não a de “aparelhos”, ou o relatório não se deu conta do rótulo estabelecido ou intencionalmente recusou-se a denominar de “aparelhos” as suas moradias.

Quanto à prisão, o fato de estar preso havia uma semana era justificado pelo mesmo “tentar reorganizar o PCR”, distribuindo carta/pôster ao reitor Paulo Frederico Maciel com os seguintes dizeres: “Por que Cajá foi preso”. Os documentos são quatro que identificam Cajá em contato com o PCR, sendo uma em letra de forma e outra um bilhete em análise.

Cajá recebeu visitas de Pedro Eurico e Newton Wanderley de Siqueira (OAB), com a presença do superintendente da PF, e ficaram apenas dois minutos com o preso. Eduardo Pandolfi, advogado de Cajá, foi contrário à presença da OAB sem a presença de um médico, já que após 48 horas poderiam desaparecer os “vestígios de tortura”. Pela legislação em vigor, o preso poderia ficar 10 dias incomunicável, podendo aumentar para 30 dias a favor de investigação criminal (PRESO..., 19/05/78, A-3).

A Polícia Federal, em nota, reiterou (“com o fim de mais uma vez esclarecer a opinião pública”) que a prisão foi legal e que seguiu “os limites da lei”. (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1). Esse “mais uma vez” era o reconhecimento da existência de outras vozes desejanter, as quais não aceitavam os argumentos policiais e de criminalização, pois precisavam constantemente se “explicar” para justificar o sequestro praticado.

Recorremos aos argumentos das provas que justificavam sua prisão:

3. Nos locais que se encontravam foragidos [entenda-se, residências ou moradias] foi apreendido farto material subversivo, tais como armas,

munições, produtos químicos para preparo de artefatos explosivos, literatura, panfletos e documentação variada, manuscrita, contendo prova material da participação das outras pessoas nas atividades do PCR, inclusive, relato sobre expropriação (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1).

Percebemos, novamente, a linguagem generalizante de “produtos químicos para preparo de artefatos explosivos”, sem mencionar quais tipos de “produtos” eram esses e sua quantidade. Essa ameaça concreta à sociedade sumiu a seguir de toda a nota explicativa.

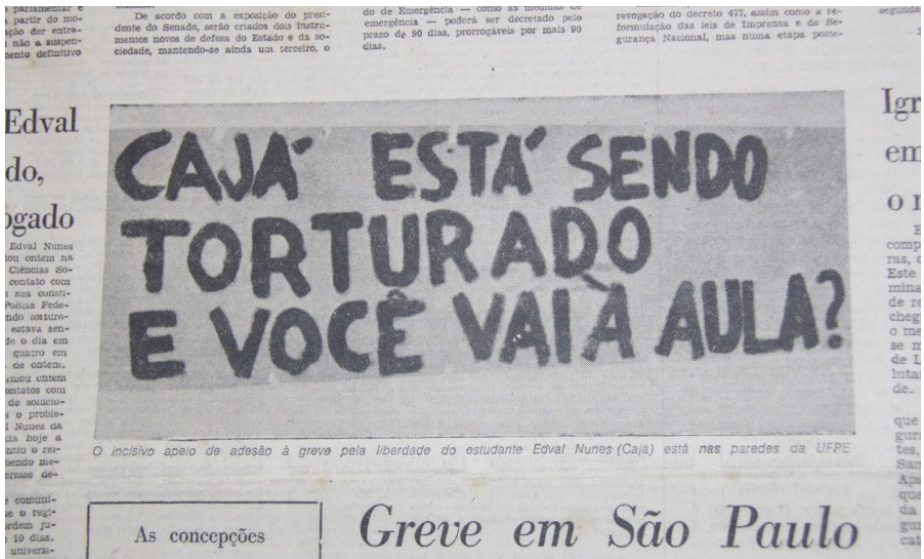
Entre as explicitações do crime dos presos estão apenas o viés ideológico e o político, como já citado genericamente no parágrafo anterior: visavam “aliciamento e doutrinação dos novos adeptos do [PCR]”. A nota foi concluída com o seguinte conteúdo:

em face dessas provas materiais altamente comprometedoras, com base no artigo 59 da [LSN] foi decretada a prisão de Edival Nunes da Silva, com o objetivo de mais rapidamente serem esclarecidas as circunstâncias do delito e conclusão do inquérito para remessa à Justiça (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1)

Em 19 de maio, o DPF distribuiu fac-simile, anotações comprobatórias do envolvimento de Cajá com a subversão e de seu encontro com sua mãe (foto) e enviou para o reitor Paulo Frederico Maciel (POLÍCIA..., 19/05/78, A-3).

Quanto à tortura, o DPF reafirmou que não houve tortura. O superintendente José Antonio Hahn negou a acusação e distribuiu nota com laudo da perícia constatando “dois ferimentos no tornozelo atribuídos ‘à resistência ocorrida no momento da prisão’”. Hahn declarou no jornal: “Pela primeira vez na vida estou me defendendo da acusação de torturador e nunca aconteceu que passasse na cabeça de ninguém que pudesse tortura alguém”. Apesar da incomunicabilidade do estudante preso Cajá, três pessoas foram autorizadas a vê-lo: o reitor, a mãe de padre Henrique (assassinado em 69) e

a própria mãe do estudante. Ela declarou ao jornal que “seu filho ‘estava sentido fortes dores de ouvido e tinha machucado os tornozelos e nos braços, os pulsos roxos e feridos” (POLÍCIA...,18/05/78, A-1).



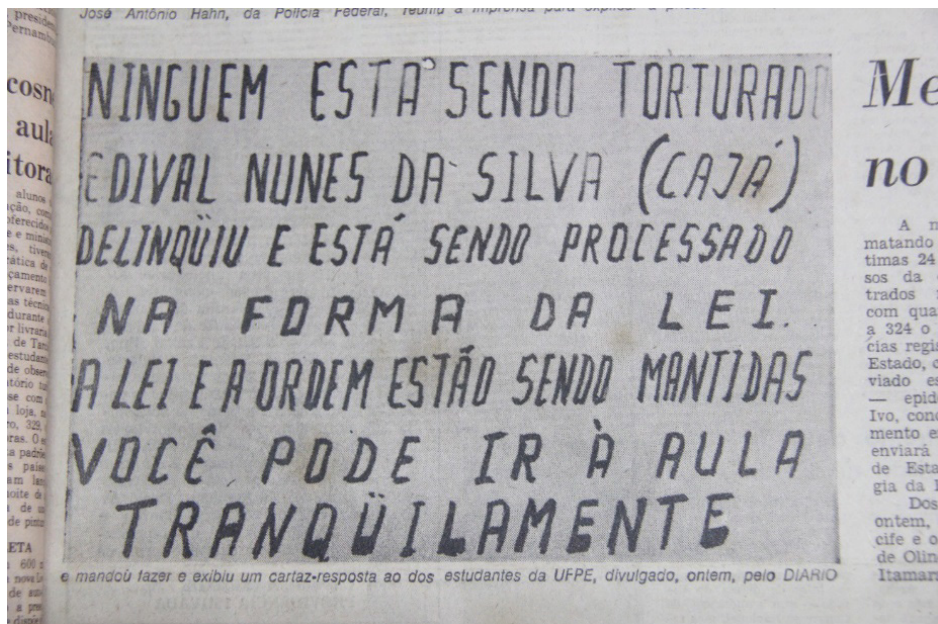
A nota do DPF acusou de “inconcebível e estapafúrdia” a divulgação de que ele estava sendo “torturado de quatro em quatro horas” (POLÍCIA..., 18/05/78, A-1). Essa resposta foi sobre a temática encontrada no sétimo e no último parágrafo (o décimo) da nota explicativa, ficando toda ela (oito parágrafos) justificando a legalidade e o perigo que representavam os presos. Essa escolha discursiva implicou o DPF a não querer polarizar a denúncia realizada por várias instituições sociais, as quais denunciavam torturas. Ele preferiu o silêncio quase completo sobre o assunto. Jogou para o laudo técnico falar, retirando-se de cena.

Mas a única acusação contra o DPF não se resumiu à gravidade da prisão e da tortura, mas à acusação de não cuidar da saúde do preso. “Descaso” e “intransigência” foram as designações no substantivo masculino e feminino do advogado do réu, Pedro Eurico, para classificar a

ação do DPF em não colocar o preso sob os cuidados do oftalmologista, já que seus óculos foram quebrados no momento da prisão – o que já denota uma ação de violência por parte dos policiais.

Se o Superintendente da Polícia Federal, Sr. Antonio Hahn, estava cioso de suas ações legais e legítimas, o Juiz-Auditor da 7ª Circunscrição Militar, Bolivar Regis, disse estar “perplexo” e que “desaprendeu” (“eu cada vez mais entendo de Direito”) sobre o Direito pela forma como estava sendo encaminhado o caso de Cajá. Conforme o jornal, ele afirmou:

Estou perplexo. Como juiz nos meus 10 anos de judicatura, nunca recebi dois pedidos, no mesmo sentido, de uma autoridade policial [...] solicitou-me a decretação de prisão preventiva e, ao mesmo tempo me comunicou ter prorrogado a prisão do mesmo réu por mais 30 dias [...]. Não sei como vou sair desta porque nunca vi uma autoridade policial fazer dois pedidos desse tipo. Precisarei estudar isso com grandes juristas [...] porque nunca existiu um pedido policial para que o juiz exerça sua autoridade em um réu que já está preso (PRISÃO, 14/06/78).



quando eles assumiram que estavam com Cajá, aí também eles vieram para as disputas políticas nas universidades. A polícia federal fazia murais enormes, eu via direto... Pra provar que Cajá era comunista... “Ele é do PCR, ele está usando vocês” A gente respondia do lado “se ele é ou não é comunista é problema nosso, quem escolhe nosso líder somos nós”. Essa disputa perdurou aí uns quinze dias, três semanas. Onde a polícia federal fazia os murais com o apoio das reitorias, naturalmente. Na rural o apoio da reitoria era claro.

O advogado na assembleia de estudante disse que uma de suas clientes, presa desde abril, afirmou que Cajá “estava sendo barbaramente torturado desde o dia que foi preso, a intervalo de quatro em quatro horas, até a madrugada de ontem” (ESTUDANTE..., 17/5/78). Aos estudantes, descrentes e opostos ao governo ditatorial, não restava outra saída senão a greve e mobilizações diversas. Vários cursos da UFPE entraram em greve, bem como a UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco).

Segundo os documentos do DPF, Cajá foi preso no dia 12 de maio de 1978. A greve eclodiu provavelmente no dia 11 do mesmo mês, divulgado pelo DP no dia 12. A greve foi decretada em assembleia no CFCH e deliberou: “1) entrar em greve; 2) manter a greve até a quebra da incomunicabilidade e libertação de Edival Nunes, 3) manterem-se em assembleia permanentemente a partir de hoje às 13 horas (ESTUDANTES..., 16/05/78, p. A-1).

O objetivo dos estudantes com a decisão da greve foi “obter apoio contra o sequestro”. Enquanto o DPF recorreu ao discurso da lei e ameaçou os estudantes de serem subversivos/comunistas para justificar a prisão, estes reiteradamente recorreram à linguagem policial para classificar a ação da PF: a ação foi de sequestradores. Ou seja, a polícia é quem tem que se explicar, a polícia é quem ameaça a sociedade, a polícia é quem faz violência (tortura).

“Nosso objetivo é”, diz a nota dos estudantes, “através de greve, chamar a atenção de toda sociedade e obter seu apoio contra o sequestro de nosso companheiro, também membro da Comissão de Justiça e Paz e da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Recife e Olinda” (ESTUDANTES..., 16/05/78, p. A-1). Foi também solicitado ao reitor Paulo Frederico Maciel que formasse uma comissão e tentasse visitá-lo. Aos professores, à sua associação, foi solicitado que permanecessem em assembleia permanente para acompanhar a situação. No dia 18 do mesmo mês, dois dias após a solicitação, os professores, através de sua associação, ameaçaram realizar assembleia extraordinária caso se confirmassem as torturas feitas ao estudante – pelas matérias, a entidade não aderiu à greve (PROFESSORES..., 18/05/78, p. A-1). Ao que parece, as direções pressionaram professores com listas de presenças e provas em andamento (ALUNOS...23/05/78, A-1).

Estudantes de Direito entram em greve também – destacou o jornal. Há um destaque sobre esse curso pelo jornal pela importância dele: primeiro curso de ensino superior no Brasil, representar uma tradição e seu prédio ficar no centro da cidade, deslocado completamente do conjunto dos estudantes que ficavam na Cidade Universitária. Participaram mais de 300 estudantes, conta o jornal. A greve seria de um dia, com uma queima simbólica da Lei de Segurança Nacional, no dia seguinte, em nova assembleia.

Cabe a nós estudantes desta Escola”, afirma texto dos estudantes conforme o jornal, “que sempre foi e sempre será um esteio de pensamentos democráticos, tomaremos uma posição compatível com a tradição desta casa, porque não dizer com as [??] que a ditadura militar instituída, quando [??] torna um jurista um capacho justificador dos desmandos o relega a condição de simples expectador numa era de terror impune (ALUNOS..., 19/05/78, A-3).

Essa greve não foi pacífica e harmoniosa. O diretor da Faculdade mandou rasgar cartazes e faixas do diretório estudantil, pois a ação ia de encontro às leis que regulavam os diretórios acadêmicos. Conforme o jornal, o diretor não quis explicar-se à imprensa acerca desses atos, apenas afirmou: “O responsável pela faculdade sou eu. O diretor sou eu. O reitor também está contra a greve” (ALUNOS..., 19/05/78, A-3).

A queima da Lei de Segurança Nacional precedeu o canto do Hino Nacional e a leitura de um manifesto. Compareceram uns 30 alunos, conforme o jornal. Rádios patrulhas circulavam pela faculdade. O manifesto bradava por “liberdade” do povo brasileiro contra os “carrascos opressores”, que representavam o “imperialismo norte-americano” e os interesses dos “latifundiários”, usando de “instrumentos ilegítimos e ilegais, sufocar e subjugar a Nação brasileira” (LEI..., 20/05/78, A-7). “O grito do oprimido”, continuou o manifesto, “durante anos, ecoará nos corações e mentes de todos os amantes da liberdade, e as cadeias opressoras, que pairam sobre as cabeças não medíocres, serão quebradas e desaparecerão, para sempre, do nosso solo pátrio” (LEI..., 20/05/78, A-7).

Uma semana após a assembleia que decretou a greve, em 22/05, a greve terminou, mas a luta continuou para libertar o colega, disse o jornal. A iniciativa partiu dos estudantes do Centro de Artes e Comunicação e Tecnologia. Compareceram uns 300 estudantes de todos os cursos. A argumentação para seu término foi a preocupação de seu esvaziamento, já que provas no básico estavam intimidando os estudantes. Os estudantes denunciaram a violência policial e o medo que representava essa força. “Foi denunciado o fato”, afirma o jornal, “das entidades estudantis virem sendo vigiadas ostensivamente por cães, gladiadores, soldados e cavalos, durante as suas manifestações” (ALUNOS...23/05/78, A-1).

A luta pela libertação de Cajá chegou até um ponto em que a polícia procurava impedir as aglomerações em seu apoio. Um ato público à noite reuniu quase 700 pessoas no Diretório Central dos Estudantes, na rua do Hospício. A polícia reagiu e cercou com dois carros do Choque, duas viaturas da PM e dezenas de cachorros – além de impedir que mais e mais pessoas se somassem ao evento - não somente o Diretório, na rua do Hospício, mas na rua Sete de Setembro, na Riachuelo, e a Conde da Boa Vista. Logo, todo um quarteirão estava cercado por forças da repressão. A praça de guerra estava montada (POLÍCIA..., 1978, A-3).

Somaram-se aos estudantes Dom Helder Câmara, o Bispo da Paraíba, Dom Marcelo Carvalheiro e o deputado Roberto Freire. Às 22h, o Bispo Dom Helder Câmara se pronunciou no microfone voltado para a rua: “A vida eterna começa agora e aqui, onde a gente constrói a nova vida. Eu não sou pastor de Almas, apenas: ainda estou para encontrar uma alma penando. Sou pastor do meu povo, de pessoas vivas que anseiam por uma pessoa melhor” (POLÍCIA..., 1978, A-3).

A única mensagem em destaque não foi a de Dom Helder Câmara pelo jornal, mas uma poesia de Bertold Brecht, a qual foi declamada para fazer uma crítica aos “desgraçados” que ficam indiferentes à opressão.

Ah! Desgraçados! Um irmão é maltratado e vocês olham para o outro lado?
Grita de dor e vocês ficam calados? A violência faz a ronda, recolhe a vítima, e
vocês dizem: A mim ela está poupando, vamos fingir que não estamos
olhando. Mas que cidade, que espécie de gente é esta? Quando campeia numa
cidade a injustiça, é necessário que alguém se levante, é preferível que num
grande incêndio toda a cidade desapareça. Antes que a noite desça (POLÍCIA...,
1978, p. A-3).

ASSEMBLÉIA METROPOLITANA - DIA 24

Ah! Desgraçados
um irmão é maltratado
e vocês olham para o ou-
tro lado?
Grita de dor, o ferido,
e vocês ficam calados?
A violência faz a hon-
ra e resolve a vítima
e vocês dizem:
"a mim eles estão pou-
pando"
Mas que cidade,
que espécie de gente é es-
ta?
Quando campeia numa
cidade a injustiça,
é necessário que alguém
se levante.
Não havendo quem se
levante,
é preferível que num quen-
de incêndio toda a vila
de desapareça
ANTES QUE A NOITE DESÇA
Bertholt Brecht

PELA IMEDIATA LIBERTAÇÃO DE CAJÁ

Digitalizado com CamScanner

Fonte: Arquivo pessoal de Cajá

Os apoios pela libertação de Cajá não ficaram restritos à UFPE (incluindo a Faculdade de Direito), UNICAP, UFRPE e Paraíba, mas chegou ao Rio de Janeiro e São Paulo. O IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), no Rio de Janeiro, em assembleia permanente, distribuiu carta de “repúdio” pela “violenta ação policial”, “prisão e tortura”. Estudantes da FAE, no dia 26/05, realizaram paralisação em apoio à Cajá. Em São Paulo, o Comitê Brasileiro de Anistia se solidarizou com Cajá e os outros presos pelas suas prisões (SUSPENDEM..., 24/05/78, p. 16).

Além da libertação de Cajá, o movimento estudantil defendia liberdade e anistia para todos. Era uma palavra de ordem presente em seus atos.



Em agosto, no estado de Alagoas, estudantes através do DCE denunciaram a prisão e a “bárbara tortura” de Cajá, a qual foi patrocinada pelo DPF. Tal fato com Cajá demonstrou a opressão que várias pessoas sofriam ao lutarem por “liberdade, democracia e justiça social”, argumentam os mesmos.



Fonte: Arquivo pessoal de Cajá.

Já em setembro, em nova ação de protesto pela libertação de Cajá, em papel mimeografado, os DCEs da UFPE e UFRPE denunciaram as prisões de estudantes em Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e no Rio Grande do Sul, e conclamaram a soltura de Cajá.

REFORMAS DO GOVERNO SÓ VÊM
INSTITUCIONALIZAR A REPRESSÃO"

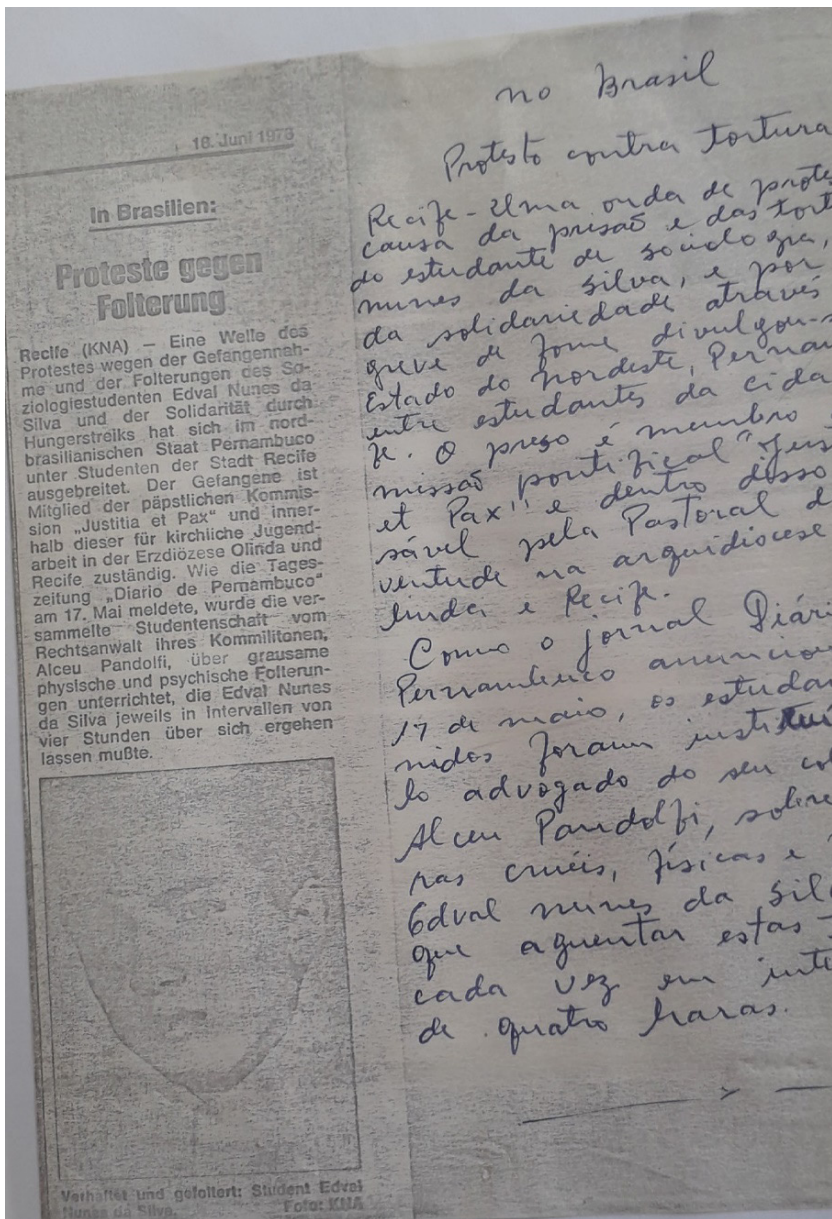
CAJÁ CONTINUA PRESO
OUTROS COLEGAS SÃO AMEAÇADOS
EXTREMA-DIREITA ATACA EM B.HORIZONTE
SEIS PESSOAS PRESAS EM BRASÍLIA
AGÔSTO - 23 PRISOES EM S. PAULO
NO R.G. DO SUL - ESTUDANTES PRESOS
DIANTE DE TUDO ISSO
GREVE DE FOME NO RIO E S. PAULO
PELA LIBERDADE DOS COLEGAS
E AQUI EM PERNAMBUCO

ATO PÚBLICO
PELA LIBERDADE DE CAJÁ

TERÇA-FEIRA - 12/09 - 20 HORAS NO
DCE (HOSPÍCIO, 299) -
CONVOCAM :
DCE/UFPE
DCE/UFRPE
MEPA/PE

Arquivo pessoal de Cajá

Cajá recebeu forte apoio internacional e nacional, conforme manifestos abaixo, durante a sua prisão.



Fonte: Arquivo pessoal Cajá; Matéria de jornal. Holanda. Sobre a prisão de Cajá.

J. E. C. SUP. a.e.b.f.
rue du Marteau 19
B-1040 BRUXELLES
T. 02-217.37.71 FAX 090-307402.21

Cajá Jeudi 20/6/78.

Madame,

A l'occasion de la venue prochaine de Don Helder Camara, pourriez-vous lui demander à quel y a lieu de faire concernant Edval Nunes Da Silva. Pourriez-vous aussi lui demander de ses [↑] nouvelles.

A ce jour j'ai envoyé des communiqués aux principales personnes belges et j'antépendis de prévenir des militants belges de la Jec afin qu'ils arrivent.

Je serais très heureuse d'être tenue au courant ... dès que vous le pourriez -
pour la Jec sup

Benedette Bichard.

GUATEMALTECO
"SAGRADA FAMILIA"
Zona 1
C. A.

Guatemala, 12 de junio de 1978

Monseñor Helder Cámara
Palacio San José de Manyuino
Av. Rui Barbosa s/n
50,000 Recife, Pernambuco
Brasil

Estimado Monseñor Cámara:

En nombre del movimiento juvenil de JEC de Guatemala, nos permitimos por su medio, hacer llegar nuestra voz de protesta para que Ud. la haga patente y pública por la prisión y tortura del joven estudiante Edval Núñez Da Silva y nuestra exigencia, en nombre de los derechos humanos, de su inmediata libertad, dado que las acusaciones hechas contra él son falsas y no son más que la manifestación de la represión al trabajo de evangelización de la Iglesia en Brasil.

Muchas gracias por hacer pública nuestra solidaridad y le aseguramos nuestras mejores oraciones por la Iglesia del Brasil.

Lucia Gedeon
JEC de Guatemala.

Seminário Mayor M. S. de Suyana
43-C TEGUCIGALPA
TEL. 4-0297
Honduras, C. A.

Tegucigalpa 8 de Junio de 1978

Monsieur Helder Cámara
Arzobispo de Olinda y Recife
Brasil.

Querido Monsieur:
El día 6 de Junio del presente año, hem
una nota del MIEC-JECI donde se nos informa de los mem
les que está viviendo EDVAL NUÑEZ DA SILVA (Cajá) miembr
su Arquidiócesis.

Per este motivo sabiendo que como todos
bres de la Iglesia, el dolor de unos es el dolor de los
le tanto queremos solidarizarnos ofreciéndoles nuestras
uniendo nuestra vez de protesta a la de ustedes por el es
te de nuestro hermano.


También hemos enviado una carta a la emb
Brasil acreditada en nuestro país, para que por su medio
a su gobierno que es injusto e inhumano el haber realizad
ción de este miembro de la Iglesia.

Se despiden de usted les siguientes semi

cc. Pastoral de Juventud, Recife.

Florentino González A.
Héctor Medina V.
Victor Manuel Cortés E.
Juan José González G.
Rafael Silva
Julio Cobanah
José Santiago
Guillermo
Augusto

Francisco José González
Jaime José P.
Ricardo Martínez P.
Juan Manuel
A. F. Ayala
Abdellán
Teodoro Bonilla
Emmanuel Díaz
Gregorio Argueta


sede centrale:
20149 milano (Italia) - via cavenaghi, 4
tel. (02) 4697188 - ccp 291278

+ Helder Bauermann
Recife Brasil

IL PRESIDENTE
Milano, 9.6.1978

Rit
da citare nella corrispondenza

Cheer dom Helder,
J'ai une hier sur les jour
maux italiens la piece, tres grave nouvelle et
la torture de votre collaborateur et ami M.
val Nunes da Silva.

Moi et tous mes amis, nous tous, nous
exprimons notre solidarite et nous desirons
d'etre a vos cotes dans votre souffrance.
Oh! Il faut bien que ces injustices cessent
Mieux d'aider dans la douleur la plus
fondee mais sans son courage le plus fort
d'aider, de forcer l'oeuvre a venir!
Et nous sommes toujours bien benches
collaborer, meme si nos mains seules, en
avec egal sont, votre lutte contre l'injuste
par l'Amour.

Mieux de votre amitie. Bon travail
Bonne nuit
Francisco Lima

20138 FIRENZE
via Aradne 230 t. (055) 670181

20149 MILANO
via Mont'Alvizi 84 t. (02) 4682915

37100 VERONA
viale Palla 1. t. (045) 2089101

Fonte: Arquivo pessoal Cajá: ManiTese 76. Milano (Itália), 9/06/78.



**CENTRO
UNIVERSITARIO
SAN FELIPE I**

Avda. B y Calle 2a Catedral
Apdo. 2143, PANAMA I
Teléfono: 22-8164

Panamá, 2 de junio de 1978.

Mons. HELDER CAMARA
Palacio S. José de Manguino
Av. Rui Barbosa s/n
50.000 Recife, Pernambuco
BRASIL

Muy Estimado Monseñor:

Los suscritos, miembros del Centro Universitario "San Felipe" en la ciudad de Panamá, hemos tenido conocimiento del peligro en que se encuentra el estudiante universitario Edval Nunez Da Silva, persona activa en la pastoral de su diócesis.

Como humanos y cristianos que somos, no podemos sino expresar nuestro repudio ante las violaciones de los derechos del hombre y nuestra solidaridad con el compañero estudiante, sus familiares, el Pastor y sus hermanos de la diócesis de Olinda y Recife.

Aunque los poderosos han endurecido sus corazones, creemos que el sufrimiento de los perseguidos, la sangre de nuestros mártires y la lucha esperanzada de los oprimidos manifiestan la acción poderosa de Dios en nuestra historia. Confíe en la fuerza y el amor del liberador, pedimos por la vida del compañero Edval y por la liberación de su Patria.

Unidos y solidarios con los sufrimientos y las esperanzas de nuestros hermanos de Olinda y Recife, se despiden de Usted fraternalmente.

Edmundo Vazquez

Alfonso...
DIRECTOR
PUCS 751

Rafael...

...

Juan...

Eduardo...

Gordillo...

...

...

...

...

...

...

...

...

Cajá

TRENTO, 27 6 1978

A Mons Helder Camara,

come cristiano e come persona a cui voglia-
 mo esprimere i nostri sentimenti di solidarietà
 nel condannare l'arresto di Edual Nunes Da
 Silva e l'umano trattamento cui è sottopos-
 to in carcere. Penhamo a questo nostro fratello
 con compasso affetto, preghiamo per lui e per
 quanti come lui, nel vostro paese soffrono nel fis-
 to e nel morale per qualsiasi forma di repressio-
 ne e di tortura. Saremmo che il vostro augu-
 rio di libertà e di pace, si traducesse davvero
 presto in realtà per tutti, in tutto il mondo.

Sue dev

Gabriella Barbaroni v. Bonati
 Tirane Bonati
 Lorena Bonati

9 Bonati - 38100 TRENTO - Via Vauvelli, 9
 ITALIA

ASOCIACION DE UNIVERSITARIOS
CATOLICOS - CHILE

Pastoral de la
Juventud Estudiantil
Recife, Brasil .

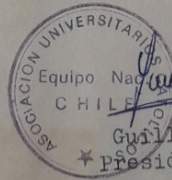
Hermanos :

Por intermedio del Secretariado Latinoamericano del MIEC-JECI, nos hemos impuesto de la prisión y torturas a que está siendo sometido nuestro hermano Edval Núñez da Silva por cumplir el mandato de anunciar la Buena Nueva a todos los hombres con toda la radicalidad y compromiso con que el mismo Señor lo hizo. La Iglesia Latinoamericana en esta hora de hondo sufrimiento tiene que ayudarse mutuamente en las tribulaciones que el momento le ofrece si quiere de verdad estar presente en los acontecimientos ofreciendo la fuerza liberadora del Evangelio.

Desde Chile solidarizamos con ustedes en su exigencia de libertad para Edval y de todos aquellos que están sometidos a torturas y privados de libertad.

Con la esperanza en el

Señor Resucitado :



Guillermo Stevens M.
* Presidente de la Asociación de
Universitarios Católicos de Chile

Concepción (Chile), 8 de Junio, 1978.-

Os apoios nacionais vieram de vários estados.

Episcopo de Macaé

R. Padre de Almeida, 109

Macaé - Rio de Janeiro

Macaé, 11, Junho, 1978,

Caro, Sr. Maldoz - p e a l

De regresso de um mês de ausência de Macaé, veio ao encontro a sua arquidiocese, as vobas saudáveis,

Tenho sabido de sofrimento que continua a pesar sobre o senhor e sua querida povo, pela prisão continuada de Jesus Cristo. Sei das satisfecções que se têm realizado diante de Deus e dos homens, pela cruz desta terra.

Associe-se a esta preocupação a esperança de que quanto antes, através a justiça de Deus e que toda esta situação seja a ordenação do Tempo de Senhor, que são os seus filhos, e que carreguem a sua cruz ao longo da história!

Conto também de audiência com o senhor teve com o Sr. Padre Paulo S. L. Latoz certo que os frutos desta situação serão benéficos para a sua pessoa e para toda a Igreja.

Seu e menor servo de Ito,

Evson Malaquias de M. Santos



COMPANHIA DE JESUS
PADRES JESUITAS

VICE-PROVINCIA DA BAHIA
Av. Leovigildo Filgueiras, 688
42.000 - SALVADOR - BAHIA - BRASIL

tel. 071/ 945-8034
945-8047
945-8934

Dom Helder Câmara
Arcebispo de Olinda e Recife
RECIFE (Pe)

Salvador, 15/ 07/ 1978

Caro Dom Helder,

um grupo de 20 padres jesuitas da VProvincia da Bahia, reunido na Casa de Retiros de Mar Grande com o Pe Provincial para um Curso de Cristologia orientado pelo Pe Libânio, não pode deixar de manifestar sua solidariedade ao Senhor, à Arquidiocese de Olinda e Recife e a todos os movimentos e grupos que estão lutando / nestes dias para a libertação do estudante Edval Nunes da Silva (Cajá) e para denunciar à opinião pública do País e do Mundo os atos de violência e opressão perpetrados contra a Igreja que assumiu a defesa dos fracos e dos oprimidos.

Manifestamos a nossa solidariedade numa oração comunitária onde pedimos ao Cristo Libertador coragem para os irmãos que, na fidelidade ao Evangelho, denunciam os abusos e as arbitrariedades do Poder, justiça para os irmãos injustamente presos e barbaramente torturados, esperança para todos nós que estamos engajados na luta para construir no nosso Brasil uma sociedade mais justa e mais humana.

Fraternamente em Cristo.

P. Dionísio Scudetto U.P.M.

Pe. Impeval

Pe. Adalberto Leite

Pe. Luis Ribot

Pe. Jim. Catell

P. H. S. - Baum

pe. Don J. M.

pe. Hipólito Cavalle

José Costa Araújo

Jeremias Costa Martins

Pe. Benjamin Bastos

Pe. Clóvis Piazzi

José Luiz de Almeida

Paulo Almeida

Américo Foz

José Raimundo

Sérgio

PRELIZIA DO ACRE E PURUS

Caixa Postal. 415

68900-RIO BRANCO - AC

Rio Branco, 7 de junho de

Do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
À COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE

Através da imprensa, tomamos conhecimento da prisão de Edval Nunes da Silva (Cajá), estudante pernambucano, membro da Comissão de Justiça e Paz e da Pastoral de Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, ocorrida no último dia 12 de maio.

Nós, através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, ligado à Prelazia do Acre e Purus, queremos, por esta carta,

- Manifestar nosso repúdio e indignação face à ilegalidade da prisão, às torturas, aos tratos e humilhações sofridas por Edval;

- Expressar nossa total e irrestrita solidariedade com Edval e também aos trabalhos desenvolvidos por essa Comissão de Justiça e Paz na defesa de todos aqueles que são desrespeitados em seus direitos mais elementares.

Cremos, firmemente, que vale a pena prosseguir comprometidos com a luta dos oprimidos por uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

nessas saudações

Teuzinda M. Nogueira

Arquidiocese de Olinda e Recife

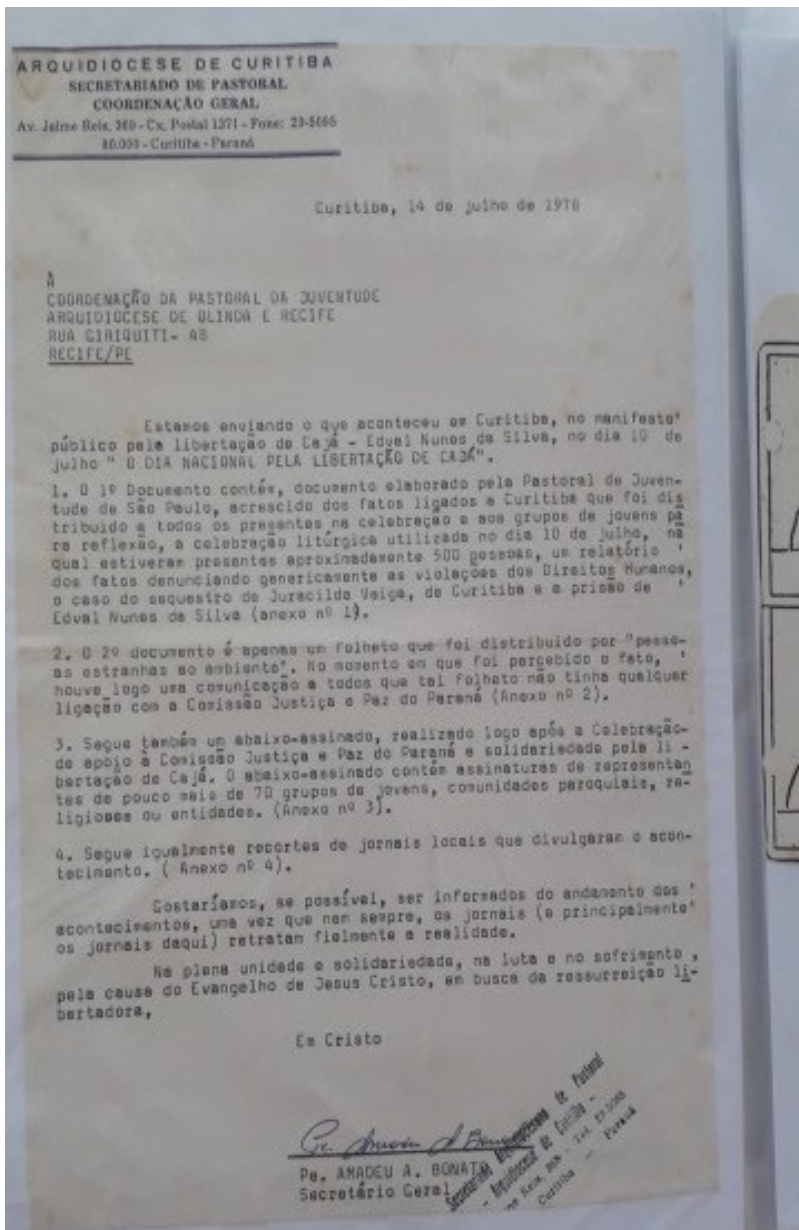
Barbara Valderice de Melo

José Martinello

Nelson Nogueira

Raimunda Bezerra da Silva

Carla de Fátima Malaquias Oliveira



Fonte: Arquivo pessoal Cajá: Arquidiocese de Curitiba. Paraná, 14/07/78.

Esses apoios também tiveram impacto no jornal, na linguagem da charge, sobretudo quando se demonstra a força do nome "cajá" através de

uma fruta amarelada do nordeste de sabor meio amargo, com propriedades ricas em vitaminas e fibras.

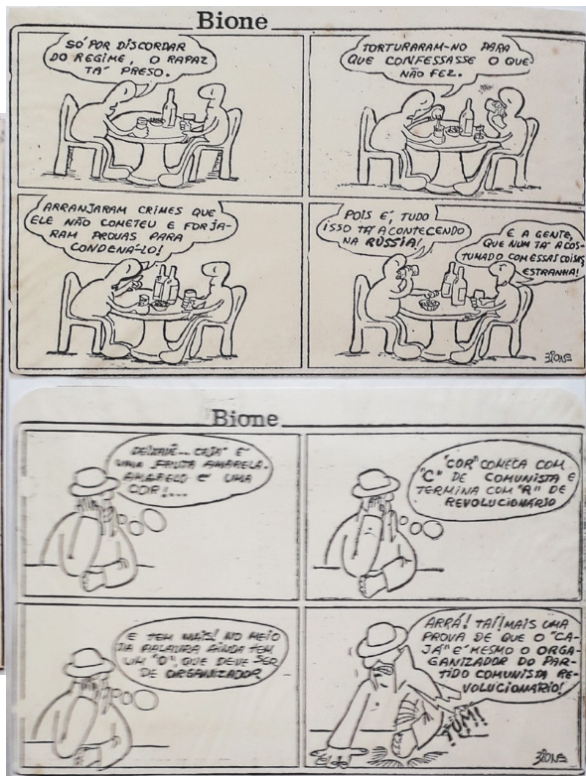


Bóia-fria e acumulação

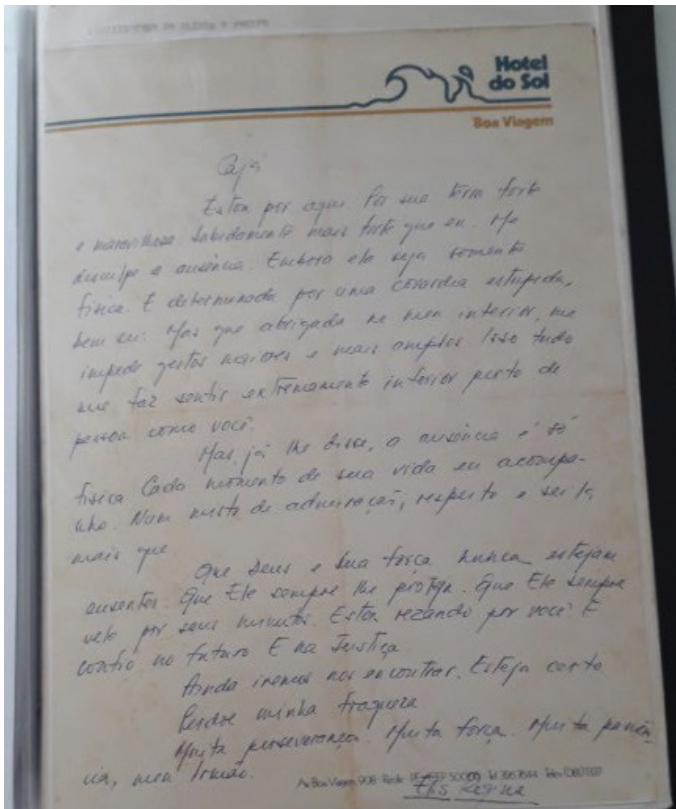
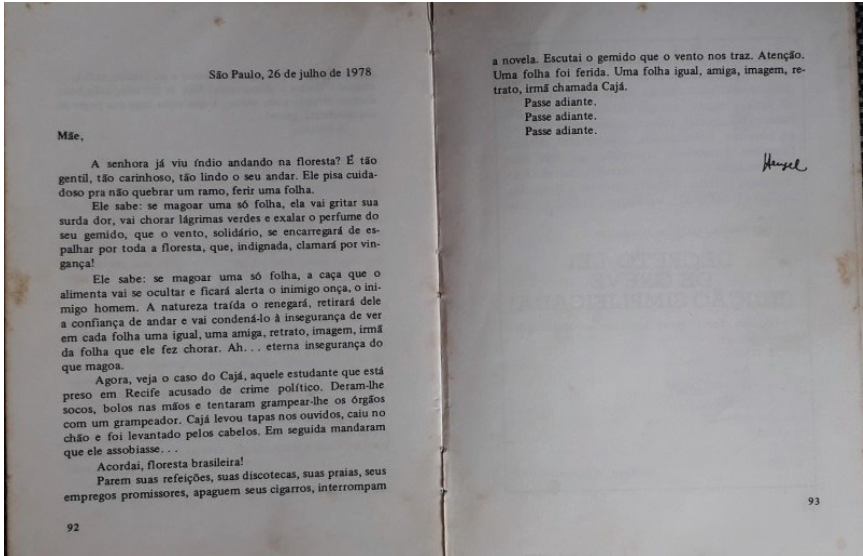
Com o bóia-fria surgem na agricultura brasileira relações de produção tipicamente capitalistas. O bóia-fria não está vinculado à terra, como o servo da gleba; nem está vinculado ao senhor, como o escravo. Ao contrário do possessor, do foreiro, etc. o bóia-fria é totalmente desprovido dos

lações de produção em um setor da produção o agropecuário) que tem, como qualquer outro, as suas peculiaridades (Por exemplo: na agropecuária é maior a influência das variações climáticas do que na indústria; uma geada em determinada estrutura social, desemprega bóias-frias. Outro

As charges também apontam ironias e críticas à repressão, indicando Cajá como vítima, o Estado como seu opressor e o questionamento sob a ameaça soviética.



Ainda é importante registrar duas personalidades importantes no mundo artístico brasileiro que se solidarizaram contra a prisão de Cajá: Henfil (Cartas às mães, 1986, p. 92-3) e Elis Regina. Ambos, num texto manuscrito, no momento de um show no Recife, endereçaram o seu apoio à Cajá.



Para encerrar a análise, vamos apreciar uma das matérias que mudou a natureza das narrativas. O tom direto político sumiu de uma matéria específica, na visita de duas mulheres ao estudante Cajá: sua mãe e a mãe de Padre Henrique. A dimensão afetiva, a preocupação, o cuidado com a saúde e a alimentação prevaleceram como a religiosa.

Aqui Cajá deixou de ser um estudante, um militante estudantil e partidário (comunista) para assumir a posição de um filho (e uma criança boa), jovem e humano.

A visita da mãe do Padre Henrique, dona Isaías Pereira da Silva, ao estudante preso Cajá, transformou-se num arsenal de guerra com carros, viaturas e cachorros cercando a Faculdade de Direito, já que os estudantes a seguiram até onde ele estava preso. A imagem de família, senhoras de casa, não sensibilizou as forças policiais. Ficou claro que, de um lado, um grupo de homens armados estava preparado para se utilizar da violência, por outro, uma senhora criticava a presença dessas forças que atemorizavam os jovens. Não se aceitaria passeata, disse o Major Moura. Os estudantes rebateram que não se pretendia passeata, apenas se dirigir para lá, já que a incomunicabilidade havia sido encerrada no dia anterior. A mãe de Padre Henrique argumentou ao Major, conforme o jornal, que a “repressão estava muito grande. Vocês aqui fora estão atemorizando os estudantes. Eles estão sem tranquilidade até para assistir aula” (POLÍCIA..., 23/05/78, A-1).

A mãe de padre Henrique, Dona Isaías Pereira da Silva, demonstrou a sua fé ao indagar o superintendente do DPF, Antonio Hahn, se ele era cristão e, na assertiva positiva, ela o ofereceu água benta e o terço, que segundo ela, eram milagrosos – o superintendente não recusou nenhuma das ofertas, conforme o jornal.

Do grupo de visitantes, de um total de 25 pessoas, apenas 12 puderam entrar e falar com Cajá – apenas 5 minutos, inclusive sua mãe. Das nove entidades da comissão presentes, apenas o DCE/UFPE teve a permissão de entrar. Os representantes dos grupos impedidos foram os dos diretórios centrais da UFRPE e Católica, Movimento Feminino pela Anistia, Instituto dos Arquitetos, Associação dos Sociólogos de Pernambuco, Institutos de Estudos Políticos e Sociais do MDB, Setor Jovem do MDB e Ação Católica Operária (APENAS..., 1978, A-6).

sexta-feira, 23 de maio de 1978 — Ano 153 — Nº 137 Fundador dos Diários A

Jornal mais antigo em circulação na América Latina

Contra o assassinato de Alencar

ALECAR — (Do enviado especial Pedroza) — O pistoleiro Gerson Ferreira — o — é o autor da morte do ex-Deputado Alencar —, foi presa no dia 12 às 21h15m, na farmácia São José, na primeira rua. Ele foi reconhecido por 10 detentos, colocados em fila, de Juazeiro, onde se encontra o regime de prisão-albergue, abatecimento foi feito por Lana de Alencar, um dos agentes de Zito no dia do reconhecimento do pistoleiro reatuação de agentes da Polícia, o resultado de 24 horas, mas quais a peça vital do assassinato foi a arma de fogo utilizada na fuga profissional.

ECIMENTO

ções cobradas pela família para possibilitar a localização do assassino que transportou para Ecu e o conduziu ao Juazeiro, após a execução. Fernando Lana Alves — perseguiu o pistoleiro, toda a carga de seu revólver, e sendo levado para fora, durante a troca de tiros.

Alencar empunhada na rua, enviou Fernando o Crato e o Juazeiro, registados para quem está se informou sobre o da "falsa brancos" e da

Telefones ANDA

Polícia impede estudante visita a Escola

O policiamento que ocorreu ontem pela manhã a Faculdade de Direito do Recife e interditou pelas ruas do Hospital, Rua da Serebi e a Faculdade Isabel impediu os alunos de saírem em grupo ao mesmo tempo da Escola de Superintendência da Polícia Federal, onde encaram o estudante Edival Nunes da Silva (Cajá).

Desde a tarde — quando tomou conhecimento de uma possível manifestação organizada pelos estudantes de Direito — a Polícia Militar, com unidades do corpo, cavalaria, carabineiros e Rádio Patrulha, posicionou-se diante de todos os portões de acesso à Faculdade, nos jardins e no parque 13 de Maio para evitar o movimento.

No entanto, dentro do prédio, os estudantes expressaram suas intenções pretendendo fazer "manifestação pacífica e sem formar um grupo para visitar Cajá na Polícia Federal, pois a incompreensibilidade foi quando ocorreu o movimento".

Dona Inês Pereira, mãe do padre Henrique Pereira Neto — assassinado em 1969 no Recife — que pretendia participar do grupo de estudantes na visita a

Magalhães faz Frente

A língua dos maíás

O jornal, deixando de lado a dimensão religiosa, voltou à política quando divulgou a fala do superintendente de que Cajá não estava sendo torturado, mas sofria um “intenso interrogatório”, a “violência era legal”, “o dever de executar a lei” (MÃE..., 18/05/78, p. A-1). O tema religioso também entrou em cena com a entrada de D. Helder Câmara, que distribuiu um texto para ser lido e refletido na missa do domingo. “Nos

unamos em torno destas intenções em louvor à Santíssima Trindade, pela Justiça e pela Paz, na hora em que um dos nossos colaboradores diretos e diletos, Edival Nunes (Cajá) vive a 8a. Bem-aventurança, sofrendo por amor à Justiça” (HELDER..., 20/05/78, p. A-3).

A Arquidiocese da Paraíba distribuiu mensagem conclamando a população para “Procissão e missa”, que seriam realizadas no “Pátio da Igreja de São Francisco às 7 horas da noite do dia 20, sábado próximo”. Cajá foi identificado como “estudante” da UFPE e parte da “Comissão e Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e é membro da Equipe de Pastoral de Juventude do Nordeste”. E mais: a solidariedade deveria ser feita às igrejas do Nordeste, atingidas por essa violência. A Arquidiocese se colocou contra o Estado ao reconhecer e se postar a favor de Cajá, que foi “violentamente preso e está sofrendo torturas” (ARQUIDIOCESE... DCE/PB, 19/05/78).

Em 20 de maio, a Carta de Solidariedade assinada pela Igreja e pelo Povo da Paraíba, denunciou tortura, sequestro e prisão de Cajá, e defendeu todos que lutam por justiça.

O Boletim da Arquidiocese chamou a atenção para o fato de que uma das provas contra Cajá comprometeu a própria acusação, já que ela se baseava num curso de Madureza que o estudante preso cursou e que não era verídico. O currículo dele desmente isso. “Esse curso de Madureza”, diz o documento, “constitui exatamente a prova de que Cajá seria o autor dos documentos das fotomontagens da Polícia, por constar ali confissão como autor do documento” (CLERO..., 11/06/78, a-5). Ora, Cajá nunca cursou tal curso, advoga a Arquidiocese.

Em 21 de maio de 1978, num Ato Público no DCE/UFPE, rua do Hospício, com mais de 700 pessoas e forte aparato de repressão, inclusive com cães, além de religiosos de Recife Olinda e Paraíba, Marcos Freire, deputado federal, e o DCE da Bahia estavam presentes.

Já na matéria sobre a mãe de Cajá, prevaleceu o afetivo e seu vínculo familiar, começando pelo título: “Mãe de ‘Cajá’: ‘Meu filho é bom menino’”. A mãe recorreu a imagens positivas instituídas na sociedade: bom filho, bom aluno (“sempre gostou muito da escola”), bom cristão (queria ser “pai”), humano (“sempre ajudou todo mundo”). Sentiu a falta do filho, no dia das mães, quando o esperava “para passar do Dia das Mães comigo. Eu já estava pensando no almoço que ia fazer no domingo”.

A matéria ressalta que ela levou “frutas e roupas limpas”, ficando com ele apenas 15 minutos, e contou sobre o seu estado físico: “quando falei com ele fiquei sabendo que ele não estava se alimentando direito. Só estava comendo papa, e carne só tinha provado uma vez. Também não sei se estava tomando banho. Os policiais disseram que está, mas quando eu o vi, parecia que o cabelo nunca mais tinha visto nem água nem pente”. Com o subtítulo “Muito fraco”, indicou a situação de saúde de Cajá narrado pela sua mãe:

Meu filho está muito fraco. Tem manchas nas mãos e nos braços e dizia estar sentindo muitas dores nas pernas, nos ouvidos e nos braços. Me contou que não estava dormindo direito e eu pedia pra ele se calar.

Eu tive medo que os policiais que ouviam a conversa, se zangassem e maltratassem ele de novo (MÃE..., 20/05/78, A-7).

Conclusão ou início da problematização

As imagens constituídas/instituídas sobre a prisão de Cajá são contemporâneas da “abertura política”, lenta, gradual e segura, comandada pelo presidente da República, Ernesto Geisel. Durante seu governo, crimes contra o direito do indivíduo foram cometidos, prisões e assassinatos, além de ataques às liberdades de expressão, como a que acompanhamos na prisão de Cajá.

O Estado autoritário não é uma invenção da ditadura civil-militar. O anticomunismo (a fabricação do medo e do inimigo) não foi criado nesse período também. Antecede em alguns estados na década de 20, em outros, em 1935. Foi cultuado em 1938 com o levante dos militares, quando a hegemonia paranoica definiu o movimento como “Intentona Comunista”.

Ademais, o discurso de melhoria e aperfeiçoamento burocrático-técnico-científico nos órgãos de repressão tem história com apoio de outros países, tais como EUA, Portugal, Uruguai etc.

Nós nos filiamos à interpretação de que a natureza dessa presidência era autoritária, representante desse projeto nacional e internacional, e que sua aparência de democracia era parte de uma estratégia política para não perder os anéis, apenas alguns dedos. De um lado estava a crise do modelo econômico-político, do outro, a ascensão de sujeitos falantes/desejantes (incluindo os estudantes), além da luta interna nos quadros militares que buscava a melhor saída para seus objetivos, resultaram nas escolhas implementadas.

Fortes greves de trabalhadores no Brasil, reconstrução da UNE, construção de DCEs e DAs Livres, campanha pela anistia irrestrita e ampla eram assumidas, também, pelos estudantes universitários, inclusive pelos

estudantes que lutavam pela libertação de Cajá. As fortes greves de trabalhadores no Brasil, segundo o Exército, resultaram na paralisação de dois milhões de trabalhadores das suas atividades. Ou seja, a instauração de autonomia com vitalidade – o que significou lucidez – nos movimentos sociais impuseram o aumento do medo ao regime – palavras de ordem em textos e cartazes ecoaram com vigor.

O ressurgimento dos diretórios acadêmicos livres, dos DCEs na UFPE e em outras universidades, como o DCE da UFRPE, FESP e UNICAP, foi importante para o combate à prisão de Cajá, considerando a derrota dos “estudantes democráticos”. As transformações institucionais e estruturais (como a construção de novos prédios e a instalação da Cidade Universitária plena na Várzea) que a UFPE vivenciou, assim como o crescimento grande de matrículas de alunos e a contratação de professores, apesar de ínfimos na necessidade exigida, foram indicadores que propiciaram o crescimento do movimento estudantil em suas reivindicações, já que a ditadura não atendia às reivindicações dos mesmos de forma satisfatória.

A determinação dos estudantes da UFPE e das outras universidades, a partir de suas entidades, suas palavras de ordem, organização sistemática e intensiva, suas assembléias e reuniões permanentes, inclusive na sede do DCE/UFPE, localizada na rua do Hospício, suas articulações com o campo das artes (Gonzaguinha, Marlene, Elis Regina, Henfil e tantos outros como produções político-culturais como Parangolé), da religião (D. Helder Cardoso como referencia principal, mas não única) e da democracia (MDB) foram fatores, certamente, que forçaram os órgãos de repressão (Informação, Justiça, DPF, etc) a situações malabarísticas para a (re)construção de seus discursos, muitas vezes fracos e contraditórios. Seus discursos eram guiados, quase que exclusivamente, pela dimensão ideológica.

Merece um estudo a parte, o papel que a Igreja Católica teve na sua libertação da prisão, recebendo apoio nacional e internacional. O engajamento e articulação de D. Helder Câmara juntamente com outros representantes de outras Igrejas foram imprescindíveis.

Esse fortalecimento e crescimento dos movimentos sociais e estudantis impôs aos segmentos da ditadura uma moderação, assim como o deputado arenista Carlos Wilson e o próprio reitor da UFPE, Paulo Frederico do Rego Maciel, assumiram posturas moderadas (mas não contrárias ao projeto da ditadura), indo em sentido contrário aos interesses específicos e circunstanciais da ditadura; e porque não identificar, também, o próprio jornal Diário de Pernambuco, defensor ardoroso do golpe, que favoreceu o direito de defesa do estudante Cajá em várias matérias, diante de acusações perigosas e comuns, protagonizadas pelos representantes da repressão, em particular pelo DPF, que fez de tudo para criminalizá-lo como terrorista.

O Exército, base de sustentação e elaboração da política do governo, continuava com discursos inflamados anticomunistas, tendo o medo e a paranoia internacional e nacional comandando suas análises. No estado de Pernambuco, um governo que poderia ser classificado como “linha dura”, de proximidade com Garrastazu Médici, o de Moura Cavalcanti, estava na linha de frente das repressões no movimento estudantil.

Nesse contexto, outras instituições foram permeadas por essa conjuntura/estrutura e se manifestaram nos documentos da repressão (que se propõe burocrática e técnico-científica) e nos jornais (que alterou de um apoio incondicional ao golpe à simpatia pela libertação de Cajá).

Essa questão é importante ressaltar já que esses órgãos de segurança na atualidade recorrem a esse imaginário técnico-científico para se legitimarem na sociedade de forma positiva – a prova dos manuscritos legitimava a suposta “neutralidade” e valorizava a eficiência do DPF,

abstraindo a significação ditatorial de suas ações, como o discurso jurídico que se baseava nas LSN, em citações de artigos e alíneas como provas cabais.

Por trás dessa neutralidade, escondeu-se uma prática institucional feroz, violenta, que não se encerrou com a ditadura civil-militar. No estudo desses documentos que estão disponíveis, encontramos eventos de caráter científico após a ditadura, sendo estes monitorados, incluindo a identificação de pessoas. A SBPC e seus eventos nacionais (por exemplo, 1974 e 1980) eram acompanhados de perto pelo SNI, Exército, Ministério da Aeronáutica e outros órgãos da repressão. O VIII Congresso de Educação Pré-escolar, realizado na UNICAP no período de 10 a 15 de julho de 1988, organizado pela UNESCO, com apoio da OEA, UNICEF, LBA, etc., também foi monitorado pelos órgãos de repressão. Até eventos com participação dos governos, das várias esferas, eram também monitorados.

Nos documentos da repressão predominam um imaginário bipolar de bem *versus* mal, onde o primeiro é representado pelo Estado militarizado, e os outros são todos aqueles que se desvirtuam, por menor que seja a Revolução. Esse princípio “negacionista” (paranoico), que adverte Eugène Enriquez, coloca todos os cidadãos em estado de ameaça por parte do Estado.

O discurso objetivista e descritivo dos documentos de informação do SNI perpassa um imaginário anticomunista obsessivo, cuja missão era erradicar da Terra qualquer resquício comunista. Cajá e os outros acusados de serem do PCR foram levados por esse tsunami com forte cunho ideológico, a serviço de uma ordem capitalista. As Forças Armadas, como seus representantes legítimos, eram conduzidas pelos tentáculos das organizações de informações.

Figueiredo Filho (2009) adverte sobre o relacionamento entre obsessão e defesa da pátria, como “busca infinda pelo amor do pai, que se

dá, portanto, pela adoção do líder ou de uma causa como ideal de eu. Nela, o pai deseja, estimula até a agressão aos inimigos da Pátria. Logo, a violência é feita em nome do pai, da lei, portanto”. Essa obsessão devota pela “pátria”, pela “lei”, pela “ordem” significa, semioticamente, subserviência ao “fálico ‘pater’”, substantivo masculino, ‘senhor absoluto da vida e da morte’”, originando-se, assim, “o significante ‘pátria’”. O autor conclui:

Estamos diante do Nome do Pai, ou do significante mestre S₁, aquele que metaforiza a castração em Lei. Nele repousa o “traço unário” de que nos fala Lacan: quero ser ele! Quero ser como ele! Seu amor é o objeto do meu desejo. E, se para sê-lo, é preciso que eu torture e mate [...] (FIGUEIREDO FILHO, 2009, p. 66).

Já chamamos atenção aqui, também, para os papéis do “paranoico” e do “apático” nas organizações burocráticas, os quais não devem ser menosprezados para a construção identitária do grupo e da sua coesão.

Pela análise dos documentos de informação da repressão (como nos jornais), ficou claro que não havia uma preocupação em defesa da sociedade pernambucana, recifense ou brasileira, nem dos órgãos de repressão (SNI, DPF e MPJM), já que foi dada pouca ênfase ao quesito “artefatos explosivos”, o que sugere que a prisão de Cajá e dos outros foi exclusivamente ideológica, fortemente embasada na pressuposição de uma ameaça externa (comunista infiltrados), que tinha nos rótulos e nos símbolos seu canal de difusão. As frequências categoriais nos documentos analisados “PCR”, “LSN”, “subversivos”, “aparelhos”, predominaram absolutamente nos discursos, contrastando, quando citado, com a preocupação que se tinha com a pátria e com a cristandade do povo brasileiro.

Transformar “moradias” e “residências” em “aparelhos” foi um outro dispositivo linguístico fundado no imaginário do anticomunismo, utilizado para além das provas materiais concretas. Logo, foi um recurso fundado na pressuposição construída/instituída fora do texto (a ameaça do comunismo). O Diário de Pernambuco não tratou suas residências como “aparelhos”, entrando em choque com a forma rotuladora e estereotipada recorrida pelo o DPF.

A reação contrária à prisão por parte dos estudantes, em primeiro lugar, com impacto nos meios religiosos, políticos e internacionais, repercutiu no interior desses órgãos – analiticamente observados nos documentos e nos jornais. Com efeito, a acusação sistemática de sequestro e tortura, de certa forma, nocauteou ou estonteou os órgãos de repressão, em particular o DPF, em violência contra Cajá.

A inclusão circunstancial do sequestrador como mais uma prova da ameaça que o estudante Cajá prometia, aumentou a indignação. Por esse motivo, novas críticas foram desferidas contra o DPF por parte das instituições sociais, religiosas e civis. Como já chamamos a atenção, esse ocorrido não estava presente nos registros dos documentos analisados, o que pode sugerir sua inexistência.

A indiferença do reitorado de Paulo Frederico do Rego Maciel aos argumentos do DPF, não se somando a eles, também contribuiu para fragilizar a ofensiva do Estado autoritário. O prestígio do reitor na comunidade política das forças conservadoras e na sociedade pernambucana (educacional) não era de se menosprezar, como demonstramos em seu perfil e trajetória político-econômica.

Os ares de “abertura”, certamente, contagiaram o reitor, que manteve uma posição moderada na prisão de Cajá e na passeata dos estudantes de Direito, o que desagradou os órgãos de informação do SNI e do Exército. Não podemos esquecer que esse reitor é criticado por

professores do Colégio de Aplicação por ter implementado uma política educacional no espírito da ditadura⁴⁵.

Contudo, há de se levar em conta a interpretação de Cajá acerca de seu comportamento na assembleia, pressionado pelos estudantes. Sua presença e aceitação de visita ao mesmo na prisão tinha o objetivo de acabar com a greve. Além disso, sua presença aligeirada na visita à Cajá pode ser um indicador de seu conservadorismo no processo. Não só pela visita aligeirada, mas por seu comportamento distanciado dos estudantes, expresso no próprio discurso de posse, como no enquadramento do presidente do DCE Constantino Magno no Decreto Aragão, como, também, na tentativa de intimidação com ameaças para impedimento da Semana Democrática organizada pelo DCE.

Quanto à Cajá e aos outros jovens presos, considerando as situações prisionais, dos oito acusados, quatro foram absolvidos por unanimidade, apesar da alta convicção do DPF sobre a periculosidade de Cajá e dos outros jovens, conseguindo “fartas” provas materiais. O estudante Cajá, por seus bons antecedentes, recebeu pena mínima, ou seja, reclusão de um ano de detenção (PROCESSO nº 132/78, p. 15).

É bom registrar que Cajá continuou sendo monitorado pelos órgãos de informação, mesmo depois de sua libertação da prisão. Em documento confidencial, o Ministério da Justiça alertou para a possibilidade do lançamento de Cajá à presidência da UNE, por ocasião do Congresso a se realizar em Salvador – informação extraída do DPF, o que significa que a Polícia Federal ficou ainda no encalço dele⁴⁶. Ainda em 1979, Cajá, em visita a São Paulo, teve seus passos monitorados pelo SNI local e Polícia

⁴⁵ No livro comemorativo dos 40 anos do Colégio de Aplicação, professor de Filosofia critica o reitorado de Paulo Frederico do Rego Maciel como conservador.

⁴⁶ Brasil. Ministério da Justiça. Encaminhamento. No. 131/79/DSI/MJ.. 24 de maio de 1979. Edival Nunes da Silva (Cajá).Origem: CI/DPF.

Civil⁴⁷. Conforme o documento, Cajá foi a São Paulo a convite da Pastoral da Juventude da Arquidiocese do estado. Sua fala “subversiva” também foi registrada.

Em dezembro de 1981, Cajá foi identificado como candidato pelo PMDB. A ementa do documento dizia: “APOIO DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS (os) A CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS EM 1982”⁴⁸. Em 1983, Cajá foi monitorado pelo Exército e o assunto foi a sua fala descrita na rua para a divulgação do jornal Hora do Povo. O assunto, pelo documento, foi descrito como “Atividades de Edival Nunes da Silva, Cajá/MR-8/PE”⁴⁹. Ainda em 1983, Cajá foi citado pelo SNI como membro do MR-8 e em ação constante na Assembleia Estadual de Pernambuco. O assunto do documento foi “ATIVIDADES DE MILITANTES DO MR-8 EM RECIFE/PE”⁵⁰.

⁴⁷ BRASIL. SNI/AG SP. Confidencial. Informe. No. 2464/116/ASP/SNI. 26 de Julho de 1979. Assunto: Atividades de Edival Nunes da Silva - Cajá em São Paulo.; Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil de São Paulo. Serviço de Informações. Confidencial. São Paulo, 17 de julho de 1979. Assunto: Encontro com Cajá.

⁴⁸ BRASIL Serviço Nacional de Informações. SNI/AG Central. ACE no. 2090. 11 de dezembro de 1981.

⁴⁹ BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Confidencial. Informe no. 1699 S/102-A2-CIE. Brasília, 20 de Julho de 1983. Origem: CIE. Difusão: AC/SNI, CI/DPF.

⁵⁰ BRASIL. SNI. Agência Central. ACE no. 035297 83. INFE no.1775-CIE, 25 de Julho de 1983.

Bibliografia

- ABREU JR., *et al.* CPDOC/FGV. Verbetes-temático: **Diário de Pernambuco**. 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 20 Ago 2019.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. *In*: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea, Enap, 2018. 413p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8487/1/Burocracia%20e%20políticas%20públicas%20no%20Brasil_interseções%20analíticas.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.
- ARQUIDIOCESE da Paraíba. **Diretório Central dos Estudantes**. Convite. Procissão e Missa. João Pessoa, 18 de maio de 1978.
- BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BOITEMPIJR., Bruno. O’Grupode Laerte’ eaescritadahistóriadaeducação(1962- 1972). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, v. 19, jul. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942019000100501. Acesso em: 10 ago. 2019.
- BRANDÃO, Priscila Carlos e LEITE, Isabel Cristin. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28623/24264>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960- 1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 153-178, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38816/20334>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Confidencial. Informação. Assunto: Atividades de Edival Nunes da Silva e outros - Recife/PE nº 241/116/ARE/, 11 de junho de 1979. Processo nº 132/78. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

BRASIL. Secreto. 30 de junho de 1978. Informação nº 42, 119, ARE, 78. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

BRASIL. Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Confidencial. Assunto: Edival Nunes da Silva - Cajá. 16 de outubro de 1980. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

BRASIL. Ministério do Exército. IV Exército. 2ª Seção. Assunto: Movimento Estudantil ME, em Recife. Informação nº 1917 B/E-2, 29 de setembro de 1977. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Universidade Federal de Santa Maria. Assessoria de Segurança e Informações. Assunto: Assessoria de Segurança e Informações. Confidencial. Informação No. 473/ASI/UFSM/78, 2 de Agosto de 1978. In: **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**. Acervo. Ditadura Militar.

BRASIL. BIC. Assunto: Relação de professores da UFPE da lista sêxtupla para reitor; Relação de professores esquerdistas e relação de pro-reitores da UFPE. 18 de julho de 1975.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Indaiatuba, SP, v. 1, n. 1, p. 5-11, jul. 2002. Disponível em:

https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf.
Acesso em: 23 jul. 2019.

CASTRO, Celso. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar. O anticomunismo nas Forças Armadas. **FGV/CPDOC**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_anticomunismo_nas_FFAA. Acesso em: 23 abr. 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CELESTE FILHO, Marcioniuro. A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 7, jan./jun. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279682885_A_Reforma_Universitaria_e_a_criacao_das_Faculdades_de_Educacao. Acesso em: 10 jan. 2019.

CELESTE FILHO, Marcioniuro. Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 200-233, janeiro/março 2017. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/40720/pdf_174. Acesso em: 15 ago. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. Trabalho e afetividade. *In*: CODO, W. (Org.), **Educação, carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

ENRIQUEZ, Eugéne. **Da horda ao Estado**. Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

ENRIQUEZ, Eugéne. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENRIQUEZ, Eugéne. **As figuras do poder**. São Paulo: Via Lettera, 2007.

- ENRIQUEZ, Eugéne. Matar sem remorso: Reflexões sobre os assassinatos coletivos. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 35, p. 11-41, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/2673/2210> Acesso em: 20 Ago 2019.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o General da “abertura”? **Revista Ágora**, Vitória, n. 28, p. 104-11 2018. Disponível em: periodicos.ufes.br/agora/article/download/21678/15967. Acesso em: 17 ago. 2019.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.
- FERREIRA, Rafael Leite. Legalizar ou não?: a discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos. **Hydra - Revista de Pós-Graduação em História**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-32, março 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9114>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43- 59, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Coleção Arquivos da Repressão no Brasil).
- FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. Nos porões da ditadura: psicanálise da tortura aos presos políticos no Brasil pós-64. **Projeto História**, São Paulo, n. 38, p. 57-78, jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/5233/3763>. Acesso em: 20 Ago 2019.
- GAMA DA SILVA, Marcília. **Informação, repressão e memória**. A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 2007. 263f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7218> Acesso em: 13 Jul 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

GREEN, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 205-216, jan/jun. 2011. Disponível em: revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/379/379 Acesso em: 23 jul. 2019.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras falas**. Uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira. 1992. 365f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 1992. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_b2c8c5b2f274a065d5c13ebea7c849db. Acesso em: 20 ago. 2019.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Dicionário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLII, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 2006. Disponível em: http://memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/583db925102a40.36300138/APM.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**. Jornalistas e sensores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

KORNIS, Mônica; SANTANA, Marco Aurélio. Verbete-temático Greve. **CPDOC/ FGV**, 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LEMOS, Jonio Santos Pereira de. Entrevista: Jonio Santos Pereira de Lemos. (Org). SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 201-268; p.141-199.

MAC DOWELL, Maria Antonia Amazonas. Entrevista: Maria Antonia Amazonas Mac Dowell. In: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (org.). **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 201-268.

MACIEL, Paulo Frederico do Rego. **Discursos na posse do reitor prof. Paulo Frederico do Rêgo Maciel**. Recife: Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores, 1976.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A História para Geisel. In: D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. (Coleção Estudos Históricos). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2045/1184>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MOTA, Marly. Pacote de Abril. Fatos e Imagens. **CPDOC/FGV**, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00030.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Disponível em: https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos/trecho_PATTO_AsUniversidadesEORegimeMilitar.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX**, Año 3, v. 3, p. 133-148, 2012. ISSN: 1688-7638. Disponível em: http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2014/10/Contemporanea03_2012-11-23-webO-07.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/599>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora UNICAMP, 1995.

PIVETTA, Marcos O impacto na academia. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 218, 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/04/24/o-impacto-na-academia/> Acesso em: 21 jul. 2017.

REGO, George Browne do. Entrevista: George Browne do Rego. (Org). SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 67-136.

REIS, Antonio Carlos Palhares Moreira. Entrevista: Antonio Carlos Palhares Moreira Reis. *In*: SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org). **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: EDUFPE, 2012. p. 27-62.

RICARDO, Arleandra de Lima. **O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco (1931-1956)**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

RODRIGUES E SILVA, Mariana. A comunicação nos jornais através de charges durante o período ditatorial em Pernambuco: o caso de Edival Nunes Da Silva (Cajá) - (1978-1979). *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE HISTÓRIA E DIVERSIDADE: NOVAS NARRATIVAS, SUJEITOS E ESPAÇOS, 9., 2012, Caruaru/PE. **Anais [...]**. Caruaru, PE: UFPE/CCA e FAFICA, 2012.

ROSSI, Clovis. Os Exércitos planejam ações anticomunismo nas américas. São Paulo. **Folha de São Paulo**, 25 set. 1988. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_25set1988.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

ROZOWYKWIAT, Joana. **Subversivos**. 50 anos após o golpe. Recife: CEPE, 2014.

SOARES, Samuel Alves. A Construção da democracia e traços da mentalidade militar (1985-1993). **Teoria e Pesquisa**, n. 46, p. 49-80, 2005. Disponível em: www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/download/86/76. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOARES, Thiago Nunes. **A universidade em movimento: vigilância, militância estudantil e luta contra a ditadura na UFPE (1974-1985)**. 2020. Tese (Doutorado de História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

VERAS, Dimas Brasileiro. **PALÁCIOS CARIADOS: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964 – 1975)**. Tese (Doutorado de História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

Periódicos

ADVOGADO não fala com estudante preso e acha proibição inconstitucional. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 20/05/78.

ALUNOS de Direito decretam greve em favor de “Cajá”. Recife. *Diário de Pernambuco*, 19/05/78, A-1.

ALUNOS suspendem greve: luta continua. Recife. *Diário de Pernambuco*, 23/05/78, A-1.

APENAS 12 pessoas têm acesso a Edival Nunes. Recife, *Diário de Pernambuco*. 2/06/78, p. A-6.

ARENISTA deplora ação da polícia. Recife, *Diário de Pernambuco*. Recife, 20/05/78, p. A-3.

ARQUIDIOCESE questiona autoridade da PF em julgar e aplicar penas. Recife. Diário de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

CLERO: Documentos contra Cajá comprometem federais. Recife, Diário de Pernambuco, 11/06/78, A-5.

CONTESTADA ligação Edival-sequestrador. Recife. Diário de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

DCE analisa sequestro e faz críticas à polícia federal. Recife. Diário de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

ESTUDANTES da UFPE em greve até que a polícia liberte Edival Nunes. Recife. Diário de Pernambuco, 16/05/78, A-1.

“ESTUDANTE Edival foi torturado afirma advogado. Recife, Diário de Pernambuco, 17/05/78, A-1.

HÉLDER: ele sofre por amor. Recife, Diário de Pernambuco, 20/05/78, p. A-3.

JUIZ decreta preventiva de Edival Nunes. Recife, Diário de Pernambuco, 06/07/78, p. A-1.

LEI de segurança é queimada. Recife. Diário de Pernambuco, 20/05/78, A-7. LÍDER do MDB crítica atitude de Moura. Recife. Diário de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

LÍDER da oposição nega validade à versão da Polícia. Recife, Diário de Pernambuco, A-3

MÃE de padre Henrique reza com “Cajá”. Recife, Diário de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

MÃE de “Cajá”: meu filho é bom menino. Recife, Diário de Pernambuco, 20/05/78 A-7. POLÍCIA Federal distribui nota. Recife. Diário de Pernambuco, 19/05/78, A-1.

POLÍCIA Federal diz que não faz tortura. Recife. Diário de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

POLÍCIA Federal diz que prisão é legal. Recife. Diário de Pernambuco, 18/05/78, A-1.

POLÍCIA já faz ligação entre Pacheco e Cajá. Recife. Diario de Pernambuco, 26/05/78, A-1.

POLÍCIA tenta impedir solidariedade a Cajá. Recife. Diario de Pernambuco, 21/05/78, A-3.

POLÍCIA impede passeata de estudantes para uma visita a Edival Nunes. Recife, Diario de Pernambuco, 23/5/78, A-1.

POLÍCIA Federal acusada de descaso por não levar Cajá ao oftalmologista. Recife, Diario de Pernambuco, 20/06/78, A-4.

PRESO afirma ao superintendente que foi torturado. Recife. Diario de Pernambuco, 19/05/78, A-1.

PRISÃO de Edival Nunes leva juiz auditor a “desaprender” Direito. Recife. Diario de Pernambuco, 14/06/78, A-5.

PROFESSORES contra atos de violência. Recife. Diario de Pernambuco, 18/05/78, A-1.
REITOR evita comentar acusações. Recife. Diario de Pernambuco, 27/05/78, A-1.

VIA-SACRA por Cajá reúne mais de 1.000 pessoas. Recife. Diario de Pernambuco, 11/07/78, A-1.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org